

PUBLICAÇÃO MENSAL • R\$ 4,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

183

O POLÊMICO BINGO

A BANCARROTA MEXICANA



O FRACASSO DO MODELO NEOLIBERAL

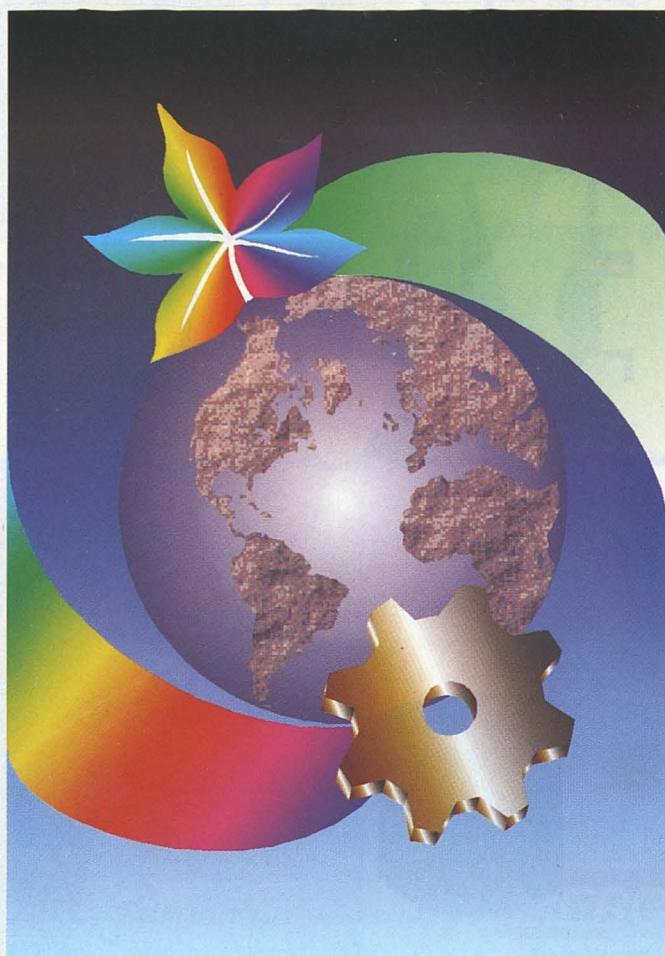
ENVIRONTECH

RIO DE JANEIRO 95 BRASIL

FIRST INTERNATIONAL EXHIBITION OF ENVIRONMENTAL TECHNOLOGY
PRIMERA EXIBICIÓN INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA AMBIENTAL

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA AMBIENTAL

Os mais recentes avanços da tecnologia mundial de proteção ao meio ambiente estarão sendo apresentados na ENVIRONTECH '95. Você terá ao seu alcance o know how de mais de 500 expositores do Brasil e do Exterior. Presença confirmada de 51 delegações estrangeiras, além de 150 empresas e órgãos nacionais. Mais de 30.000 visitantes deverão passar pela área destinada aos stands (28.000 m²). A sua melhor oportunidade para contatos e negócios no setor de tecnologias, equipamentos e serviços ambientais. Evento paralelo: ECO URB'S 95 — 3º Seminário Internacional sobre Problemas Ambientais dos Centros Urbanos.



Temas Principais

- Tratamento e Recuperação de Resíduos
- Reciclagem
- Purificação do ar
- Águas Residuais e Tratamento de Efluentes
- Tecnologias e Equipamentos de Limpeza Urbana
- Controle de Ruídos
- Tecnologia e Limpeza de Áreas Contaminadas
- Geração de Energia Não-Polvente
- Consultoria de Serviços de Engenharia
- Materiais Perigosos e Gerenciamento Ambiental
- Água e Meio Ambiente: Novas Tecnologias, Produtos e Serviços
- Progressos Mundiais: Equipamentos, Veículos e Bombas

19 a 23 junho 1995 - Riocentro

COORDENAÇÃO

BIOESFERA

Sociedade Brasileira para a Valorização do Meio Ambiente
Caixa Postal 2432 - 20001-970 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 221-0155 - Fax: (021) 551-1893

SECRETARIA



Estrada Miguel Salazar M. Moraes, 680
22770-331 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 445-6969 - Fax: (021) 445-0303

A informação é a base para bons negócios

A melhor maneira de você ficar informado sobre os acontecimentos econômicos entre os países que compõem o Mercado Comum do Sul é assinando a nossa revista.

A *Revista do Mercosul* vem se tornando o "jornal mensal" para as pessoas e empresas que estão operando ou que pretendem operar neste mercado que está se tornando cada vez mais competitivo. Se informação é uma arma tão poderosa, a *Revista do Mercosul* está lhe dando uma boa quantidade de munição.



PREÇOS E FORMAS DE PAGAMENTO PARA O BRASIL

TIPO DE ASSINATURA 1 ANO E 2 ANOS	1 ANO À VISTA	1 ANO PARCELADO	2 ANOS À VISTA	2 ANOS PARCELADO
	(A) R\$ 41,00	(B) 2 X R\$ 23,00 p/ 30/60 dias	(C) R\$ 82,00	(D) 3 X R\$ 30,00 p/ 30/60/90 dias

PEDIDO DE ASSINATURA

NOME _____
 END.: _____
 BAIRRO _____
 CIDADE _____ EST.: _____
 CEP _____ TEL.: _____

Estou efetuando o pagamento por:

- ☐ Telefone (fornecer o nº do cartão de crédito)
☐ Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.
☐ Reembolso Postal
☐ Vale Postal Ag. Lapa
☐ Autorizo o débito no meu Cartão de Crédito: _____, que tem validade até ____/____/____
 nº do cartão: _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Minha opção de assinatura é: (A) (B) (C) (D)

PARA OUTROS PAÍSES

ARGENTINA
 1 ANO - \$ 48,00
 PARAGUAI
 1 ANO - G 72,00

URUGUAI
 1 ANO - \$ 180,00
 OUTROS PAÍSES
 12 EDIÇÕES US\$ 80,00

DATA: ____/____/____

ASSINATURA

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122/1º andar - Glória - CEP: 20241-180
 Rio de Janeiro - RJ - Tel: (021) 221-7511/FAX (021) 252-8455

**Assine as
revistas que
somam na sua
informação e
ganhe mais
três meses
de brinde**



PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

DESCRIÇÃO DAS OPÇÕES	À VISTA	A PRAZO
Assinatura anual de "cadernos" ou "Ecologia"	A R\$ 41,00	B 2 X de R\$ 23,00 p/ 30/60 dias
Assinatura de 2 anos de "cadernos" ou "Ecologia"	C R\$ 82,00	D 3 X de R\$ 30,00 p/ 30/60/90 dias
Assinatura anual de "cadernos" + "Ecologia"	E R\$ 82,00	F 3 X de R\$ 30,00 p/ 30/60/90 dias
Assinatura de 2 anos de "cadernos" + "Ecologia"	G R\$ 163,00	H 4 X de R\$ 45,00 p/ 30/60/90/120 dias

CUPOM DE PEDIDO PARA UM AMIGO

☐ cadernos ☐ Ecologia Agenda de brinde: ☐ Mod. A ☐ Mod. B

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº de Assinaturas

Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - CEP 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ

PEÇA TAMBÉM PELOS TELS (021) 221-7511

OU PELO FAX (021) 252-8455

MEU PEDIDO DE:

☐ Assinatura "cadernos" ☐ Assinatura "Ecologia"
Minha agenda de brinde é: ☐ Mod. A ☐ Mod. B

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

Minha opção de pagamento é: (A) (B) (C) (D)
(E) (F) (G) (H)

A opção do meu amigo é: (A) (B) (C) (D)
(E) (F) (G) (H)

Estou efetuando meu pagamento por:

☐ Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.

☐ Reembolso Postal

☐ Por Telefone (fornecer o nº do cartão de crédito)

☐ Vale Postal Ag. Lapa

☐ De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: _____, que tem validade até ____ / ____ / ____
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____ / ____ / ____

Comprador

POSTAL NORTE SUL

50 SONETOS DE FORNO E FOGÃO

Celso Japiassu e

Nei Leandro de Castro

Receitas em versos em que os autores aliam conhecimento poético e experiência culinária. Um resgate da cozinha brasileira com pitadas da alemã, da francesa e da italiana. Ao lado das receitas em forma de soneto, estão também os ingredientes necessários ao prato.

101 pp

R\$ 18,00

Cod. 432

RAINHAS DO CRIME

Ótica feminina no romance policial

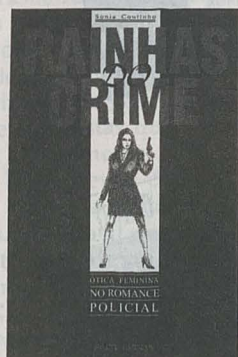
Sonia Coutinho

As autoras das séries de detetive de saias começam a aparecer nos anos 70, coincidindo com um período em que as mulheres conquistam acesso a novas áreas profissionais. A detetive feminina tem certo heroísmo selvagem e um modo particular de ver o mundo.

130 pp

R\$ 15,00

Cod. 431



EM LIBERDADE

Silviano Santiago

O poeta inconfidente Cláudio Manuel da Costa no século XVIII, o romancista Graciliano Ramos na década de 30 e o jornalista Vladimir Herzog encontram-se na ficção do crítico Silviano Santiago. O livro analisa o papel do intelectual frente a regimes intolerantes.

254 pp

R\$ 19,00

cod - 433

ESCRITOS DA MATURIDADE

Albert Einstein

Ciência, religião, racismo, educação e relações sociais são abordados nas reflexões do cientista que revolucionou o mundo moderno através da Teoria da Relatividade. Ele acredita no socialismo com liberdade, ataca o consumismo capitalista e o cerceamento da liberdade.

303 pp

R\$ 18,00

Cod. 434

RELATÓRIOS

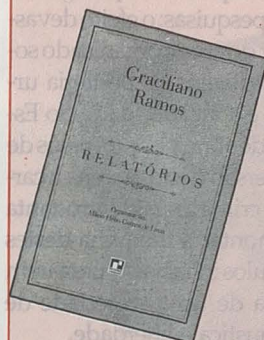
Graciliano Ramos

O então prefeito de Palmeira dos Índios traça, nos relatórios que enviava ao governador, um admirável painel da política do interior do Brasil agrário do início do século. No volume, comentários de um sociólogo, dois jornalistas, um escritor e um ator sobre Graciliano.

140 pp

R\$ 10,00

Cod. 430



COLETÂNEA DE TEXTOS GEOGRÁFICOS

Antonio José Teixeira Guerra (org.)

Trabalhos de autoria do geógrafo falecido em 1968. Estudos sobre sambaquis, lateritas, águas subterrâneas, alteração de sedimentos e aspectos do Amapá, Guaporé e Rio Branco.

440 pp

R\$ 28,00

Cod. 416



NEOLIBERALISMO, QUALIDADE TOTAL E EDUCAÇÃO

Pablo A. A. Gentili e

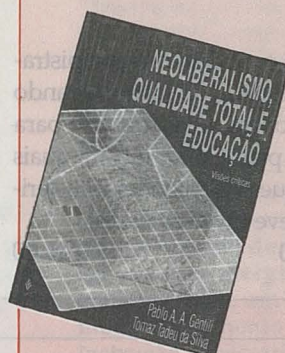
Tomaz Tadeu da Silva (org.)

Vários autores analisam criticamente as propostas neoliberais, que definem a escola como mercado, alunos e pais como consumidores e o direito à educação como mercadoria.

204 pp

R\$ 20,00

Cod. 409



PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA ESCOLA

Elaboração, acompanhamento e avaliação
Angelo Dalmás

O encontro de pessoas, por meio do diálogo e do debate, provoca crescimento pessoal e comunitário, tornando possível uma educação mais humana e participativa. O planejamento a serviço de uma proposta libertadora.

142 pp

R\$ 14,00

Cod. 414



ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

Peça também pelo tel. (021) 221-7511 ou fax: (021) 252-8455

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

BINGO

Página 2

A febre do jogo e seus polêmicos desdobramentos



Muitas casas de espetáculos foram transformadas em salões de bingo

BIOGRAFIA

Josué de Castro:
Precursor da luta
contra a fome

Página 6

HISTÓRIA

A mulher
na Guerra do
Paraguai

Página 10



BINGO!

Uma polêmica nada esportiva

Lei que visava a estimular o esporte acabou dando cobertura para a instalação de casas de bingo no país. Pelé pede sua revisão e Zico (cujo nome ficou ligado à norma) diz que o problema não é o instrumento legal e sim os maus empresários

Walmyr Peixoto

As casas de bingo no Brasil estão pela bola 7. O jogo, que se instalou em luxuosas salas baseado na Lei Zico, vem recebendo críticas de vários segmentos da sociedade e é objeto de uma ação de inconstitucionalidade, impetrada pelo Ministério Público, por solicitação do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. A ação tramita no Supremo Tribunal Federal, com a alegação de que os bingos são ilegais, porque a Constituição proíbe o jogo no país. A representação se baseia em que o Artigo 57 da Lei Zico fere o pacto federativo, ao criar encargos para os estados e o Distrito Federal.

A Câmara dos Deputados também vai investigar os bingos. O plenário da Câmara Federal aprovou no dia 23 de fevereiro a criação de uma

Clubes e federações alegam que os recursos do bingo são fundamentais para investimentos, como a contratação de atletas



CPI para tentar apurar possíveis irregularidades nos bingos, especialmente em relação ao repasse dos recursos às entidades esportivas.

Assim que assumiu como ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, colocou como meta prioritária a reformulação da legislação do bingo. Ele pretende, junto à sua assessoria jurídica, encontrar uma fórmula legal que aumente o percentual de lucro dos clubes e federações esportivas na arrecadação dos bingos.

Pelé não está satisfeito com o faturamento de 5% a 7% que cabe às entidades esportivas.

O ministro Pelé chega a insinuar que, como está, o bingo é uma preparação para a abertura de cassinos.

Por isso ele se mostra inconformado e sabe que está comprando uma briga difícil. Porém, afirma que não vai desistir e usará, se possível, até seu prestígio pessoal para que o Congresso Nacional reformule a lei. Caso contrário, garante, será melhor acabar com o bingo e buscar outras fontes de renda para o esporte.

O bingo se tornou uma febre desde a publicação do decreto 981, que regulamentou a lei federal 8.672, de julho de 1993. Esta ganhou o apelido de Lei Zico, pois o ex-craque do Flamengo foi secretário nacional de Desportos no governo Collor, e criou-a no sentido de instituir normas gerais para o esporte. Mas até agora, o único artigo que saiu do papel foi o do bingo, que visa a beneficiar federações e clubes que tenham o mínimo de três modalidades olímpicas.

Da receita bruta das apostas, 65% são destinados para pagamento de prêmios, sendo que a Receita Federal recolhe 30% deste percentual. Dos 35% restantes, cabem aos clubes ou federações de 5% a 7%. O faturamento dos empresários não é nada desprezível. Num tom chique, as elegantes casas de bingo, ostentando luxo parecido com os cassinos de Las Vegas, cobram ingresso de R\$ 5. As cartelas variam de R\$ 1 a R\$ 5. Diariamente mais de mil pessoas lotam os salões de jogos, movimentando mais de R\$ 60 mil por dia só em cartelas, fora o dinheiro do bar e bilheteria.

Mas se Pelé e o secretário da Receita Federal se mostram contrários ao sistema de arrecadação e distribuição das casas de bingo, tem muita gente que é a favor, como empresários, dirigentes esportivos e até mesmo políticos. Foi, por exemplo, o ex-deputado paranaense Onaireves Moura – cassado por falta de decoro parlamentar, após ter oferecido dinheiro a parlamentares em troca do ingresso dos mesmos no PSD – quem liderou o *lobby* para que o bingo fosse incluído no projeto de lei 965/91, a Lei Zico, que até então não mencionava este tipo de jogo.

Desta vez é o deputado federal e ex-presidente da Portuguesa de Desportos (São Paulo), Arnaldo Faria de Sá (PPR), que, liderando um bloco de empresários, promete defender uma ação contra a tentativa de extinção das casas de bingo. O deputado não esconde que pretende formar um *lobby* no Congresso e declarou isso a mais de 200 empresários durante reunião, em São Paulo, da Associação Brasileira de Administradores, Operadores e Proprietários de Estabelecimentos de Bingos e Similares. Segundo Faria de Sá, se um clube recebe 5% do lucro bruto, estaria ganhando 50% do valor líquido. Ele alega que seu clube, a Portuguesa de Desportos, melhorou financeiramente desde a implantação do bingo.

Na verdade, clubes e federações emprestam seus nomes para grandes empresas que exploram o jogo. É o caso, em São Paulo, da Tecnobingo, que fornece material de informática para os sorteios. O Corinthians não gastou absolutamente nada em um empreendimento de US\$ 800 mil, bancado pela empresa que administra seu salão de jogos. O São Paulo foi pelo mesmo caminho e, sem desembolsar um centavo, divide o lucro com a empresa Espor.

No Rio, o presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Viana – que está há anos no poder graças a votos de ligas “fantasmas” e também indiciado na CPI do Apito – se aliou ao notório empresário da noite do Rio Francisco Re-

Como tudo começou

Depois de três anos tramitando no Congresso Nacional, finalmente no dia 25 de maio de 1993 foi aprovado o texto final da Lei Zico na Câmara dos Deputados, após duas votações na Câmara e uma no Senado. A lei teve 312 votos a favor, 34 contra e seis abstenções. O projeto foi aprovado em forma de substitutivo apresentado pelo relator da comissão especial que tratou da matéria, deputado Artur da Távola (PSDB-RJ). A lei foi sancionada em julho de 93 pelo presidente Itamar Franco, e teve como principais vetos a dedução no Imposto de Renda às doações feitas aos clubes e a parte que permitia à Caixa Econômica Federal transferir, uma vez por ano, a renda líquida de um teste da Loteca à Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A Lei Zico foi elaborada para pôr fim ao sistema rígido de organização do esporte vigente desde 1941, concebido pelo Estado Novo. Com as novas regras, as entidades desportivas ganham autonomia e liberdade de organização. Uma das principais novidades é a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (Fundesp), que receberá recursos das loterias federais, Loto, Sena e Loteca. Este fundo visa a financiar o esporte amador e educacional, com recursos previstos na ordem de US\$ 25 milhões ao ano.

Abaixo, os principais itens da Lei Zico, elaborada quando o ex-jogador era secretário nacional de Esportes do governo Collor:

* Os clubes de futebol ou de outra modalidade esportiva profissional podem transformar-se em empresas com fins lucrativos.

* Acaba com o Conselho Nacional de Desportos, composto por dirigentes e burocratas do governo, e cria o Conselho Superior de Desportos (CSD), que será gerido por representantes da comunidade esportiva nacional. O CSD decidirá sobre a polêmica concessão do passe livre aos atletas profissionais.

* Cada aposta da Loto ou Sena terá um acréscimo de 4,5% do seu valor atual para a criação do Fundesp, destinado ao financiamento do esporte não-profissional, principalmente nas escolas.

* O CSD regulamentará a inclusão de outras modalidades desportivas, hoje consideradas não-profissionais, na categoria de profissionais. Acaba a caracterização de modalidades profissionais para o reconhecimento do atleta profissional de vôlei, de basquete, de futebol ou de futebol de salão.

(W.P.)



O ministro dos Esportes, Pelé, quer aumentar o percentual dos clubes na arrecadação dos bingos, que hoje estariam sendo controlados pela "máfia espanhola"

carey, e os dois iniciaram a febre carioca do bingo, transformando o Scala, famosa casa de espetáculos localizada no bairro do Leblon (Zona Sul do Rio), numa casa de jogo. Chico Recarey gostou tanto que abriu outro salão, em Niterói, em sociedade com a Federação de Vôlei.

Os empresários lucram e os dirigentes não reclamam. Mas entre os que ganham com o bingo existe uma guerra velada. O vice-presidente do Botafogo, Carlos Eduardo Pereira, diz que a lei errou colocando as federações no "bolo", já que estas não têm despesas e ainda ficam com um percentual das rendas dos clubes em jogos do campeonato estadual. Já o presidente Carlos Augusto Montenegro garante que a renda do bingo ajuda a pagar a folha salarial. Juber Gonçalves, diretor do Fluminense, diz que "o bingo deveria ajudar os clubes" e acha estranho que as federações também possam criar os seus.

O presidente da Federação de Atletismo do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Carvalho, diz que nada tem a reclamar do bingo. Categórico, ele afirma

que o atletismo não iria a lugar algum se não fosse essa modalidade de arrecadação. O atletismo que está ligado ao Bingo Arpoador e Carvalho já anuncia o investimento do que foi apurado em dois meses – R\$ 105 mil – na formação de uma equipe que possa fazer frente aos atletas paulistas. E o dirigente discorda de Pelé: "Se é para punir, que se punam os maus empresários. Não tenho nada a esconder. O bingo é a salvação do atletismo do Rio. Só discordo que a punição seja para todos."

O ministro Edson Arantes do Nascimento não só quer mexer na lei que regula o bingo como declarou que a "máfia espanhola" controla este tipo de jogo no Brasil. O empresário espanhol Francisco Recarey, que administra dois bingos e já está construindo um terceiro, diz que não se sente atingido, pois "se acha tão brasileiro quanto Pelé", já que mora no Brasil há 32 anos. Recarey, que promove o bingo no Scala (Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro) e de Charitas, em Niterói (Federação de Vôlei) e vai inaugurar o da Federação de Futebol de Salão, afirma que leva prejuízo neste tipo de negócio, com faturamento diário de R\$ 15 mil.

O empresário esclarece que o bingo existe na Espanha há 20 anos e foi criado para o lazer dos aposentados. Na Europa, atualmente, funcionam 1.200 bingos, sendo que 920 na Espanha, onde se paga o imposto único de 10%. O gerente do Cariobing, Amílcar Gierkens, diz que se sentiu envergonhado com as declarações de Pelé ao se referir à "máfia espanhola" como promotora dos bingos: "Nosso dinheiro entrou de forma limpa, através do Banco Central."

Ao lado da "máfia espanhola", um outro grupo estaria administrando salas de bingo: os banqueiros de bicho. No dia 17 de fevereiro, fiscais da Secretaria de Fazenda de São Paulo e policiais fecharam a Liberty, maior casa de jogos da capital paulista. O bicheiro Ivo Noal seria um de seus donos. O local é gerido pela WR Produções, em acordo com o clube XV de Novembro, de Piracicaba (interior do estado).

Segundo a Secretaria da Fazenda, a casa funcionava graças a uma autorização "precária" do clube, que não teria sido regularizada dentro do prazo devido. A administradora também não teria cumprido

Zico: 'a lei não é minha'

Arthur Antunes Coimbra, o Zico, é enfático: "A lei não é minha, ela só é atribuída a mim." O ex-jogador do Flamengo e seleção brasileira diz que não partiu dele a idéia da criação das casas de bingo. "A lei previa o clube-empresa", explica. Zico também não concorda com Pelé, que pretende alterar a lei para que os clubes tenham um percentual maior, nem tampouco que se fechem as casas de bingo sob a alegação de que existe corrupção.

"Acho que o Pelé não pode culpar os empresários que promovem os bingos. Ele deve orientar os conselhos deliberativos dos clubes para que fiscalizem os contratos feitos pelos presidentes. Se o clube está ganhando pouco ou quase nada, esse dirigente é incompeten-

te ou leva algum dinheiro por fora."

Zico é contratado como "garoto propaganda" pela empresa que promove um bingo em São Paulo junto com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Eufórico, ele defende essa modalidade de jogo, afirmando que, em três meses, o telebingo do COB garantiu uma renda de US\$ 1,1 milhão. Zico ressalta que o Telebingo do Comitê é feito com a maior lisura, "caso contrário não emprestaria meu nome a ele", e, por isso, sugere que os que fazem negócios escusos sejam punidos.

Reafirmando que ficou decepcionado com a forma como foi aplicada a lei 8.867/93 desde sua regulamentação pelo decreto 981/93, Zico diz que "muita coisa importante foi mudada, mas ao menos conseguimos alguns triunfos, como a regularização do clube-empresa". Pelo menos Zico concorda com o secretário da Receita Federal e espera também uma aplicação mais enérgica da lei que regulamenta a instituição das casas de bingo e que é determinada pelas secretarias de Fazenda de cada estado.

O jogador não teme ficar estigmatizado como Gérson, tricampeão do mundo, que, ao fazer um anúncio de uma marca de cigarros, ficou marcado como "aquele que levava vantagem em tudo". Era a "Lei de Gérson".

"Reafirmo, a lei não é minha. Se existem pessoas que exploram o lado negativo, não é baseado nesta lei. Existem outros pontos bons que ainda não foram colocados em prática. Além do mais, não criei o projeto sozinho, tive ao meu lado uma comissão formada por gente do mais alto gabarito", explica o ex-jogador.

Um dos colaboradores deste projeto que veio a se transformar em lei foi o advogado Antônio Simões. Sem se mostrar inteiramente satisfeito com a aprovação dela, Simões revela que o bingo é resultado de um trabalho direcionado por pessoas com determinados interesses. Segundo ele, esse tipo de gente se ligou ao poder para conseguir uma lei que viabilizasse esses interesses. "Não pensávamos em bingo, e sim em mudar o esporte em sua essência", afirma.

(W.P.)

Zico diz que os conselhos dos clubes devem fiscalizar os contratos firmados com os donos de casas de bingo

do a exigência legal de apresentar a relação dos proprietários. O clube também não remeteu os documentos exigidos. Em São Paulo funcionam cerca de 50 salões de bingo, sendo 17 de grande porte, segundo a Secretaria.

Poucos recursos - O jurista Álvaro Melo Filho, que fez parte da comissão de elaboração do anteprojeto da chamada Lei Zico, diz que o dispositivo da instalação dos bingos não foi idéia do ex-jogador do Flamengo e, sim, do então deputado federal Artur da Távola (hoje senador), que era relator da matéria. Segundo Melo Filho, a solicitação foi feita porque foram vetados os incentivos fiscais ao esporte, nos moldes aplicados à cultura. O jurista assinala que a Cultura tem R\$ 113 milhões do Orçamento, e o Esporte recebe apenas R\$ 20 milhões. "O esporte é mais uma vez brutalmente sacrificado com a supressão do abatimento da renda bruta ou dedução do lucro, das contribuições feitas por pessoas físicas ou jurídicas a entidades de administração ou prática desportiva", conclui o jurista. ■

O precursor da luta contra a fome

Médico pernambucano pioneiro no estudo sistemático da carência alimentar no Brasil e no mundo e na batalha para vencê-la tem sua trajetória mostrada em vídeo



Carmine Miceli

Por seus estudos sobre a fome no Brasil e no mundo, Josué de Castro recebeu, em 1954, o Prêmio Internacional da Paz. Em 1951, havia sido eleito presidente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). A trajetória do médico pode ser vista no vídeo *Um Brasileiro Universal*, que está sendo lançado no Rio de Janeiro, em Pernambuco e em Brasília. Com direção de Sílvio Tandler, é uma recuperação da história do autor de *Geografia da Fome*.

Diretor de *Jango e Os Anos JK - Uma Trajetória Política*, Sílvio Tandler tem um trabalho sistemático de resgate de biografias marginalizadas da vida pública. A decisão de fazer *Um Brasileiro Universal* nasceu do convite de um dos netos do médico pernambucano. "Como outros tantos milhões de brasileiros, eu conhecia Josué só de nome, mas não tinha a noção do alcance da sua obra. O desafio me interessou", conta o cineasta.

Sílvio, a exemplo do que aconteceu quando fez *Jango*, ficou apaixonado pela vida de Josué de Castro: "Nos

anos 30, ele estuda as condições dos operários no Recife. Em meados de 40, trabalha de forma sistemática, pela primeira vez na geografia, a questão da fome. Ele passa a ter um reconhecimento internacional com *Geografia da Fome*, sobre o Brasil, e *Geopolítica da Fome*, sobre a situação internacional".

Nos anos 50, no auge da guerra fria, o médico assumiu uma posição antimilitarista. Contrariando as teses malthusianas que pregavam o controle da natalidade, ele afirmava que o mundo detinha uma tecnologia que, empregada para a paz, era capaz de erradicar a fome no planeta. Sua argumentação o levou a ganhar o Prêmio Internacional da Paz, em 1954, e a ser indicado, várias vezes, para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz.

Na década de 70, começou a defender uma política de desenvolvimento auto-sustentado. Cassado, não pôde representar o Brasil, em 1972, na Conferência de Estocolmo, encontro ao qual compareceu o ministro Costa Cavalcanti, que advogou o desenvolvimento a qualquer preço, política da ditadura. Na época, Josué, fazendo coro com outros notáveis, disse que os recursos naturais são importantes de-

mais para serem administrados por governos nacionais. E propôs a formação de um governo transnacional para criar e administrar uma política de desenvolvimento auto-sustentado, idéia levantada na Conferência da ONU para a Ecologia e o Desenvolvimento (Rio-92).

O vídeo mostra a trajetória do pernambucano desde os tempos de menino nos manguezais e associa sua obra à sua vida. A paixão pelos manguezais, universo que o ajudou a compreender a fome, é retratada com cenas gravadas na capital pernambucana.

A eleição em que foi o deputado federal (PTB) mais votado de Pernambuco, em 1958, também é lembrada, assim como o mandato de deputado estadual a partir de 1954. "A votação o colocou quase na posição de candidato natural à prefeitura de Recife. Em acordo feito como Miguel Arraes, ele recusou uma possível candidatura, para apoiar Arraes", conta Sílvio.

Um Brasileiro Universal tem depoimentos de amigos de Josué, como o escritor Jorge Amado, que fala com carinho do médico. "Ele ressalta que o Josué nunca foi comunista, mas trabalhava junto a eles, sem discriminá-los", adianta Tandler. Já o antropólogo

go Darcy Ribeiro o considera um dos grandes homens do mundo e diz que, dentro de 500 anos, uma das obras contemporâneas com espaço na história será *Geografia da Fome*.

Outro depoimento é do jornalista Neiva Moreira que conta, com muita emoção, a vida parlamentar de Josué de Castro, com que conviveu na Frente Parlamentar Nacionalista.

Líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião também revela sua admiração pelo pernambucano, com quem fez dobradinha nas eleições de 1954 e 58. O cineasta lembra que "Julião se orgulha muito de ter transferido votos para Josué, para quem chegou a fazer um cordel".

A vida de Josué de Castro em família é contada pela escritora Zélia Gattai. Entre os amigos de Recife, aparecem no vídeo Otávio Pernambucano, colega do primário, que conta que Josué escrevia mal, mas fez um grande esforço para superar sua dificuldade. Já o colega de profissão Orlando Parahim fez pesquisas com ele e o apresentou ao sertão.

Rachel de Queiroz destaca a importância da passagem da fome da literatura para a ciência. O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, também foi convidado para falar sobre a importância do trabalho do pernambucano.

Situado em Pernambuco, o Centro Josué de Castro foi muito importante para a realização do vídeo. Ele reúne cartas, documentos e fotografias, preserva a memória do médico e produz pesquisas sobre assuntos como a fome e a vida dos trabalhadores.

Um Brasileiro Universal tem 40 minutos editados de 40 horas de gravações, feitas em quase cinco meses de filmagem. Será distribuído em escolas, universidades, centros de pesquisas, cursos de nutrição. A princípio, serão feitas mil cópias. É um trabalho da Bárbaras Produções, em associação com a Vídeo Fundação (Fundação Progresso) e outras produtoras. Foi realizado com verba da Embratel e teve o apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Telerj e Prefeitura de Recife. Tem argumento original de Josué Fernando de Castro Filho e Adolfo Lachtermacher; texto de Tânia Fusco; fotografia de Jacques Cheuiche; e música de David Tygel.

Biografia

Josué Apolônio de Castro nasceu em 1908, em Recife, e morreu no exílio em 1973, em Paris. Filho de um emigrante que deixou o sertão por causa da seca de 1877 e da filha de um proprietário de engenho de açúcar, cresceu próximo a mocambos erguidos em manguezais na capital pernambucana. "A casa ficava à margem do rio, o sítio terminando à beira d'água, ficando em tempo de cheia como uma ilha, como uma fortaleza montada nos altos bates por onde os caranguejos subiam trepando até o terraço, entrando alguns mais ousados até dentro das salas", escreveu na crônica *Solidariedade Humana*, na qual confessa que o período em que morou junto à zona dos mocambos talvez tenha sido o melhor de sua vida.

Fez o curso de Medicina na Bahia e no Rio, onde se formou em 1929, e começou a exercer a profissão em Recife. Sua primeira obra sobre a fome tem como título *O problema da alimentação no Brasil* (1933). A repercussão de seu trabalho foi maior com *As condições de vida da classe operária no Recife: Estudo econômico de sua alimentação* (1935), levantamento pioneiro que serviu de modelo para investigações semelhantes em outros estados, para o movimento pela fixação do salário mínimo e reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.

Em 1935, mudou-se para o Rio de Janeiro. A partir de sua docência em Fisiologia na Universidade do Distrito Federal e da experiência clínica no Recife, começou a fazer pesquisas bioquímicas que originaram o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil.

Entre 1939 e 1945, além de ter criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps), deu cursos sobre alimentação e nutrição no Departamento Nacional de Saúde Pública e na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, e foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição.

Obra que tornou Josué mundialmente famoso, *Geografia da Fome* lançada em 1946, é um estudo da fome em todas as regiões do país. Já *Geopolítica da Fome* (1951) trata do problema no mundo. Traduzidos, em edições sucessivas, em quase 30 idiomas, os dois livros alertaram a opinião pública internacional para o problema.

Foi presidente da FAO de 1952 a 1955. Outra grande contribuição de Josué de Castro para a humanidade foi a criação, no ano de 1957, em Paris, da Associação Mundial de Luta Contra a Fome, que originou comitês em vários países.

Em 1960, presidiu a Campanha de Defesa Contra a Fome promovida pela ONU, defendendo como primeiro direito do homem o de não passar fome. Em 1963, renunciou ao mandato de deputado federal para assumir o posto de embaixador brasileiro junto aos organismos internacionais da ONU em Genebra (1963-64). Com o golpe militar em março de 1964, teve seus direitos políticos cassados em 9 de abril.

Nos últimos anos de vida, em Paris, criou o Centro Internacional de Desenvolvimento; participando ativamente do movimento intelectual europeu em defesa dos povos do Terceiro Mundo; realizando conferências em vários países da América, Europa, Ásia e África; organizando congressos e simpósios internacionais; e lecionando geografia humana na Universidade de Paris-Vincennes.

Os intelectuais e o Poder: o difícil equilíbrio

A relação entre estudiosos e artistas com o Estado passa por preferências ideológicas e muitas vezes deságua na necessidade de sobrevivência



Fernando Henrique escolheu Francisco Weffort, que nomeou Marcio Souza, que entrou no lugar de Ferreira Goulart

Carlos Tautz

De um lado, Ferreira Goulart, Gianfrancesco Guarnieri e Caetano Veloso torciam para Fernando Henrique Cardoso. No lado oposto, Marieta Severo, Oscar Niemeyer e Chico Buarque apoiavam Lula. Os torcedores-intelectuais entraram em campo na última eleição presidencial apenas para emprestar aos candidatos o prestígio de suas inteligências e de suas imagens junto ao eleitorado. Repetia-se uma tradição brasileira, segundo a qual artistas e intelectuais só interessam aos partidos em época de eleição ou como instrumento de propaganda dos governos.

Se não, vejamos: FHC é o presidente da República e nomeou o sociólogo Francisco Weffort para o Ministério da Cultura. Se Lula ganhasse a disputa, o cargo iria para um "quadro" petista, provavelmente a filósofa Ma-

rilena Chauí, professora-titular da Universidade de São Paulo. Ferreira Gullar, que apoiou explicitamente Fernando Henrique, perdeu o cargo de presidente da Fundação Nacional de Arte (Funarte) para o editor Márcio de Souza, amigo íntimo de Weffort e ex-membro do PT.

Artistas ou intelectuais estariam, assim, preteridos pelas articulações internas dos partidos. Foi essa tática de aproveitamento-cooptação que levou o ator Paulo Betti, um esforçado militante na campanha presidencial de 1989, a admitir há cerca de um ano que o PT o procurava apenas em época de eleição e que, portanto, dali em diante preferia cuidar mais de sua carreira do que fazer política partidária.

Logo após ter sua eleição confirmada, Fernando Henrique Cardoso chegou a citar em uma entrevista coletiva o compositor baiano Caetano Veloso, como o tendo inspirado numa decisão política. Além de afagar o ego de Caetano

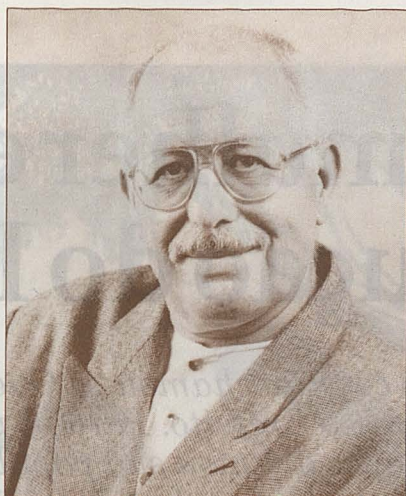
e de reforçar uma imagem — criada pela sua assessoria durante a campanha eleitoral — de homem íntimo da intelectualidade, segundo as más línguas a citação também poderia ter tido um outro objetivo implícito. FHC queria dar uma estocada em Chico Buarque, um dos compositores que dividem com Caetano a preferência de uma determinada faixa de público e que militou na campanha do petista Lula da Silva.

A estratégia de aproximação entre políticos e intelectuais, embora obedeça a parâmetros comuns às relações entre quaisquer seres humanos, não deixa de parecer cooptação dos segundos pelos primeiros. O ex-presidente Fernando Collor a utilizou em seu mandato de dois anos e convocou o falecido, superinteligente e direitista José Guilherme Merquior para o cargo de ministro da Cultura. Collor terminou surrupiando longos trechos de um ensaio de Merquior e os divulgou para a imprensa como se fossem seus.

Para o professor de pós-graduação em Teoria Literária, Silviano Santiago, da Universidade Federal Fluminense (UFF), (autor do livro *Em liberdade*, em que recria a trajetória pessoal de Graciliano Ramos) nem sempre se pode chamar de cooptação o apoio ou adesão de intelectuais a governos ou projetos políticos. Silviano aponta como exemplo bem típico a situação do progressista Carlos Drummond de Andrade, um dos maiores poetas brasileiros, que foi funcionário do Ministério da Educação na época do Estado Novo. "O trabalho de Drummond naquele tempo era de vanguarda e não encontrava espaço para ser publicado. Ele tinha de ganhar a vida de alguma forma e a maneira que encontrou foi trabalhar no Ministério. Acho que temos de fazer uma distinção bem clara entre o artista e a sua obra. Os intelectuais nunca deixaram de escrever o que pensavam."

De qualquer forma, muitos nomes famosos e consagrados das artes brasileiras tiveram seus momentos de aproximação com o Estado e os regimes em vigor — mesmo que ideologicamente a distância que os separava fosse grande. Cândido Portinari, considerado o maior pintor brasileiro de todos os tempos, foi colaborador do ministro getulista Gustavo Capanema na pintura dos painéis do edifício do antigo Ministério da Educação e Cultura, no Centro do Rio de Janeiro. Integrava a equipe de Portinari o não menos importante arquiteto, mundialmente reconhecido, Oscar Niemeyer. O regime implantado por Vargas não afastou os intelectuais Portinari e Niemeyer, então ativos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em suas obras, os dois expressavam preocupações sociais e políticas. Portinari costumava denunciar em suas pinturas a situação do trabalhador pobre (quase sempre negro) em condições de trabalho subumanas. Niemeyer, por sua vez, projetou o envidraçado Palácio do Planalto — sede do Executivo federal em Brasília —, com o objetivo de simbolizar a necessária transparência com que os presidentes da República deveriam governar o país.



Silviano Santiago: os intelectuais sempre escreveram o que quiseram

A postura inversa sempre foi possível. Um intelectual que procurou não aceitar qualquer tipo de aproximação com regimes dos quais discordasse foi o escritor Graciliano Ramos, autor do romance *Memórias do Cárcere*. Prisioneiro político do regime do Estado Novo no presídio da Ilha Grande (RJ) durante 10 meses, entre os anos de 1936 e 37, Graciliano (também por conta de sua personalidade introspectiva) teve de arcar política e financeiramente com a não-aceitação daquilo com o qual não concordava. Muito crítico de si mesmo, Graciliano, durante algum tempo militante do PCB, recusou oportunidades profissionais que contrariavam sua postura política. E, por outro lado, concordou em aceitar cargos que lhe interessavam, deixando, por exemplo, a prefeitura de Palmeiras dos Índios 27 meses depois de eleito para ir dirigir a Imprensa Oficial de Alagoas.

Mais recentemente, durante a ditadura militar deflagrada pelo golpe de 1964, a relação entre Estado e intelectuais foi tensa e distante — a repressão à liberdade de pensamento se radicalizou como em nenhum outro regime de exceção que o Brasil até então tinha visto. Raros foram os pensadores — de esquerda ou mesmo os liberais — que se deixaram atrair por um emprego ou colaboração com o Estado, que naquele momento censurava até a imprensa comprometida com os militares e torturava cruelmente os opositores do regime.

Mesmo assim, houve quem se colocasse ao lado do governo. Os escritores e membros da Academia Brasileira de

Letras, Octavio de Faria e Adonias Filho, por exemplo, davam pareceres sobre a conveniência, ou não, do Instituto Nacional do Livro (INL) patrocinar a co-edição de obras produzidas por editoras privadas. O INL, criado em 1937 por Getúlio Vargas e que teve como primeiro diretor o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, comprava até tiragens inteiras para distribuí-las a bibliotecas públicas espalhadas pelo Brasil. Não só naquele tempo, mas também hoje, qualquer editor almeja vender para o governo. De qualquer modo, na época, os pareceres raramente se prendiam a aspectos acadêmicos. Estavam sempre carregados de preconceito ideológico e até de preferência individual.

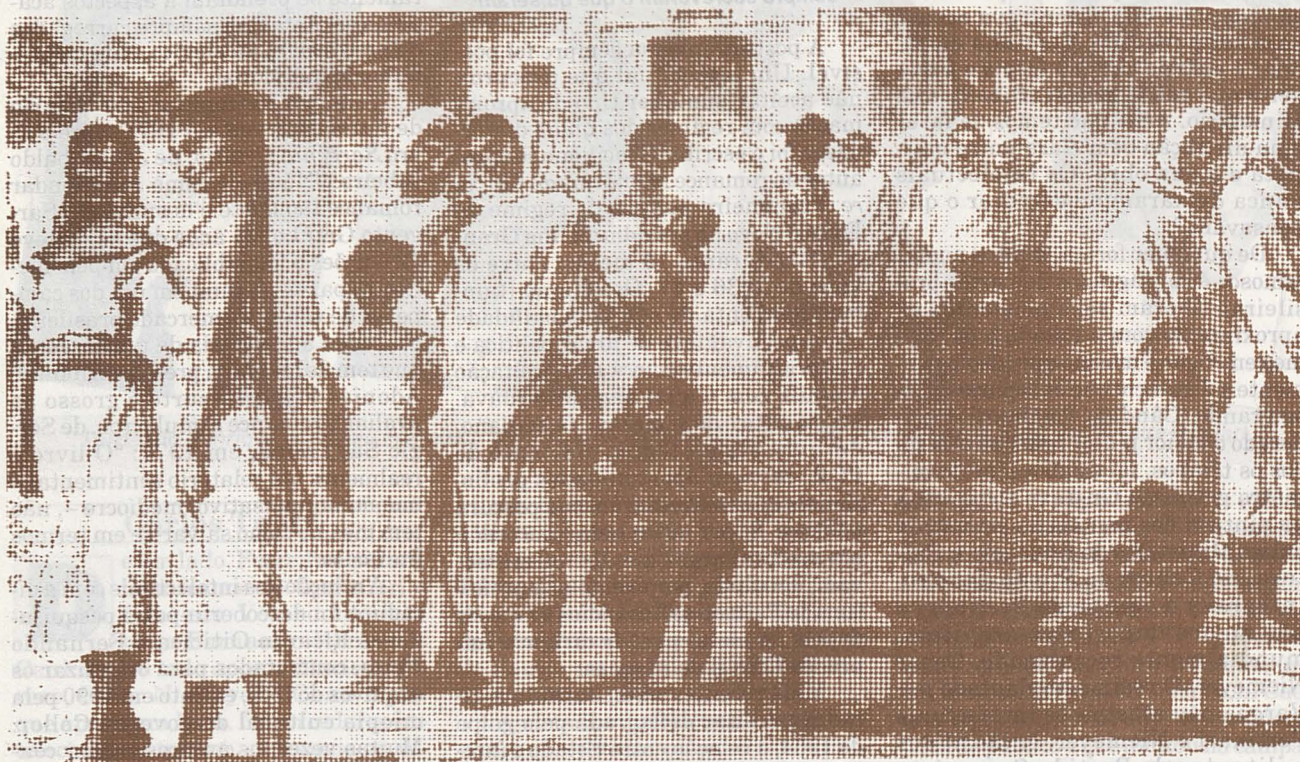
Veja, por exemplo, o que Octavio de Faria escreveu em 1971 sobre o livro *Sargento Getúlio*, de João Ubaldo Ribeiro: "Não vejo como recomendar romance tão triste e desumano." *Sargento Getúlio*, 24 anos depois, já teve 12 edições e foi publicado em pelo menos 16 países. É também um dos campeões de venda no mercado brasileiro, contando a trajetória de um sargento que tem de levar um preso ao tribunal. Adonias Filho foi curto e grosso ao avaliar o romance *Simulacros*, de Sérgio Sant'anna, em 1977: "O livro é realmente um relatório sentimental — monótono, cansativo, medíocre —, não tem mesmo como salvar-se em termos literários."

A relação dos intelectuais com a ditadura foi descoberta pelos pesquisadores Ricardo Oiticica e Fernando Fiuza, contratados para organizar os arquivos do INL, extinto em 1990 pela miopia cultural do governo Collor. Muitas vezes, os autores sequer concordavam ou sabiam que suas obras seriam submetidas à apreciação do Instituto. Sérgio Sant'anna pediu a seu editor, Enio da Silveira, que não solicitasse o convênio com o governo.

Mas a editora de Enio — a Civilização Brasileira, conhecida por publicar obras nas áreas de Ciências Sociais e Humanas e de cunho progressista — estava em má condição financeira e o empresário acabou aceitando a co-edição. O escritor João Ubaldo também garante que sequer tomou conhecimento de que *Sargento Getúlio* havia entrado na fila do convênio com o INL.

A mulher e a reconstrução do Paraguai

Para os brasileiros, o conflito chamou-se Guerra do Paraguai e é lembrado pelos feitos de nosso Exército. Para os paraguaios, foi a Guerra Grande, que arrasou o país e dizimou sua população masculina. Coube às mulheres importante papel na reconstrução nacional



Mulheres paraguaias saindo de uma igreja após a missa (publicado em *Le Tour du Monde*, Paris, 1874)

Alberto Moby *

Há 125 anos, no dia 1º de março de 1870, terminava uma das guerras mais sangrentas da história da humanidade, comandada pelos interesses do capital inglês na América do Sul. Ela é conhecida entre nós como Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança e lembrada no Brasil no Dia do Soldado (25 de agosto) como uma sucessão de feitos heróicos do Exército brasileiro con-

tra a tirania do ditador Francisco Solano López, o "Napoleão do Prata".

Para os paraguaios, é a Guerra Grande, que deixou centenas de milhares de mortos, praticamente dizimando a população masculina e deixando o país economicamente arrasado.

As forças aliadas, que ocuparam a capital do país, Asunción, em janeiro de 1869, lá permaneceram até 1876, controlando um governo títere que defendia ideais político-ideológicos radicalmente antagônicos aos de Solano

López. Além disso, o Paraguai perdia para o Brasil toda a região compreendida entre os rios Blanco e Apa e a zona do Amambay e para a Argentina mais da metade da região das Missões, ao sul do rio Paraná, e todo o Chaco central, até o rio Pilcomayo.

O maior exemplo da brutalidade dessa guerra, que na escola primária é ensinada como heróica, é a ocupação de Asunción sob as ordens do Duque de Caxias. Ao chegarem à capital paraguaia, os aliados se instalaram nas

casas e prédios públicos, abandonados em fevereiro do ano anterior por decreto do Conselho de Guerra do Paraguai. A cidade, desgovernada e caótica, foi vítima de saques, incêndios, estupros e toda sorte de crimes. Além disso, devido à crença de que a população, ao abandonar suas casas, havia enterrado seus tesouros, os soldados aliados saquearam tudo que pudesse escondê-los. Uma onda de escavações em ruas, jardins e assoalhos das casas, violações de túmulos, em busca de riquezas escondidas ou enterradas tomou conta da capital. Embora as especulações sobre tesouros enterrados fossem mero exagero, de qualquer forma foram extraídas de Asunción verdadeiras fortunas em mobiliário, jóias, utensílios domésticos, etc.

As poucas mulheres da cidade (as tropas de ocupação chegaram a aproximadamente 30 mil soldados!) eram presa fácil para um bando de homens embrutecidos pelos horrores da guerra e pela distância da terra natal, cujos apetites sexuais não podiam ser dos mais moderados.

Ainda durante muito tempo a situação populacional do país permaneceu desoladora: uma sociedade de proporcionalmente muitas mulheres e praticamente nenhum homem. Em Asunción, toda a atividade informal estava entregue a elas: a população da capital na época, estimada em geral em 10.000 habitantes, incluía entre 2.500 e 3.000 homens dos quartéis brasileiros de ocupação, a maioria deles negros, estabelecidos em uma colina fora da cidade, e o abastecimento desta força militar



Francisca Cabrera, uma das muitas heroínas da guerra. Xilogravura publicada no jornal da Frente de Batalha Cabichuí em 10 de outubro de 1867

possibilitou boa parte do comércio da cidade.

O componente não-militar da população masculina, em torno de 1.500 pessoas, consistia quase que inteiramente de estrangeiros, sejam brasileiros, italianos ou de nacionalidade mista. As mulheres paraguaias de todas as características – desde o tipo indígena ou negro até quase o puro espanhol – formavam a maioria dos habitantes, e todo o comércio do interior era realizado por elas.

Centenas de paraguaias, cada uma levando na cabeça uma canastra com mercadorias comercializáveis – vegetais, ovos, leite, tabaco, ou pão à base de farinha de mandioca, chamado *chipá* – iam até Asunción, vindas das zonas circunvizinhas todas as ma-

nhãs, e ocupavam as *plazas* abertas durante o dia, retornando a suas casas ao entardecer. A água potável da cidade, vinda de vários *pozos* a uma certa distância da zona urbana, era trazida de manhã e à noite pelas mulheres, em fila indiana, cada uma sustentando um grande cântaro sobre a cabeça.

Ao mesmo tempo, no interior, em direção ao sudeste do país, prevaleciam as cidades fantasmas: Trinidad ou Ibiray: entre 200 e 300 habitantes; Paraguari: dois quarteirões principais e cerca de 600 habitantes; Caapucú: 700 habitantes; San Miguel: um quarteirão, rodeando uma pequena igreja, com apenas 12 casas habitadas; Santa Rosa: apenas um quarteirão de casas destruídas praticamente desabitadas; El Carmen: somente duas casas habitadas; Encarnación, fundada em 1614, e que fora

uma das principais reduções das Missões, quase completamente deserta, com somente 12 casas das que sobram, ocupadas. Nas áreas rurais, acreditava-se que havia 50 mulheres para cada homem, enquanto que em Asunción essa taxa era de três para um.

Além disso, a chegada das tropas aliadas trouxe milhares de comerciantes, especuladores, artesãos e outros grupos vindos do sul da região platina, todos excitados com a possibilidade de tirar proveito da riqueza abandonada pelos paraguaios, alguns para se estabelecerem economicamente de forma estável. A cidade de Asunción se encheu, em poucos dias, de uma enorme e confusa população, que falava em suas ruas todos os idiomas e dialetos ocidentais.

Como resultado da guerra, não só grande parte da população fora dizimada como, a uma primeira vista, toda cultura paraguaia. Essa destruição, porém, não foi acidental. Embora oficialmente os planos da Tríplice Aliança fossem, segundo artigo do então presidente argentino Bartolomé Mitre para o jornal *La Nación*, derrubar “essa abominável ditadura de López e abrir ao comércio do mundo essa esplêndida e magnífica região que possuí, talvez, os mais variados e preciosos produtos dos trópicos e rios navegáveis para explorá-los”, a verdade era que “os soldados aliados, e muito particularmente os argentinos, não foram ao Paraguai para derrubar uma tirania (...) e da mesma forma teríamos ido se em vez de um governo monstruoso e tirânico como o de López, houvéramos sido insultados por um governo mais liberal e civilizado”, segundo ainda o general Bartolomé Mitre. O problema é que antes de consumada a vitória não se podia admitir tais razões, porque seriam injustificáveis: “Não se vai matar a tiros um povo, não se vai incendiar seus lares, não se vai regar de sangue seu território, dando por razão de tal guerra que se vai derrubar a tirania a despeito de seus próprios filhos que a sustentam ou suportam (...). A filosofia, a humanidade, a moral desertariam de suas fileiras se tivéssemos ido matar paraguaios e destruir o Paraguai para redimir um montão de ruínas e um grupo de viúvas e órfãos, cobrindo com a bandeira da liberdade o último cadáver do último sustentador da sua tirania”, de acordo com o historiador Julio José Chiavenatto.

O Paraguai, no entanto, como que ressurgiu das cinzas. E – o que é mais interessante – manteve as principais características de sua cultura, eminentemente indígena, inclusive com o idioma guarani, ainda hoje falado pela maioria da população. Cabe perguntar, então, que força teria propiciado esse ressurgimento, se tanto sua população, dizimada, quanto sua cultura, substituída pelo modelo liberal imposto pela Tríplice Aliança, foram arrasados?

A lingüística moderna admite geralmente que não falamos uma língua, mas que somos falados pela lín-

gua. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc. Em consequência, um povo que se des-língua é um povo que se des-pensa, se des-diz e, finalmente, se des-faz. De fato, as grandes dominações culturais, econômicas e políticas se estabelecem – e permanecem estabelecidas – enquanto existem os fatores da dominação lingüística: subjugados lingüisticamente, os povos entram em uma fase de despalavramento que é dessistematização e desestruturação.

*Apesar de arrasado,
o Paraguai
conseguiu manter
as principais
características
de sua cultura,
basicamente
indígena, como
o idioma
guarani*

No Paraguai, desde o início da colonização o guarani teve várias realizações dialetais diferentes. Como, do ponto de vista social, cultural, econômico e político, havia dois Paraguais – o dos colonos e o das missões jesuíticas –, houve também duas línguas guaranis. Isso sem levarmos em conta o guarani pré-colombiano, que permaneceu – e em alguma medida permanece – através dos índios que conseguiram se refugiar nas regiões montanhosas do país. Pouco a pouco foi surgindo uma nova modalidade dialetal, que alguns

costumam chamar de “guarani paraguaio”: a língua materna do grupo dominado social e politicamente utilizada pelo grupo dominante, falante de uma língua distinta e distante. Ainda assim, o “guarani paraguaio” não era visto com bons olhos pela burguesia crioula, que sentia um forte desprezo pelo índio. No Congresso Constituinte de 1870, por exemplo, houve uma não-aceitação radical ao guarani quando o representante de Paraguari solicitou que se permitisse aos congressistas expressarem-se nesse idioma. A moção foi recebida com “hilaridade geral” e “combatida energeticamente pelos deputados”, que proibiram, além disso, que o assunto voltasse à tona.

Historicamente, a mulher paraguaia sempre foi depositária privilegiada da tradição cultural e do que foi possível preservar da língua guarani, corrompida e adulterada pelo colonizador – ainda que não espontaneamente mas, ao contrário, muitas vezes dada a opressão à qual foi submetida. Por outro lado, no século XVII, segundo várias testemunhas, mesmo entre os espanhóis esse “novo” guarani era a língua comum. De acordo com Juan Rubin em *Bilinguismo nacional en el Paraguay*, entre as mulheres, sequer havia quem falasse o castelhano: “Em uma ou outra cidade a maioria sabe castelhano mas nas vilas e em todos os povoados do campo, chácaras e estâncias não se fala nem se sabe – especialmente entre as mulheres – mais que esta língua tão corrupta...”

Na jurisdição do Paraguai, onde há uns 20 mil habitantes de sangue espanhol, não se usa comumente outra língua que o guarani, ainda que mal, com muitos solecismos e barbarismos. “Das mulheres, poucas há que saibam o castelhano e os varões o sabem muito mal: e este pouco que sabem é porque nas escolas (...) os obrigam a aprender na base do açoite...” segundo Bartolomeu Meliá em *José Cardiel y su Carta Relación*.

Ao iniciar-se o século XIX tal situação ainda se mantinha: as mulheres quase invariavelmente falam com dificuldade e a contragosto o espanhol, preferindo em muito o guarani, no qual são mui eloquentes. Os decretos e leis do governo são publicados em espanhol, que se usa também para dar



Comunidade indígena paraguaia engajada na Guerra Grande

ordens no Exército e é ensinado nas escolas, às quais todos os meninos do país devem ir forçosamente (mas não as mulheres), até que aprendam a ler e a escrever. Mas depois de deixar a escola, quicá nunca mais o escutem, pois não têm livros para ler; há muito pouco papel para escrever de vez em quando e com exceção de assinarem os nomes, geralmente antes de completarem 21 anos, já esqueceram tudo o que aprenderam na escola.

Como se vê, nos primeiros 50 anos de República, não houve nenhuma mudança significativa com relação ao guarani, apesar da ojeriza das elites. E eram as mulheres as que, desde a colônia, estiveram constantemente — é claro, por sua condição de gênero “inferior” — falando guarani, com praticamente nenhum domínio do espanhol.

Observando tais evidências, Bartolomeu Meliá afirma, com segurança, que até a guerra de 1865-1870 o Paraguai era um país onde o guarani era a única língua, como fato social nacional e que nem mesmo os mestiços eram bilíngües. Com a guerra, a política de Solano López se encaminha no sentido de conferir ao guarani o estatuto de língua de unidade nacional. Incentiva-se a literatura, particularmente a de combate, em guarani, associando-a à essência, à beleza e ao va-

lor paraguaios. No período que se inicia com o fim da guerra, que tem não poucas características de um neocolonialismo implacável, se reedita uma política antiguarani, novamente apontada como problema para o desenvolvimento do país. O castelhano é, assim, associado à “civilização”, enquanto que o guarani está ligado à barbárie. É nesse campo difícil, de dor e isolamento, que a mulher paraguaia (que chora a morte de um ente querido, quase sempre um pai, irmão ou marido e, dada a necessidade de sobrevivência, em muitos casos obrigada a casar-se com um estrangeiro) se move. Silenciosa no espaço público; falante e preceptora no espaço privado.

Mas não podemos vê-la apenas como mãe exemplar que na paz cuida do lar, educa seus filhos e colabora com o homem em seus múltiplos labores e na guerra consola; permanece serena e firme nas horas de provação e de luta, e é sempre companheira leal que põe todo seu fervor na formação dos filhos, como ainda se vê em trabalhos de historiadores tradicionais.

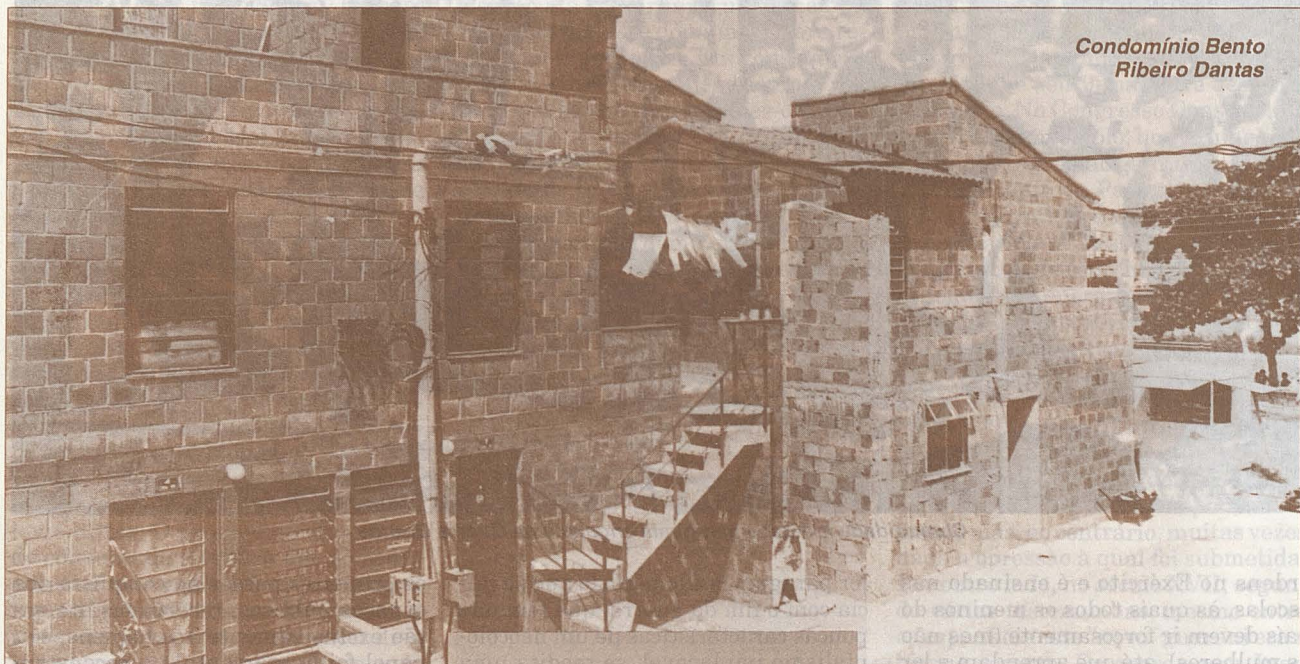
Embora apenas no começo deste século se possa dizer que as mulheres paraguaias irromperam da cotidianidade da rotina doméstica para o cenário da sociedade e começaram a dar

os primeiros passos na conquista dos espaços públicos, reservados até então exclusivamente aos homens, seu papel foi fundamental na reconstrução do Paraguai destruído pela Guerra Grande — e não com uma energia imprópria de seu sexo, apenas lutando ao lado de seus maridos e filhos na guerra da Tríplice Aliança.

Essa guerra, que aqui no Brasil, principalmente por desconhecimento, nos enche de tanto orgulho, foi um conflito de homens — e homens escravos em sua maioria, enviados para a frente de batalha no lugar dos medrosos e preguiçosos “coronéis” da elite agrária e seus filhos “bacharéis”. Aqui como lá o espaço que pertencia às mulheres era o da casa, de preferência a cozinha e a cama. Mas no Paraguai, derrotado mas “livre da tirania” do “Napoleão do Prata”, as mulheres, principalmente, reconstruíram a cultura, a identidade e o uso do idioma guarani. Vale a pena, então, perguntar: qual é realmente o papel da mulher? ■

* Jornalista e mestre em História pela UFF, autor do livro *Sinal Fechado: a música popular brasileira sob censura*, publicado em 1994 pela Obra Aberta. Professor da rede pública municipal de Angra dos Reis, cursa o doutorado da UFF, pesquisando sobre a mulher na reconstrução da identidade nacional paraguaia após a guerra da Tríplice Aliança.

Uma casa ao sol



Condomínio Bento
Ribeiro Dantas

Fotos: A. C. Júnior

Paulo Marinho

Quase sempre os conjuntos habitacionais para populações pobres são padronizados e sem atrativos, destinados mais a segregá-las do que a oferecer-lhes moradia confortável. Contidos no programa Reconstrução Rio, três projetos de reassentamento de populações ribeirinhas contrariam este padrão, oferecendo qualidade de vida, socializando o uso do espaço e preservando a individualidade do usuário.

Um deles, o Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas, recebeu o prêmio Arquiteta Adina Mera, do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RJ) e transformou-se em referência para o Banco Mundial.

Destinado a prevenir inundações e a recuperar a infra-estrutura danificada pelas enchentes ocorridas em 1988, o projeto Reconstrução Rio chegou a ser inteiramente paralisado pelo Banco Mundial em 1990 – já que o órgão financiador questionou os critérios técnicos e administrativos adotados pelo governo Moreira Franco.

Projeto de casas populares humaniza as construções levando em consideração as necessidades e demandas das comunidades reassentadas

Incluído no programa, o reassentamento das famílias ribeirinhas que viam a ser afetadas pelas obras de drenagem também foi prejudicado. Quem lembra é o ex-presidente do Grupo Executivo de Recuperação e Obras de Emergência (Geroe), Teodoro Buarque de Holanda, que reelaborou o pla-

no no início do governo Leonel Brizola: “Preocupada exclusivamente em alargar o canal, a administração anterior, que via nas populações de beira de rio um problema a ser removido, construiu duas mil casas nas distantes localidades de Grão Pará, Vila Belga e Dom Bosco, antiga rodovia Rio-São Paulo. Como a distância e o financiamento não atraíram as famílias ribeirinhas, as habitações, construídas com dinheiro do Banco Mundial, acabaram recebendo outra destinação, ocupadas por outros moradores.”

Encarando o reassentamento como algo mais do que a construção de moradias, o grupo responsável pela reativação do projeto trabalhou noutra direção. “Nossa intenção foi beneficiar as pessoas, tanto as que permaneceram no lugar de origem, favorecidas com a dragagem do rio e o fim das enchentes, quanto as que foram reassentadas. Aproveitamos para passar noções ambientais e de coleta de lixo, reforçando no morador a idéia de preservar o que é seu. Como o programa era casado às obras de drenagem, e estas contribuem para despoluir a Baía

de Guanabara, chamamos a atenção para isto e mostramos uma nova maneira de olhar e lidar com o rio", acrescenta Teodoro Buarque.

Útil e agradável – Integrada ao projeto, a Co/opera/ativa – Cooperativa de Profissionais do Habitat do RJ Ltda., vinha credenciada pelo prêmio no Concurso Nacional de Anteprojeto para Contratação e Assistência Técnica de Projeto – promovido pela prefeita Luiza Erundina em São Paulo, em 1989. A empresa norteou o reassentamento das populações ribeirinhas à luz do conceito "a construção de uma casa é feita para alguém e, por isso, não se esgota em si mesma".

Originariamente concedido pelo Banco Mundial para financiar lotes urbanizados para as duas mil famílias desalojadas ou em áreas de risco desde 1988, parte dos recursos (US\$ 25 milhões) foi usada para construir habitações nas localidades de Barro Vermelho (Belfort Roxo), Campo do América (Nova Iguaçu), Conjunto das Missões (antiga Rio-São Paulo), Rio Botas (Belfort Roxo) e Bento Ribeiro Dantas – sendo que os três últimos têm as características arquitetônicas que marcam a atuação da Co/opera/ativa. "Com três tipos de casas, das quais uma térrea e duas assobradadas, conseguimos unir o útil ao agradável; além de preservar a individualidade de cada imóvel, dotado de entrada própria e saída pelos fundos, reprodutimos o efeito estético da multiplicidade de formas dos barracos onde os usuários moravam. Isso contribuiu para fazer da mudança de casa uma transformação o menos traumática possível", argumenta o arquiteto Demétrio Anastassakis.

As 549 casas do Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas trouxeram soluções novas para aproveitar o espaço. Com 44 m², sala, dois quartos, cozinha e banheiro, foram dispostas de maneira a permitir que a laje das habitações térreas se transformassem

no solo das casas assobradadas. Proporcionando mais metros cúbicos de habitação com menos paredes e lajes, "socializamos os espaços, transformando o teto de uma família no lote da outra", explica o também arquiteto Luís Fernando Freitas, diretor técnico comercial da Co/opera/ativa. As habitações geminadas quebram a monotonia estética das casas padronizadas.

Em outro projeto, desenvolvido na Cidade de Deus (Zona Oeste), o pro-

to Ribeiro trocaram informações com os gerentes do projeto durante sua construção. Para Teodoro Buarque de Holanda, o contato com as famílias foi fundamental: "Debatíamos com eles desde os detalhes da construção até os boatos que circulam quando empreendimentos realizados pelo Estado têm o ritmo de obras diminuído. Discutia-se nas assembleias de moradores temas como transporte escolar, telefone comunitário, arborização e limpeza pública".

Integrado ao projeto, o animador cultural Valter Martins envolveu-se com a comunidade e acabou funcionando como uma espécie de Ouidor, a quem eram levadas reivindicações e sugestões dos moradores. Na sua opinião, ouvir os usuários antes e durante a construção reverteu um antigo conceito segundo o qual a obra pública deve ser tocada à luz dos ditames de políticos e empreiteiros. A habitação – diz ele – deve ser erigida para melhorar a qualidade de vida do usuário, e cabe a este, que vai morar no imóvel, a credencial de crítico e operador de mudanças.

Entregue em dezembro de 1993, o projeto arquitetônico do Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas rendeu à empresa de consultoria Co/opera/ativa o prêmio Arquiteta Adina Mera, do IAB-RJ, na categoria Espaço da Cidade. Responsável por todo o programa de reassentamento das populações ribeirinhas, o Grupo Executivo de Recuperação e Obras de Emergência também foi premiado pelo IAB, no final de 1994, na categoria Gerenciamento. Em maio do ano passado, o presidente do Geroe, Teodoro Buarque de Holanda, apresentou à diretoria do Banco Mundial, em Washington, nos Estados Unidos, o vídeo com a história do Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas. O projeto acabou virando referência para a instituição – que até então só aplicava recursos em lotes urbanizados, mas hoje já destina financiamentos para construção de habitações em seu organograma. ■



Cremilda Carvalho perdeu uma filha em 1988 durante uma enchente na favela da Varginha

grama de reassentamento construiu 80 casas funcionais no mesmo espaço onde haviam sido projetadas 54. Ao contrário do que se possa supor, os custos são os mesmos e podem até diminuir: "A construtora gasta mais tempo fiscalizando três tipologias de casas em vez de uma, mas estes gastos são compensados com a economia de escala alcançada com o ajuntamento das moradias", explica Luís Freitas.

Participação – Assentados a apenas dois quilômetros de seu local de origem, a Varginha, os moradores do Ben-

Um reassentamento diferente



As crianças do Bento Ribeiro Dantas podem brincar sem o risco de inundações

"Tinha um barraco no meio do rio/Ai meu deus, que decepção/Quando o maldito enchia/estragava os móveis e molhava o colchão/Minha mulher reclamava e dizia/Prefiro ir morar no sertão/Eu dizia se acalme meu bem/Um dia a gente vai conseguir/uma casa longe do rio/Nova vida vamos construir"

Este trecho pertence à *Fábula Carioca dos Três Porquinhos* (De volta ao futuro ou ao futuro de volta), e foi escrita coletivamente de 17/10 a 20/11/93 pelas famílias reassentadas no Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas. Partindo do respeito pelas tradições culturais e depoimentos pessoais, o texto tem três fases – origens migratórias, Favela da Varginha e Reassentamento Bento Ribeiro Dantas. Com a assessoria cultural do Geroe, a peça, interpretada pelos moradores, mostra um grupo de

peças que começa a debater os problemas de sua comunidade enquanto espera um ônibus – que nunca vem ou, quando aparece, não pára no ponto.

Construídas na avenida que leva o nome do empreendimento, as 549 casas que compõem o Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas estão a menos de dois quilômetros da localidade de Varginha – local de origem das famílias que viviam em precárias condições antes do reassentamento. Próximo à Avenida Brasil (via que liga o Centro às zonas Norte, Oeste e Baixada Fluminense), o conjunto, erigido na entrada da Ilha do Fundão, chama a atenção pela arquitetura pouco usual utilizada neste tipo de construção.

Os contornos e volumes revelam um desenho urbano que pretende conciliar espaços públicos, privados e áreas de circulação, levando em conta as questões sociais envolvidas. O conjunto Bento Ribeiro recoloca a discussão da socialização da propriedade. Com o perfil de uma mini-cidade, o condomínio tem uma rua principal e os terrenos próprios de cada casa e áreas comuns entre os núcleos germinados. Pagando 15% do salário míni-

mo mensalmente, para se tornar proprietária do imóvel em 4 anos, Cremilda Vicente de Carvalho mudou-se durante a construção – a exemplo de muitas famílias. Ela tem tristes lembranças da Varginha, favela localizada no encontro dos rios Faria e Jacaré: "Ali, em 1988, perdi uma filha de um ano e meio levada pela correnteza".

Livres das freqüentes enchentes, os moradores do Bento Ribeiro, que perdiam móveis e eletrodomésticos a cada chuva mais forte, também ganharam segurança. Ao contrário da favela, onde o lado de fora do barraco leva às estreitas e perigosas vielas, no condomínio as áreas internas comuns aos núcleos facilitam o convívio entre as famílias. Mãe de uma menina de seis anos, Cremilda diz que as crianças têm mais liberdade para brincar e os pais mais facilidade de saber onde elas estão.

Concebido de maneira a permitir a futura implantação de infraestrutura, o condomínio guarda espaços que poderão ser ocupados por creches, postos de saúde e áreas de lazer. Por iniciativa da comunidade, o conjunto, desde sua inauguração, conquistou algumas melhorias. A mais importante foi a colocação de uma passarela na Avenida Bento Ribeiro Dantas que deu fim aos freqüentes atropelamentos que aconteciam na área. Outra vitória foi a instalação de um telefone comunitário. Agora, os moradores aguardam obras de urbanização, que compreendem o asfaltamento e a construção da praça no centro do conjunto. Liberados no final do ano passado pelo Grupo Executivo de Recuperação e Obras de Emergência – Geroe, os recursos se encontram à disposição da atual administração. As famílias, no entanto, ainda procuram um local para se reunir, organizar e mobilizar a comunidade em torno de reivindicações como transporte escolar e outras demandas.

CAPA

Pela importância do tema, esta edição está quase totalmente dedicada à crise no México, numa tentativa de oferecer a nossos leitores a maior quantidade possível de informação para reflexão

Março 1995 • Nº 183 • ANO XX

2 CARTAS

CAPA: MÉXICO

- 3 No olho do furacão
- 4 A falência do modelo
- 9 Muñoz Ledo: "Sangue ou petróleo"
- 10 Por que Salinas fracassou?
- 14 Radiografia da crise
- 21 À beira de um ataque de nervos
- 25 Alerta em boa hora

ESPAÇO DO LIVRO

- 23 Viagem no texto: Relatórios contundentes de Graciliano Ramos
- 24 Com a palavra, o autor: A grande mulher de um grande homem

AMÉRICA LATINA

- 28 Peru/Equador: Uma guerra injustificada
- 31 Haiti: Social-democratas apóiam Aristide
- 32 Haiti: A camisa-de-força da ajuda econômica

ÁFRICA

- 34 O impacto das reformas estruturais
- 38 Tanzânia: Poesia *kiswahili* ameaçada de extinção

ÁSIA

- 39 Mulher: Sem lugar ao sol

ECONOMIA

- 40 Livre comércio para quem?

MEIO AMBIENTE

- 42 Estados Unidos: Racismo ambiental

INFÂNCIA

- 44 Morte no começo da vida

❑ SUPLEMENTO

CAPA

- 2 Bingo! – uma polêmica nada esportiva

CULTURA

- 6 O precursor da luta contra a fome
- 8 Os intelectuais e o Poder: o difícil equilíbrio

HISTÓRIA

- 10 A mulher e a reconstrução do Paraguai

COMPORTAMENTO

- 14 Uma casa ao sol

SUMÁRIO

➤ *Lei que visava a estimular o esporte acabou dando cobertura para a instalação de casas de bingo no país. Pelé pede sua revisão e Zico diz que o problema não é o instrumento legal e sim os maus empresários*



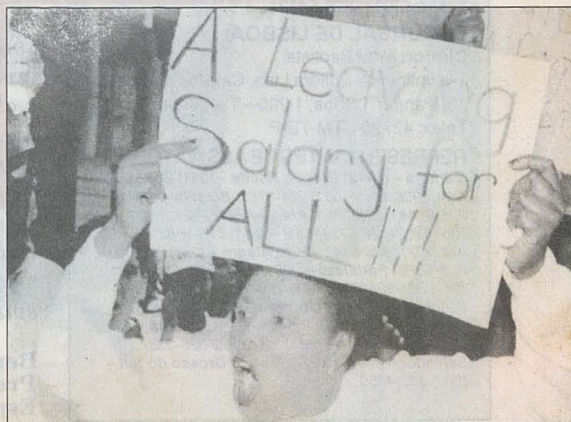
S 2

➤ *O frágil armistício que conseguiram com um grande esforço diplomático os países avalistas do Protocolo do Rio de Janeiro pode levar à mesa de negociações os governos do Peru e Equador*



28

➤ *Diante de um Estado que não correspondeu às expectativas e de uma economia de mercado que exclui os mais despreparados, a África busca uma via de desenvolvimento que tire o continente da crise sem aumentar o custo social*



34

Publicação com informação e análise
das realidades e aspirações dos
países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fajardo.

CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Marcelo Monteiro e Patrícia Costa (Rio de Janeiro), Carlos Lopes (Brasília), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Cléia M. Soares e Valdenir Peixoto

DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa) e Roberto S. Lourenço

FOTOS: A. C. Júnior

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iottty, Sílvia Aruda, Mônica Pérez, Marcelo Cabral Emerenciano, Luciane Reis e Rosângela Vicente Ferreira

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

PUBLICIDADE: Ari J. Silva

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 - 1º andar
☎ (021) 221-7511

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã-que), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News* (EUA), *Altercom* (Il-et-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)

Fotos: Agence France Press (AFP)

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106

20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel. PABX: (021) 221-7511

Fax: 55 21 252-9455 - **Telex:** (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo

Alternex: caderno@ax.ibase.org.br

Sucursal em São Paulo:

Representante: Deborah Cordeiro

Rua das Palmeiras, 230/51 - Santa Cecília

CEP 01226-010 - São Paulo

Tel/Fax: (011) 826-5442

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro

10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.

Telex: 42720 CTM-TE-P

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá - (0442) 224182, **Recife** - (081) 224-9609

/224-0936, **BH** - (031) 271-3757, **Brasília** - (061)

226-6644 e 225-0683, **Aracaju** - (079) 211-1912,

Rio - (021) 221-7511, **SP** - (011) 573-8562/

571-9871/826-5442, **Porto Alegre** - (051) 228-8636/

228-5826, **Fortaleza** - (085) 252-4858, **Curitiba** -

(041) 264-9969/252-7900/224-3319, **Belém** - (091)

235-2146/235-2446, **Uberaba** - (034) 333-1635,

Campana Grande - (083) 322-7536, **Macapá** - (096)

222-0855, **Maceló** - (082) 326-3960/323-3387,

Salvador - (071) 358-7416, **Mato Grosso do Sul** -

(067) 382-4650

Reforma agrária

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina (PI), tendo em vista os graves conflitos agrários existentes neste município e considerando a necessidade de buscar mais força na luta pela reforma agrária, iniciou uma campanha pela desapropriação da fazenda Fortaleza, em nosso município, área de tensão social e latifúndio improdutivo.

A fazenda Fortaleza tem 1.800 hectares e nela residem mais de 70 famílias. Por seu tamanho, ficam localizadas em seu interior várias comunidades, como Providência, Tapuio, Maracangaia, Angico etc. O imóvel pertence ao espólio de Gervásio Lages Rebelo, patriarca de uma família de grande poder político no estado.

A tensão social na área teve início nos últimos anos de seca. Naquele período, vários posseiros da fazenda foram denunciados na polícia, e posteriormente na Justiça, pela prática de furto de palha e de coco babaçu, uma das principais fontes de subsistência do norte do Piauí. Além disso, os posseiros foram proibidos de fazer roça.

O sindicato fez um relatório dos fatos e encaminhou ao Incra-PI, pedindo a desapropriação em 26 de maio de 1993. A fazenda foi visitada e dada como improdutiva. O parecer foi favorável à desapropriação e encaminhado ao Incra nacional, sob o processo de nº 0148/94-Pi, em Brasília. Porém, até agora a sonhada desapropriação não foi decretada. Esta demora tem agravado o clima na área.

O sindicato vem requerer a solidariedade de todos para lutarmos junto ao Incra-DF, ao Ministério da Agricultura e à Presidência da República para que a fazenda Fortaleza seja desapropriada ainda este ano, evitando assim maiores conflitos.

Bernardo Siqueira Silva
Presidente do STR Esperantina
Esperantina - PI

Quarto poder

Nesta revista sempre procuro as matérias que não são apresentadas no "quarto poder", que só cuida de divulgar aquilo que lhe convém para manter a sociedade à mercê da mídia.

Seria bom se as emissoras fossem obrigadas a alertar os telespectadores antes de exibir um filme violento. Mas não são só nos filmes que a violência está presente: as telenovelas, os telejornais e até os jornais descrevem com riqueza de detalhes os mais mórbidos acontecimentos como assaltos, estupros e suicídios.

Quem, na reforma tributária, teria a coragem de pôr o dedo nesse poder, propondo uma taxa direta sobre todas as publicidades comerciais, com uma taxa mais elevada para bebidas e cigarros, destinando esse dinheiro para a educação e a saúde?

João de Souza
Fortaleza - CE

Simplicidade

Sou estudante, tenho 17 anos, e leio **cadernos do terceiro mundo** desde agosto do ano passado. É pouco tempo, mas o suficiente para descobrir muitas coisas novas e interessantes sobre meu país e sobre o mundo que, de outra forma, não conheceria. É tempo suficiente também para perceber seu importante papel no contexto brasileiro atual: o da informação verdadeira.

A simplicidade da revista e a seriedade com que aborda seus temas fazem com que eu acredite que há possibilidade e alternativas para mudar este país tão marcado pela corrupção e pela inoperância por parte dos órgãos públicos.

Para finalizar, parabeno toda a equipe de **cadernos** e, em especial, se me permitem, a Beatriz Bissio, pela sua maravilhosa reportagem "História de uma bela aventura", publicada no número 177, de comemoração dos 20 anos da revista.

Antônio Alexandre de Araújo
Recife - PE

No olho do furacão

Em janeiro de 1995, o México entrou em um furacão. Desta vez não era um daqueles ciclones com nome de mulher que costumam arrasas o Caribe espalhando destruição e morte. Tratava-se do colapso de um modelo econômico "vendido" para toda a América Latina como o novo paradigma do desenvolvimento: o modelo neoliberal. Simultaneamente, ressurgia a rebelião indígena no esquecido estado de Chiapas, liderada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que recebe cada vez mais simpatia e adesão de outras regiões, de norte a sul do país.

Essa *débâcle* econômica e social foi muito agravada, em fins de fevereiro, com a revelação de que o ex-presidente Carlos Salinas de Gortari e seu irmão Raúl seriam os mandantes do assassinato do líder político Francisco Ruiz Massieu, ocorrido em setembro de 1994.

O procurador encarregado do caso, Pablo Chapas Bezanilla, rompendo a tradição política mexicana de preservar a imagem de todos os ex-presidentes, acusou Salinas e seu irmão mais velho pelo assassinato do seu ex-cunhado e ex-secretário-geral do PRI, Ruiz Massieu. Segundo o procurador, Massieu - considerado um homem comprometido com a depuração interna do partido - teria se transformado em "um problema" para Salinas, que tentou entrar para a história como o presidente que conduziu o México à era da modernidade, mas pode terminar condenado como

responsável por desfalques à economia nacional e por assassinato.

Raúl Salinas, que para muitos era um *intocável*, foi detido no dia 1º de março. O mesmo pode ocorrer com o ex-presidente, se for feita a vontade de 97% dos mexicanos que, segundo uma pesquisa de opinião pública, desejam ver Carlos Salinas levado a julgamento por sua responsabilidade nesse crime e na crise econômica.

No fechamento dessa edição, não estava claro se o assassinato de Ruiz Massieu estava vinculado - como muitos analistas acreditam - ao de outro alto dirigente do PRI, o candidato à presidência Luis Donaldo Colosio, em março de 1994. Como Ruiz Massieu, Colosio pertencia à ala renovadora do partido governante.

A bancarrota e as graves denúncias do juiz Chapas Bezanilla ameaçam comprometer os próprios alicerces do modelo político mexicano, tão peculiar e único, com quase 70 anos de governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI). E dá início a uma nova fase da história do país, na qual não existem mais certezas, onde tudo pode acontecer. É óbvio que as consequências da crise mexicana estão se refletindo em todo o continente e, de certa forma, em todo o planeta, nesta época de economia globalizada e comunicações instantâneas. Pela importância do tema, esta edição de *cadernos do terceiro mundo* está quase totalmente dedicada ao colapso mexicano, numa tentativa de pôr à disposição de nossos leitores a maior quantidade de informação possível sobre um problema que afeta a todos nós.



A questão social:
um dos mais graves
desafios do México



A falência do modelo

Mais do que o insucesso de um plano econômico, o que está fracassando no México é o modelo neoliberal que também foi imposto à Argentina e se tenta consolidar no Brasil

Neiva Moreira

Nenhum povo na América Latina tem dado uma contribuição maior à luta pela soberania, a liberdade e a justiça social que o mexicano. Por essa epopéia secular pagou um pesado tributo de mais de um milhão de mortos e a amputação de seu território, com a ocupação armada pelos Estados Unidos, dos estados mexicanos do Texas, Novo México, Alta Califórnia e parte de Tamaulipas, Coahuila, Chihuahua e Sonora, ou seja, mais da metade do país.

Nesse confronto com a Espanha, a França e os Estados Unidos, grandes líderes conduziram a luta pela soberania nacional, desde os sacerdotes José María Morelos y Pavón e Miguel Hidalgo y Costilla, a Benito Juárez e Francisco Madero, com a guerra pelo voto secreto e contra a reeleição. Emiliano Zapata e Pancho Villa deram às guerras independentistas o seu caráter social, reivindicando a igualdade republicana para os servos da terra: os camponeses pobres e os milhões de índios que ainda hoje reclamam por justiça no país, muitos deles lutando de armas nas mãos nas montanhas de Chiapas, integrados às fileiras do Exército Zapatista de Libertação Nacional, em defesa dos seus direitos.

O presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940), o nacionalizador do petróleo mexicano e criador da Pemex — a Petrobrás de lá —, lutou e obteve vitórias expressivas na dura batalha pela emancipação econômica. Cárdenas promoveu uma avançada reforma agrária, assegurando, inclusive, armas aos camponeses para defender o *ejido*, a nova unidade de terra que haviam recebido.

PRI: conquistas e desgates

O atual Partido Revolucionário Institucional (PRI) é continuador do Partido Nacional Revolucionário, fundado em 1929, por Plutarco Elías Calles. O mais importante na fundação do PNR

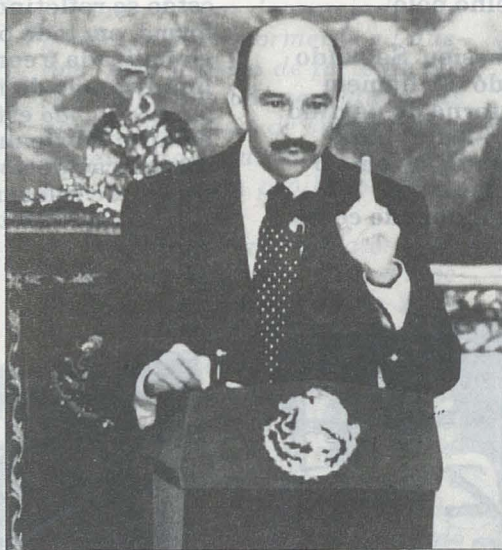
foi o seu espírito renovador e social, que lhe possibilitou unir, sob a mesma sigla, as diferentes correntes revolucionárias do país que, à época, enfrentavam o inimigo comum, mas — como é quase uma praxe na esquerda — se desentendiam internamente. A Constituição mexicana é, ainda hoje, uma das mais avançadas do mundo. Há, atualmente, como aqui, fortes pressões para a sua revisão.

O PRI tem, assim, mais de 60 anos e não se pode desconhecer que muitos dos avanços econômicos e sociais do México foram conquistados nesse longo e, conseqüentemente, desgastante domínio do Poder. A política externa independente — da qual o direito de asilo e as relações com a Espanha republicana e a Cuba revolucionária são exemplos históricos — é uma conquista mantida com rigor pelos governos do PRI, mesmo resistindo a duras pressões externas.

O modelo institucional mexicano tem sido objeto de inúmeros estudos e de pesquisas frequentes. O núcleo desses trabalhos de reflexão e análise é situar onde o PRI acertou e onde estão suas falhas. Não há dúvida de que um conceito muito burocrático de democracia interna gerou uma imensa máquina paternalista que convertia os setores mais representativos e até combativos do partido em peças de um mecanismo autocrático que transformava o presidente da República em instância determinante e irrecorrível. O Parlamento tinha (e ainda tem) uma débil influência e menos ainda, o Judiciário. O fato de que os trabalhadores urbanos e os camponeses elejam bancadas muito numerosas com candida-

tos do PRI representa pouco. Grande parte dos parlamentares com essa origem se dissolveu no aparato do Poder e foi se distanciando de suas bases.

A oposição, até há poucos anos, era quase simbólica. O governo influía decisivamente em quase todos os partidos e subsidiava seu funcionamento. A resistência de alguns poucos, embora coerente e combativa, não tinha condições de vencer a avassaladora máquina do PRI e seus aliados.



Carlos Salinas de Gortari: um tecnocrata cujo governo criou as condições para a atual crise

O Poder e a sociedade

Criou-se, assim, no México uma dependência quase generalizada entre o Poder e a sociedade como um todo. O velho refrão “quem não participa do Orçamento (do Estado) está no infortúnio” é uma regra muito seguida e popular.

Na minha estadia de vários anos no México vivi fatos que me surpreenderam. Um deles foi o *destape*, ou seja, a indicação sem margem de contestação do futuro candidato do PRI à presidência pelo mandatário que estava terminando sua gestão. Naquele dia, ansiosamente esperado, estava decidido quem ia ser o novo presidente. Era o chamado *dedazo*.

O PRI tinha pouco a ver com a escolha e os demais partidos nem falar. Só assim se explica que figuras pouco representativas, sem militância partidária – nos últimos anos, tecnocratas com uma visão fundo-monetarista da economia e muito influenciados pelo neoliberalismo das universidades norte-americanas – tenham sido *destapadas* pelo presidente em fim de mandato e consagradas como candidatos oficiais vitoriosos.

Corrupção e apartheid social

Essa máquina, que tudo podia, teria que procriar um imenso quadro de corrupção, que se generalizou e, ao mesmo tempo, estimular o florescimento de uma oligarquia econômica associada ao Poder que, encastelada nos seus bairros exclusivos, nas imensas mansões rodeadas por altos muros e muita segurança tecnológica e vigilância armada, se distanciou do país real. Hoje é, simplesmente, sócia dependente ou agente de imensos interesses estrangeiros, alheia ao sentimento nacional, cultivando uma espécie mascarada de segregação ou *apartheid* econômico-social.

O Nafta – acordo de livre comércio do México com os Estados Unidos e o Canadá – foi um dos produtos dessa aliança da qual o povo nada tinha que esperar e o plano Salinas-Zedillo (o último e o atual presidente) de estabilização econômica, uma imposição do governo de Washington, do Fundo Monetário e do Banco Mundial. Teria que dar no que deu.

A “integração” de uma economia de pouco mais de 300 bilhões (a mexicana) com uma superior a cinco trilhões de dólares (a norte-americana) sem as ressalvas aplicadas no Mercosul, desmantelou a indústria mexicana e está quase liquidando sua agricultura. Os fabricantes preferiram importar produtos acabados do que produzi-los e o México é, hoje, um gigantesco camelódromo de produtos estrangeiros importados quase sem tributos.

Entre 1836 e 1848, os Estados Unidos se apoderaram de mais da metade do México. Em 1836, colonos norte-americanos ocuparam o território mexicano do Texas e depois pediram o reconhecimento e proteção da União norte-americana. Em 1846, o exército dos Estados Unidos invadiu o México com o objetivo de defender os ocupantes norte-americanos. A guerra durou dois anos. Alguns governantes dos Estados Unidos queriam anexar toda a zona ao norte do rio Bravo, e outros queriam ficar com todo o México. No final, se apropriaram dos estados do Novo México, Alta Califórnia e parte dos estados de Tamaulipas, Coahuila, Chihuahua e Sonora. Todos os mexicanos têm em mente o mapa de antes e depois da guerra de 1848.



Os sinais da explosão

Para o comum das pessoas fora do México a explosão desse plano, que levou o país à bancarrota, foi uma novidade. Mas lá dentro havia indícios e, também, opiniões bastante difundidas, de que o desastre estava chegando.

Um destacado economista, Arturo Huerta, vinha advertindo o país para a gravidade da crise. Em recente artigo escreveu: “A sociedade mexicana está pagando por outro engano do governo. Por muitos anos, nos disseram que a política econômica de abertura comercial, de desregulamentação e liberalização, assim como de privatizações de empresas públicas geraria condições de crescimento sustentado em benefício de todos. Isso está implicando sacrifícios para a grande maioria dos setores sociais. Muitos produtores tiveram que fechar ou reestruturar suas empresas diante de sua incapacidade de concorrer com as importações baratas. Este procedimento resultou em menor crescimento produtivo, maior desemprego, menores salários reais e grande vulnerabilidade externa.”

O economista acrescentou: “A entrada de capitais promovida pela privatização e liberalização da economia não originou maior disponibilidade de crédito, nem mais investimento que favorecesse o crescimento sustentado da economia e gerasse empregos bem remunerados. Pelo contrário, este capital se reciclou, retornando ao exterior através do grande crescimento de importações promovido dentro do contexto da economia aberta em que estamos vivendo.”

As importações passaram de 12 bilhões de dólares em 1987 para 42 bilhões em 1992 e 50 bilhões, em 1993. Assim, o déficit comercial alcançou 24 bilhões em 1993 quando, em 1987, o superávit comercial era de quase nove bilhões.

Julgamento político

A oposição a essa linha entreguista vinha se acentuando dentro e fora do PRI, já com expressiva repercussão nas duas últimas eleições. Convencidos de que, no partido oficial, se esgotavam, para eles, as possibilidades de reivindicar mudanças, o atual senador Porfirio Muñoz Ledo — ex-presidente do PRI, que fora também ministro da Educação e presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como delegado do México —, o ex-governador de Michoacán, Cuauhtémoc Cárdenas, filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas, e outros dirigentes priistas se afastaram da legenda. Fundaram, há quase seis anos, o Partido da Revolução Democrática (PRD), hoje uma numerosa oposição de esquerda, com poderosa representação no Congresso e ampla presença na população.

Também cresceu, à direita, o PAN (Partido de Ação Nacional) que, embora apóie as linhas gerais do neoliberalismo, faz oposição setorializada em outras áreas.

Há no México uma forte corrente de opinião no Congresso e nas ruas, exigindo o julgamento político do ex-presidente da República Salinas de Gortari, um tecnocrata fundo-monetarista, como o seu sucessor, Ernesto Zedillo, formado em escolas norte-americanas. Exigem uma espécie de *impeachment* póstumo, responsabilizando-o pelo desastre. Ocorre que Zedillo foi ministro do Planejamento de Salinas e, depois, da Fazenda e seria difícil, nesse caso, definir responsabilidades.

Mas é evidente que, mesmo dentro do PRI, o Plano Salinas-Zedillo encontra crescentes resistências, que poderão influir sobre o próprio desenvolvimento da crise e o futuro político do país.

Do Primeiro ao Quinto mundo

O que se discute no México hoje, é o que virá daqui para a frente. Em uma reunião da direção do PRD, convocada especialmente para a discussão da crise e para a qual fora convidado o ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, aprovou-se um documento de grande objetividade e clareza (ver nesta edição) em que se analisam as origens e o desenvolvimento da crise mexicana.

Mas não é só no PRD que a situação provoca reações e assombro. Na mesma ocasião, perguntou-se em uma reunião a um alto dirigente do PRI se o seu partido não sabia de antemão o que

estava se passando. Sua resposta foi incisiva. Na campanha eleitoral, da qual saíra novamente vitorioso o candidato do PRI, Ernesto Zedillo e, depois, nos primeiros meses do seu governo, a equipe econômica (um poder detrás do Poder) vendeu ao partido e ao país a idéia de um México feliz, com baixa inflação e um consumo crescente, uma milagrosa prosperidade, tudo seguindo exitosamente a cartilha do FMI. Uma campanha maciça de mídia induzia o povo a aceitar, como verdade, o que não passava de um engodo. Quando, a 20 de dezembro estourou a bomba, foi uma imensa surpresa. “Fomos dormir no Primeiro Mundo e acordamos no Quinto. Era o caos”, afirmou esse dirigente do PRI.

O PRI, como todo o México, ferve diante dessa situação dramática, que se agrava com as exigências impostas pelos Estados Unidos. “Condições humilhantes”, “nova invasão” e “incorporação do México ao bloco de poder dos Estados Unidos” não são sussurros nos meios políticos, mas a conceituação comum, inclusive na imprensa, do tipo de “acordo” que Clinton impôs ao país.

O governo de Washington foi, inclusive, muito claro a respeito. “Serão condições severas destinadas a proteger o interesse estrangeiro e nacional dos Estados Unidos”, confessou Warren Christopher, secretário de Estado norte-americano.

Não há a menor dúvida de que um dos objetivos essenciais da operação foi controlar a política petrolífera, sabido que as reservas norte-americanas se esgotam em menos de dez anos e as mexicanas estão entre as mais importantes do mundo, depois das árabes, e têm pela frente mais de meio século de duração.

O acordo Clinton-Zedillo alcança esses objetivos mesmo sem privatizar a Pemex, mas através do controle norte-americano da sua política petrolífera e do seu fluxo financeiro.

O tamanho do “rombo”

A crise mexicana provocou um terremoto nos meios financeiros internacionais e obrigou o presidente Bill Clinton a editar uma espécie de “medida provisória”, tão em uso no Brasil, abrindo um crédito de 20 bilhões de dólares para que o México pague suas dívidas no exterior. Ao mesmo tempo, forçou o FMI e bancos afins a um desembolso de quase 30 bilhões. Essa imensa quantia é ainda insuficiente. Admite-se que o “rombo” no México se aproxima dos 150 bilhões, quase tudo para pagar importações consumistas sem qualquer interesse para a economia do país



**Solução militar
para um problema
político?**

Carlos Salinas de Gortari: um tecnocrata cujo governo criou as condições para a atual crise

e créditos especulativos nos quais estão embutidas imensas fraudes e negociações.

Em uma longa entrevista ao jornalista Russel Mockiber, o diretor financeiro da empresa de consultoria Lebal Research International, de Washington, Christopher Whalen, disse às vésperas da crise estourar que a situação do México era bem mais delicada do que Washington ou Wall Street admitiam. Era artificial o otimismo reinante. O plano mexicano não se destinava a criar empregos ou estimular as exportações e, sim, a pagar os gastos de um consumo superfluo ou a remunerar manobras especulativas.

Sobre a liberação de recursos então exigida para cobrir o colossal déficit mexicano, Whalen comentou: "A verdade é que trata-se de uma liberação para banqueiros ricos da Wall Street e para a elite do México. A maioria dos homens de negócio do México sabia da desvalorização do peso (a moeda local) antes dela acontecer e transferiu bilhões de dólares para fora do país. Na realidade, eles provavelmente precipitaram a desvalorização da moeda ao provocar uma corrida ao peso."

A lição mais importante de todo esse problema é que não se trata de uma crise mexicana, mas de um naufrágio, no México, do modelo neoliberal. O mesmo que, na Europa, produziu 17 milhões de desempregados e está sendo duramente questionado em quase todos os países.

"Os responsáveis intelectuais pelo que está acontecendo são os escribas do liberalismo, os tecnocratas tecnicamente puros, os adoradores do livre câmbio, que nos estiveram dizendo que estávamos no caminho correto", escreveu um jornalista mexicano.

As semelhanças com o Brasil

Para nós, latino-americanos, o mais grave é que esse modelo foi exportado para a Argentina e outros países e, com uma retórica reformista, se está implantando no Brasil.

Procurar convencer o povo brasileiro de que México é uma coisa e Brasil outra é um engodo. As semelhanças são evidentes e inegáveis, embora ainda haja tempo de um retrocesso se o governo brasileiro conseguir abrir novos caminhos, livrando-se do cerco neoliberal da coligação que o apóia, que deu à atual administração uma das configurações mais conservadoras e retrógradas dos últimos decênios da nossa vida republicana.

Em recente artigo sobre a crise mexicana, o economista Aloizio Mercadante, ex-deputado federal, escreveu o seguinte a propósito dessa inaceitável afirmação de que somos diferentes e ainda devemos contribuir financeiramente para ajudar o México: "A grande ajuda que o Brasil deve dar ao México e a todo o continente é mos-

A maioria dos homens de negócios sabia que haveria desvalorização e transferiu milhões de dólares para o exterior

trar um novo caminho em direção a um projeto nacional de desenvolvimento que permita reconstituir os verdadeiros laços de solidariedade na América Latina."

O que virá depois?

E o que vai passar naquele país? O México é, sem dúvida, diferente de muitas outras nações da nossa região. Lá, o sentimento da soberania e as desconfianças em relação aos propósitos geoestratégicos dos Estados Unidos se fundem na sua própria História. Por isso mesmo não se pode prever qual seja a reação do povo às exigências de Washington denunciadas nos meios políticos e nas ruas como alienação da soberania nacional. Podem ocorrer, hoje ou amanhã, reações imprevisíveis de um povo que conhece como nenhum outro na América Latina, a essência da política norte-americana. Em diferentes momentos mediu sua força e suas debilidades e já a enfrentou, algumas vezes de armas nas mãos.

Já há, naquele país, sinais inequívocos de turbulência. A revista *Siempre*, que não é hostil ao governo nem ao PRI, constatou o seguinte em recente editorial: "Neste momento e a esta hora estão presentes em cada rua, em cada casa e em cada instituição do país, os ingredientes necessários para chegar a uma situação de violência e anarquia. Mas há um ingrediente a mais: o da conspiração. Homens e mulheres ainda priistas e que, em outros momentos, desfrutaram dos privilégios que lhes concedia um cargo público se solidarizam hoje com a oposição para derrubar o governo."

Só nos próximos meses ou até mesmo anos será possível avaliar a natureza da reação mexicana a essa nova situação. Além das motivações no campo político que poderão evoluir para uma oposição beligerante, há dois pontos nevrálgicos em que a situação poderá agravar-se. Um deles é a entrada de mexicanos nos Estados Unidos, que o Departamento de Imigração norte-americano considera abusiva e ilegal. Este ano eram esperados 500 mil mexicanos atravessando a fronteira, sem passaporte ou permissão das autoridades. O governo norte-americano quer eliminar esse fluxo ou reduzi-lo drasticamente. Uma das soluções apontadas seria a construção de uma espécie de "Muro de Berlim" na fronteira entre os dois países.

Vivem nos Estados Unidos mais de 15 milhões de mexicanos ou seus descendentes imediatos, os *chicanos*. Toda essa imensa população continua absolutamente mexicana. Seu hino, sua bandeira, seu idioma são os da pátria asteca. Sua adoração religiosa é a Virgem de Guadalupe e sua comida predileta é a *tortilla*, à base do milho.

Como reagiria toda essa gente, que não se caracteriza pela ternura com os *yankees*?

O outro centro de inquietação é a guerrilha zapatista. Até há pouco a luta se circunscrevia a Chiapas, mas em muitas outras regiões do país as condições de exploração e pobreza podem propiciar novos focos de inquietação.

O perigo de uma "guerra suja"

Ao iniciar sua ofensiva militar em Chiapas, o governo confirmou essa possibilidade, anunciando não apenas a identificação do principal líder guerrilheiro – posteriormente desmentida pelo próprio –, como também admitiu que foram localizados focos subversivos em outros estados, inclusive em áreas a menos de 100 quilômetros da capital.

O fato de que mais de cem mil pessoas foram às ruas na Cidade do México para manifestar-se contra a alternativa militar e exigindo paz e negociações políticas com o Exército Zapatista de Libertação Nacional provocou um impacto no país com o temor de uma ampliação da luta armada. O líder opositorista Cuauhtémoc Cárdenas manifestou essa preocupação, falando na gigantesca manifestação que o jornal econômico *El Financiero* classificou como uma "torrente humana". Disse ele: "Uma guerra prolongada, que vai durar muitos anos, provocará muitas mortes, afugentará o investimento e tornará permanente a instabilidade, a menos que sejamos capazes de detê-la."

Mas não é só a oposição de esquerda que teme o desdobramento da crise de Chiapas. Também áreas influentes da sociedade, dos conservadores e mesmo do governo opinam no mesmo sentido. A desaprovação à alternativa da luta armada é generalizada no país e ninguém melhor do que Carlos Fuentes, o consagrado escritor mexicano, para sintetizá-la, denunciando os perigos de uma guerra como a do Vietnã e a da Chechênia. "O que poderia ocorrer é um período de guerra suja *a la Argentina*", disse ele. E mais ainda: "O presidente Zedillo é, agora, prisioneiro do Exército, dos falcões nacionais, dos tubarões internacionais e do governo dos Estados Unidos."

Autocrítica velada

O PRI acaba de perder as eleições em Jalisco, cuja capital Guadalajara, é a maior cidade do país, depois da capital. Esse é um fato alarmante para o partido do governo e muitos dos seus líderes não escondem o temor de que essa tendência, fortalecida pela crise eco-

nômica e a situação em Chiapas, possa levar a uma reviravolta política no país.

O governo insiste em que não abandonará sua política social e não admite lesão à soberania nacional, mandando suspender as operações militares em Chiapas para a retomada de negociações com a guerrilha, uma exigência muito generalizada nos meios políticos. A renúncia do governador de Chiapas, Eduardo Robledo – acusado de vencedor em uma eleição fraudulenta e de processos repressivos no governo – é um passo inicial para o entendimento.

À exceção do presidente argentino Carlos Menem – o único governante latino-americano a apoiar a operação militar em Chiapas ("Finalmente resolveram pegar o touro pelos chifres", declarou) –, a decisão do presidente Zedillo foi mal recebida, inclusive nos comandos militares, que se recusavam a desempenhar ações de polícia em Chiapas.

Deve ter pesado nessa posição o preço que estava pagando o Exército por essa ação considerada inadequada ao controle da situação. A morte por um guerrilheiro do coronel Hugo Alfredo Manterola Cedillo, comandante do Primeiro Regimento Blindado de Reconhecimento do Exército, e de numerosos oficiais e soldados já nos primeiros dias de operações, causou preocupações nos meios militares.

Tudo indica, também, que o presidente Ernesto Zedillo já dá sinais de dúvidas quanto à realidade do modelo neoliberal e resiste às pressões de setores mexicanos e dos Estados Unidos em favor do endurecimento político e militar do governo.

Em recente recepção no Palácio do Governo, aos representantes latino-americanos participantes de uma reunião da Copppal (Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina e Caribe), Zedillo renovou aquele compromisso e fez, veladamente, uma espécie de autocrítica, destacando três constatações no plano econômico: a) houve descuido com a economia interna e o conseqüente aumento da poupança nacional, ou seja, o desmantelamento e a asfixia da indústria e da agricultura; b) confiou-se no "capital volátil" que entra e sai do país sem fortalecer sua economia, o que não deve mais acontecer; c) deve-se integrar a economia internacional, mas não para favorecer os setores externos mas, primordialmente, defendendo o interesse nacional.

A crise mexicana não é, assim, um problema financeiro e militar ou um jogo especulativo de bolsas. Tem implicações muito mais complexas e graves, que vão às origens e à aplicação do modelo neoliberal, que condiciona o desenvolvimento, o bem-estar e a soberania do país.

Para alguns analistas, existe o perigo de uma "guerra suja" em Chiapas, ao estilo da que ocorreu na Argentina nos anos 70/80





Sangue ou petróleo

“A operação militar em Chiapas pode ser o suicídio político de Zedillo”, afirma Porfirio Muñoz Ledo, presidente do Partido da Revolução Democrática (PRD)

gociação, há espaço para o diálogo, há espaço para a pluralidade, há espaço para a racionalidade”.

Por outro lado, reafirma Muñoz Ledo, “há muitas forças sociais que defendem uma solução pacífica. Hoje, vale mais que nunca a proposta de uma reforma democrática do Estado”.

Segundo o dirigente do PRD, diante da atual crise, o presidente Ernesto Zedillo poderia apoiar-se nas forças democráticas: “Este foi o sentido do ato de Los Pinos¹, embora esse acordo nacional tenha tido tal repercussão, que provocou uma forte reação das forças mais retrógradas do país”.

Muñoz Ledo está convencido de que “não há conflito no mundo que possa ser resolvido pelas armas. A posição do

governo rompe com uma tendência internacional que busca soluções negociadas para conflitos ou controvérsias. É uma atitude que não tem outra explicação perante os olhos do mundo senão a de ser um ato de desespero do governo por sua própria incapacidade para lidar com a situação, com os fatores que estavam em jogo. A outra explicação é a pressão que poderia estar sofrendo por parte do governo norte-americano ou de setores mais reacionários dos Estados Unidos que pediam sangue ou petróleo”.

1 Muñoz Ledo se refere à assinatura do compromisso de se chegar a um acordo político nacional entre o governante PRI, o PRD e o direitista Partido de Ação Nacional (PAN)

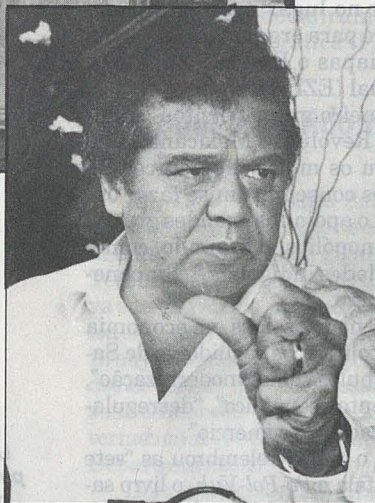
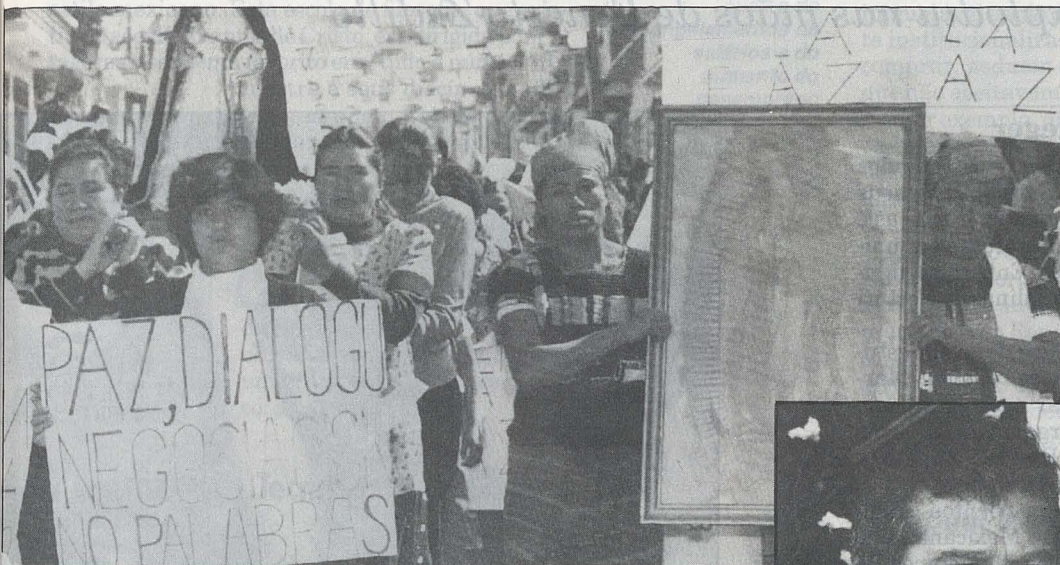
O povo de Chiapas, a favor do diálogo e da paz.
Muñoz Ledo:
“Não se deve ceder à tentação da força”

O senador Porfirio Muñoz Ledo participou recentemente de um seminário no Parlamento Latino-Americano em São Paulo. Na ocasião, reuniu-se com Leonel Brizola (PDT), Luis Henrique (PMDB) e Luis Inácio Lula da Silva (PT). Também foi recebido em audiência pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em todos os seus pronunciamentos públicos, o presidente do PRD acentuou que a crise mexicana é, mais do que um fenômeno apenas financeiro e localizado, uma situação provocada pelo modelo neoliberal, o mesmo que está sendo implantado em outros países latino-americanos.

Antes de viajar ao Brasil, Porfirio Muñoz Ledo falou ao semanário mexicano *Proceso*. Referindo-se ao levantamento guerrilheiro, declarou que a guerra em Chiapas “é uma espécie de suicídio político de Zedillo”. Na sua avaliação, ceder à “tentação da força” seria sinal de fraqueza, ao ver-se “obrigado a tomar decisões de encontro à parede, ou seja, encurralado”.

“Ali está em jogo o destino da República para os próximos anos: se o governo cede às tentações da força, o país pode rumar ao Apocalipse”, opina. E acrescenta que “isto é um erro de tais proporções, que é inconcebível que se possa continuar seguindo esta linha. Há espaço para a ne-





Porque Salinas fracassou?

Ao impor um plano de ajuste que concentrou a riqueza, o anterior governo mexicano abandonou a política tradicional e abriu caminho para uma crise política, econômica e social que explodiu nas mãos de Ernesto Zedillo

José Steinsleger

Há 20 anos, um grupo de renomados economistas mexicanos obtinha seus doutorados em Economia, Finanças e Administração de Empresas em universidades dos Estados Unidos. Entre eles, figuravam o ex-presidente Carlos Salinas de Gortari e o atual, Ernesto Zedillo.

Na mesma época, outro grupo de jovens estudantes, como o subcomandante rebelde "Marcos", passou a morar no lugar mais afastado e paupérrimo do México para organizar com os povos indígenas de Chiapas o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

A retórica do primeiro grupo rejeitou os mitos nacionalistas da Revolução Mexicana; a do segundo, questionou os mitos ideológicos da Guerra Fria. E ambos conseguiram se fazer ouvir. Os primeiros com o apoio dos grandes grupos financeiros e dos monopólios; o segundo, com o respaldo das comunidades indígenas e camponesas do sudeste mexicano.

No calor das teses neoclássicas em economia e neo-empiristas em política, os seguidores de Salinas aderiram a vocábulos como "modernização", "eficiência", "crescimento econômico", "desregulamentação" e "liberalização do comércio".

Em compensação, o EZLN lembrou as "sete vergonhas" das quais fala o *Po-Pol-Vuh*, o livro sagrado dos maias (orgulho, ambição, inveja, crime, ingratidão, intolerância e mentira), e exigiu o que, na sua opinião, o primeiro grupo havia esquecido de levar em consideração: "liberdade", "democracia", "justiça".

As raízes do modelo salinista

Encurralado pela queda vertiginosa dos preços do petróleo e uma dívida que, entre 1974 a 1981, saltou de 26 bilhões para 76 bilhões de dólares, a chamada "administração da abundância" do governo do presidente José López Portillo acabou muito mal. Como se diz popularmente depois de uma bebedeira, o México



Um triste final para Salinas, que pretendia uma sucessão sem turbulências

despertou do frenesi petrolífero com uma "ressaca infernal".

O esbanjamento, a corrupção e o delírio do novo rico completaram o quadro de crise. O país ficou em situação de virtual insolvência. E o remédio aplicado se mostrou pior que a doença: a nacionalização do sistema bancário e o controle de câmbios. Nesse sentido, é muito ilustrativo um comentário feito por López Portillo: "Presidente que desvaloriza, presidente desvalorizado."

O novo presidente que substituiria Portillo deveria, segundo a elite dirigente, dominar as questões econômicas, ser austero, ter experiência em assuntos orçamentários e trajetória de político disciplinado nas fileiras do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Miguel de la Madrid foi o escolhido.

Na Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPP), De la Madrid colocou um jovem economista com doutorado em Harvard: Carlos Salinas de Gortari, autor do Plano Nacional de Desenvolvimento de 1983.

Em 1981, Salinas havia sido diretor do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do PRI (Iepes), entidade que havia se transformado em uma verdadeira Escola de Crotona, ao estilo mexicano. Esta escola de filosofia, que existiu no século VI antes de Cristo, era dirigida por Pitágoras e seu lema favorito era "tudo é número". O mestre e seus discípulos afirmavam que o Estado era um número a mais, ao qual a sociedade devia submeter-se para viver racionalmente.

No Iepes, Salinas reuniu seus velhos companheiros de estudo em torno de um objetivo ambicioso: chegar à presidência da República. Ideologicamente, os salinistas representavam um grupo social muito específico: a tecnocracia.

Tecnocracia no poder

Na Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPP), Salinas de Gortari defendeu a corrente fundo-monetarista que recomendava a redução do aparelho estatal e do orçamento público, em confronto com a que sugeria a expansão do gasto social inspirada nas teses da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

O discurso tecnocrático do salinismo qualificou de "subjetivo" tudo o que fugia à lógica do "número". E para polemizar com os "pré-modernos", o presidente se cercou de uma corte de solícitos e talentosos cientistas sociais com passado de esquerda e complexo de culpa.

A rápida inserção dos tecnocratas nos postos estratégicos do sistema financeiro foi possível em virtude do conhecimento técnico das teorias monetaristas. Sua doutrina mereceu o nome de "liberalismo social", ou seja, "liberdade de mercado mais justiça social". Controlado pelo PRI desde 1929, o Congresso do México resultou ideal para a tecnocracia: uma fachada onde a pitecência verbal dos debates mais importantes alcançava sua forma simbólica mais acabada.

O PRI sempre foi alvo de enorme inveja dos políticos latino-americanos, por sua capacidade



O controle da inflação foi conseguido às custas do congelamento de salários e do aumento do desemprego

de falar sem dizer nada ou de "negociar", respaldado por montanhas de pesos (a moeda local), até impor sua vontade. E, por fim, devido a esse inigualável estilo de direção vertical, rigidamente institucionalizado e com sutil experiência em comprar, seduzir e desacreditar todos aqueles que não aceitavam a megalomania presidencial.

Por exemplo, não é por acaso que Pedro Aspe, ex-ministro da Fazenda de Salinas, tenha tido durante a sua gestão uma relação direta com Domingo Cavallo, ministro da Economia do presidente da Argentina, Carlos Menem.

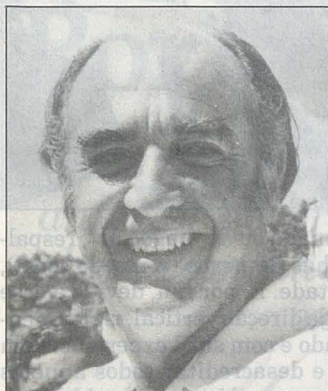
Remando contra a maré, De la Madrid elegeu Salinas de Gortari seu sucessor, algo que no México garante automaticamente o cargo de futuro presidente da República. Esta designação provocou um racha no partido e a saída de destacados dirigentes do PRI, liderados por Cuauhtémoc Cárdenas, que decidiram fundar o Partido da Revolução Democrática (PRD).

Capital investido na especulação

Em 1989, enquanto Salinas assumia a presidência após a realização de eleições qualificadas pela oposição de "fraude gigantesca", o secretário do Tesouro norte-americano Nicholas Brady anunciava sua estratégia para aliviar o problema da dívida externa do Terceiro Mundo. Basicamente, o Plano Brady recomendava um tratamento especial a todos os países que aceitassem o controle direto de suas economias por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (Bird) e do Departamento do Tesouro norte-americano.

Dois fatores contribuíram para que o governo mexicano decidisse reestruturar a economia de acordo com as regras fixadas por Brady: sua condição de segundo maior devedor do mundo e as profundas mudanças na economia internacional depois da desintegração da União Soviética e do bloco socialista.

Em novembro de 1991, em sua mensagem anual ao Congresso, Salinas anunciou "o fim da recessão", baseado em um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) superior a 4% e no controle da inflação que, como sempre acontece, se consegue à custa do congelamento dos salários. Em fins do ano seguinte, foi modificada a lei de investimentos estrangeiros e o capital externo entrou maciçamente no México. A medida compensou o déficit da balança comercial e reverteu a tendência ao vermelho (naquele momento o país



José López Portillo



Miguel de la Madrid

registrava a entrada de 18 bilhões de dólares contra 32 bilhões de divisas exportadas). No entanto, os capitais estrangeiros preferiram investir na Bolsa e não no setor produtivo.

Super-ricos e superpobres

Nos primeiros quatro anos, com Pedro Aspe como secretário da Fazenda, o grupo de seguidores de Salinas reduziu o Estado, liquidou as indústrias, empresas e meios de comunicação para-estatais, vendeu e reprivatizou os bancos e implantou uma política tributária extremamente rígida. Como nunca antes na história do México, o modelo concentrou a riqueza nas mãos de 37 arquimilionários que passaram a ser responsáveis por 22% do PIB, concedendo-lhe uma influência infinitamente superior à que tinham no modelo de economia mista.

Segundo a revista norte-americana *Forbes* de 12 de julho de 1993, 13 dos homens mais ricos do mundo são mexicanos, com mais de 1 bilhão de dólares cada um. O homem mais rico da América Latina é Emilio "o Tigre" Azcárraga, dono da Televisa e com um patrimônio pessoal declarado de 5,1 bilhões de dólares.

A Faculdade de Economia da Universidade Autónoma do México (Unam) assegura em um estudo que só em 1994, quando a crise já anunciava a catástrofe do final deste ano, os bancos elevaram seus lucros em 41%. No entanto, nos anos de abertura total aos mercados internacionais e quando Aspe tratava de demonstrar que "a pobreza e o desemprego eram mitos geniais" (*sic*), números oficiais indicavam que 40 milhões de mexicanos – a metade da população total – mergulhavam na pobreza e no desespero, enquanto apenas oito milhões de mexicanos de médio e alto poder aquisitivo (10% da população) festejavam os acertos do modelo salinista.

As importações privadas cresceram de maneira inusitada e o setor se endividou a níveis nunca antes vistos. Antes de 1988, o setor público se endividava e para sair da crise se desvalorizava o peso. A partir de então, era o setor privado que contraía mais e mais dívidas.

A meados de 1993, a recessão econômica alarmou o Banco Mundial, empresários e trabalhadores: desemprego, salários baixos, inflação e altas taxas de juros nos bancos; menos créditos às empresas, diminuição da produção, queda das exportações, atraso na modernização das indústrias, pobreza, menos democracia, mais tensões no PRI, crescimento reduzido, alto déficit, baixa poupança privada e sobrevalorização da moeda, davam progressivamente conta da crise estrutural do modelo.

A questão chiapaneca

Obcecado com a idéia de passar uma imagem de "país estável" para os investidores estrangeiros e na véspera da incorporação do México ao Nafta, Salinas menosprezou as advertências de seus serviços de informação e avançou as negociações com Washington.

E em 1º de janeiro de 1994, o dia que o Nafta entrou em vigor, a realidade que não se queria enxergar explodiu em Chiapas. Surpreendentemente, o que a princípio parecia ser um foco de violência exercido por guerrilheiros, se transformou de uma dia para outro em um autêntico debate público, que dominou todo o ano de 1994.

Quanto às empresas norte-americanas, é interessante relembra as declarações de Nelson Rockefeller, quando, a propósito da guerra de Chiapas, disse em nome das 200 empresas norte-americanas com maiores investimentos no México: "...Chiapas nunca foi prioridade para o investimento estrangeiro e embora a situação seja preocupante, a violência teria que generalizar-se e estender-se a outras regiões mais promissoras para que os investidores tomassem a iniciativa de abandonar o México e dar as costas ao presidente Carlos Salinas de Gortari" (*El Financiero*, 11/01/94).

Os assassinatos de Colosio e Massieu

Não obstante, a situação de instabilidade e perigo de guerra civil no México está tirando o sono dos investidores norte-ameri-





canos, que temem perder entre oito e dez bilhões de dólares.

Os setores mais tradicionais do PRI, chamados pela opinião pública de "dinossauros", aproveitaram a crítica conjuntura provocada pela revolta de Chiapas para voltar suas baterias contra os "modernizadores" do salinismo. Em março e setembro de 1994, foram assassinados Luis Donaldo Colosio, candidato a presidente pelo PRI, e José Francisco Ruíz Massieu, secretário geral do mesmo partido. Os dois líderes eram destacados membros do denominado "Grupo Compacto" do gabinete salinista.

Em pleno ano eleitoral, a crise e a situação política repercutiram no fator externo (espinha dorsal dos programas econômicos) e nas perturbadoras reacomodações políticas do PRI frente à sucessão presidencial.

Na véspera de receber a faixa presidencial e diante da crescente fuga de divisas e da sobrevalorização do peso em relação ao dólar, o presidente eleito Ernesto Zedillo repetia as lições aprendidas em Yale junto a seu companheiro, o efêmero ex-secretário da Fazenda Jaime Serra Puche: "...as exportações são um problema de produtividade, de competitividade, de penetração de mercados externos que não pode ser compensado por uma política de desvalorizações."

Poucas semanas depois, os guerrilheiros de Chiapas suspenderam a trégua e o problema "técnico" da desvalorização se transformou no que realmente era: um problema político. As teorias monetárias do salinismo caíram por terra e o setor público voltou a endividar-se.

"Tudo se reduz a números"

Enquanto, em 1988, ao iniciar o programa de sua reestruturação, a dívida representava menos de 8% do PIB, ao finalizar 1992, saltou para

A queda do peso frente ao dólar deixou em evidência a fragilidade do "sonho mexicano"

22% e se transformou no fator que mais consumia o PIB, alcançando a soma de cem bilhões de dólares. Com a desvalorização de dezembro, a dívida chegou a 140 bilhões de dólares e atingiu 60% do Produto Interno Bruto. Da Cidade do México a Buenos Aires, passando por Santiago do Chile e Rio de Janeiro, trepidaram todas as bolsas de valores do continente.

No último dia de 1994, o presidente Zedillo deu um amargo presente aos mexicanos: um Plano de Emer-

gência Econômica. Para Rubén Barríos Graff, diretor da Associação Nacional de Empresas, "...o Plano é uma dose a mais do mesmo remédio: seu esquema, metas e estratégia fazem parte do modelo que nos levou à atual situação e obviamente nos amarra aos Estados Unidos, ao FMI e ao Banco Mundial."

Em uma medida insólita e que revela o profundo interesse dos Estados Unidos para evitar a desestabilização do México, o presidente Bill Clinton promoveu junto ao Grupo dos Sete (que além dos EUA, reúne o Canadá, Japão, Reino Unido, França, Itália e Alemanha) uma operação extraordinária com o objetivo de reerguer as finanças mexicanas e mandar um sinal de confiança aos mercados internacionais e aos investidores de seu sócio no Nafta.

Para explicar o desastre econômico do México, o mundo financeiro insiste em explicar a crise sob o prisma dos filósofos da Escola de Crotona: *Tudo é número*. Em outras palavras: déficit na conta de capitais e na balança comercial; alta ou queda das reservas monetárias; excessivo gasto público; serviços da dívida externa e liquidez de divisas.

A história conta que os habitantes de Crotona, que certamente ignoravam tudo sobre a complexa capacidade de abstração e a utopia dos pitagóricos, não se deixaram convencer pela idéia de que a sociedade perfeita era aquela na qual as terras e as riquezas se dividiam entre os aristocratas. Um dia se revoltaram, queimaram o templo das Musas e venceram os discípulos de Pitágoras.

Por isso, quando os indígenas chiapanecos questionaram o "rigor científico" da tecnocracia salinista, lembraram, simultaneamente, que todo modelo econômico eficaz deve cumprir três requisitos básicos: 1) criar riqueza; 2) distribuí-la; e 3) fazê-lo em um clima de estabilidade política e social. Caso contrário, estará destinado ao fracasso. ■



Radiografia da crise

Os antecedentes da decisão do presidente Zedillo de desvalorizar o peso mexicano e as possíveis vias para superar a difícil conjuntura que atravessa o país são analisados em um documento do PRD, partido de oposição de esquerda



Ernesto Zedillo



Cuauhtémoc Cárdenas

Em janeiro de 1995, quando o México estava ainda aturdido pelo colapso do modelo neoliberal e a *débâcle* ameaçava comprometer as próprias bases do modelo político mexicano, o Partido da Revolução Democrática (PRD), fundado em 24 de outubro de 1988 por dissidentes do governante PRI – entre eles, Cuauhtémoc

Cárdenas e Porfirio Muñoz Ledo – realizou um seminário de caráter nacional para avaliar a profundidade da crise e pensar alternativas. O documento que publicamos a seguir – com alguns cortes, por razão de espaço – foi resultado dessa reunião e está incluído nessa edição pela sua importante contribuição à atual conjuntura mexicana.

O país foi levado novamente a uma profunda crise econômica. A gravidade da situação põe, à vista de todos, os custos econômicos e sociais, assim como os inaceitáveis riscos que, para a soberania nacional, implica a continuação da estratégia neoliberal imposta desde 1983.

Foram derrubadas as bases de sustentação que a realidade dava ao mito do suposto êxito da economia mexicana. Este mito elaborado e difundido cuidadosamente durante o decênio passado a partir dos gabinetes da imprensa da presidência e do gabinete econômico, foi propagado com a cumplicidade e o respaldo dos mais poderosos meios de comunicação, das cúpulas empresariais, da burocracia priista que controla o sindicalismo oficial e o corporativismo camponês e popular.

A nova crise abriu a mais propícia conjuntura, em anos, para uma profunda crítica ao modelo neoliberal. E confirmou o acerto dos esforços que, nesse sentido, há muitos anos vêm sendo realizados pelos sindicatos e organizações camponesas independentes, os movimentos sociais, uma parte importante do mundo acadêmico e pelo próprio PRD.

O debate desencadeado polarizou rapidamente as interpretações da situação e as propostas em dois pólos contrários. Um conservador – constituído por aqueles que defendem o modelo neoliberal – para o qual os problemas só refletem erros na operação da política econômica, ocorridos no contexto de um modelo supostamente vitorioso. E o pólo progressista – no qual nos colocamos – que, desde a instauração do modelo neoliberal, não aceitou suas características subordnadoras ao exterior e elevados custos sociais.

Sustentamos que a crise não é circunstancial, e sim tem profundas raízes: é a própria crise da estratégia neoliberal aplicada ao México.

Dentro da posição conservadora são visíveis até o momento duas nuances. Uma é a daquelas figuras mais ligadas ao governo de Zedillo, que defendem que a crise é resultado da condução equivocada do tipo de câmbio e da subestimação do tamanho do déficit comercial durante os seis anos da gestão passada.

A segunda posição considera, ao contrário, que a crise é produto de uma má condução da política cambial durante aquele período, e que o tipo de câmbio não estava sobrevalorizado, nem o déficit corrente era excessivo e, portanto, não era necessário desvalorizar. Afirmam também que a pouca experiência em promover desvalorizações mostrada pela atual administração, tornou os efeitos da medida desnecessariamente severos.

Neste documento se pretende contribuir para a análise da situação do Programa Econômico de Emergência e a Alternativa Democrática. O trabalho está dividido em quatro sessões:

- I. As causas profundas da crise do modelo neoliberal;
- II. As causas circunstanciais da crise;
- III. A crítica ao programa de emergência do governo;
- IV. A alternativa do PRD.

I - As causas do colapso

Na atual situação econômica se condensa um conjunto de elementos inerentes ao modelo neoliberal impulsionado pelos governos priistas nos últimos doze anos. Este modelo corresponde plenamente ao interesse do sistema financeiro internacional, incluindo os dirigentes da cúpula financeira do país.

Diante da crise financeira de 1982, o governo de Miguel de la Madrid iniciou uma política de ajuste e reformas estruturais cujos componentes constituem um modelo de clara definição neoliberal auspiciado pelas organizações financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird). Este modelo já havia sido desenhado e colocado em prática anteriormente em outros países.

Premissa do modelo neoliberal é a entrega da condução real da economia e a concentração dos benefícios para o pequeno grupo tecnocrático e os proprietários do capital financeiro. O espólio do poder econômico da sociedade em favor desse pequeno grupo se realiza a partir do governo, através de uma radical política de retirada do Estado de atividades de desenvolvimento e apoio à produção nacional agrícola e industrial, através da entrega de empresas públicas a corporações financeiras privadas, e por meio da maior abertura comercial financeira ao exterior.

Ao mesmo tempo, eliminam-se direitos trabalhistas, submetem-se ou flexibilizam as organizações sociais dos trabalhadores e se impõem fortes restrições salariais. É uma política de plena liberdade interna e mobilidade mundial do capital e, ao mesmo tempo, de plena submissão dos trabalhadores.

Em condições de grande desigualdade social e internacional, o neoliberalismo desencadeia uma feroz competição comercial, um acelerado processo de *darwinismo* econômico e social, cujos resultados são logicamente previsíveis: uma maior concentração do poder econômico no pequeno grupo social e nos países que de antemão têm todas as vantagens, e a exclusão da maioria das populações dos benefícios do progresso.

Em todos os casos, as intenções expressas pelos políticos que promovem um modelo neoliberal são as mesmas: elevar a eficiência produtiva pela força da concorrência, ajustar as finanças públicas e alcançar o equilíbrio macroeconômico

Em condições de desigualdade social, o neoliberalismo desencadeia uma feroz competição que exclui a maioria da população dos benefícios do progresso

Radiografia da crise

para controlar a inflação e criar condições para um crescimento econômico suficiente e estável. Estas intenções nunca se cumprem. Ao contrário, avança a seleção econômica em favor das corporações mais fortes e aumenta a concentração da renda em poder do grande capital financeiro.

Raízes profundas

Alguns dos elementos que hoje se resumem na crise são os seguintes:

- * A tendência a um crescente déficit na balança comercial, devido à combinação do aumento em termos absolutos e relativos da importação de todo tipo de bens, ao pagamento da dívida externa, na forma de juros, e do retorno aos investimentos estrangeiros, muito acima do aumento de nossas exportações.

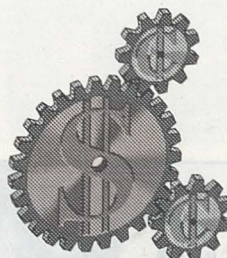
- * O exagerado aumento das importações é um efeito não somente do crescimento da produção e da modernização da base produtiva, como afirma o governo, e sim, principalmente, da perda de espaço dos produtos nacionais devido à competição com o exterior. Diante da abrupta, e generalizada abertura comercial, a maioria das empresas agrícolas e industriais do país perdeu parcial ou totalmente o seu mercado.

- * O desmedido processo de abertura mexicana, iniciado e aprofundado nas condições mais adversas para a base produtiva do país, tem sido elemento fundamental para a elevação do déficit comercial até os insustentáveis níveis hoje conhecidos. Não se pode pretender a solução da atual crise sem a profunda correção deste processo.

- * O crescente endividamento externo e interno do setor privado, e também do setor público, agravado agora com o aumento da taxa de juros, incrementou o déficit da conta corrente. O superendividamento e as carteiras vencidas, tanto da agricultura como da indústria, constituem um dos principais obstáculos ao gasto em investimento pelas empresas.

O PRD insistiu na necessidade de uma renegociação da dívida externa que estancasse essa sangria econômica, procurando fórmulas que fizessem os banqueiros estrangeiros participar equitativamente na solução do problema que eles próprios contribuíram para gerar.

Os governos de De la Madrid e de Salinas, porém, persistiram na prática de manter a qualquer custo os pagamentos à dívida externa, apesar dos choques externos que sofreu a economia mexicana e das catástrofes naturais ocorridas durante esses anos, como o terremoto de 1985.



O México transferiu para o exterior durante o mandato de Miguel de la Madrid em média 6% ao ano do Produto Nacional Bruto. A campanha publicitária promovida pelo governo de Salinas para celebrar o suposto fim dos superendividamentos e da insolvência conseguiu ocultar o fato de que, ao longo do seu mandato, os pagamentos dos juros da dívida externa foram equivalentes ao total das exportações petrolíferas mexicanas naquele período.

É escassa a participação do capital estrangeiro que entra no país em investimentos produtivos. A maior parte dos capitais entra para investimentos em carteiras de curto prazo, exigindo altas taxas de rentabilidade. Impõe-se, assim, um alto custo e uma grande insegurança a uma economia que, por seu crescente déficit em conta corrente, depende cada vez mais do capital externo para manter a estabilidade monetária.

Verificou-se, então, uma verdadeira avalanche de capitais estrangeiros que veio desfrutar das facilidades e altos rendimentos oferecidos pelo governo mexicano, à custa do trabalho e riqueza da nação e ao risco de uma crescente subordinação ao exterior. Passou-se a vender a imagem de uma nação próspera, democrática e feliz, provocando a miragem de que o modelo neoliberal parecia ser o único caminho correto. A miragem fomentou a ilusão de uma moeda forte, uma inflação controlada e de finanças públicas e contas externas em equilíbrio.

Foi insuficiente o estímulo ao investimento produtivo, tanto para o capital estrangeiro quanto para o nacional, devido, principalmente, ao estancamento ou à escassa expectativa de ampliação do mercado interno. Tal fato está determinado pela evolução dos salários, do emprego e da economia rural, que restringem o poder aquisitivo da maioria da população.

O processo de concentração da renda que tem se registrado nos últimos anos determina, ao mesmo tempo, uma escassa capacidade de poupança pelo aumento do consumo de artigos de luxo, e uma maior canalização da poupança em direção aos investimentos financeiros-especulativos, desviando-o dos investimentos produtivos, pela razão já assinalada da insuficiência de mercado interno.

É crescente a desarticulação da estrutura produtiva do país. Na produção de bens finais se utiliza cada vez menos bens de capital e intermediários aqui produzidos. Ao mesmo tempo, a demanda de alimentos se satisfaz cada vez menos com bens originários do setor agropecuário ou de pesca do país.

Neste período de desinflação o salário perdeu, em alguns momentos, tanta ou mais capacidade de compra que a deterioração sofrida nas etapas de maior inflação; e a paridade cambial do peso foi se deteriorando até sobrevalorizar-se

no final de 1993, e constituir um elemento destruidor da base produtiva nacional, ao baratear artificialmente as importações e encarecer as vendas mexicanas ao exterior.

A política neoliberal de redução da inflação impediu o cumprimento das metas de crescimento previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento para a segunda metade do mandato de Salinas. Isso apesar do volumoso crescimento das entradas de capital estrangeiro ao país, em especial os investimentos em carteira na Bolsa de Valores. O lento crescimento da economia foi-se fazendo dependente das importações e do investimento estrangeiro de curto prazo.

Credibilidade abalada

O governo de Carlos Salinas de Gortari obteve um grande êxito de comunicação: convenceu o mundo que havia conduzido a economia mexicana a um fortalecimento tal de sua estrutura, que existiam bases para iniciar uma grande etapa de crescimento com estabilidade.

A política de estabilização e transformação estrutural havia conseguido modernizar a economia e aproximá-la do Primeiro Mundo. Com essa expectativa, conseguiu o ingresso do México na Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, que reúne os países industrializados). Além disso, o governo dos Estados Unidos e de outras nações ricas transformaram o México em líder da modernização de países em desenvolvimento e, como tal, em candidato à presidência da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Este diagnóstico otimista da economia mexicana foi adotado por Ernesto Zedillo, a princípio como candidato e, durante os primeiros dias de seu mandato, como presidente da República.

Por este motivo, a crise monetária que explodiu no dia 21 de dezembro passado causou tanto assombro e estupor. Converteu-se de imediato em uma profunda crise de confiança.

II- Os elementos circunstanciais

Nestas condições, o interesse pessoal e partidário de Salinas de Gortari impediu que o tipo de câmbio do dólar frente ao peso fosse ajustado a tempo. Pedro Aspe, presidente da Comissão de Câmbio da Junta de Governo do Banco do México, e Miguel Mancera Aguay, governador daquela "autônoma" instituição, insistiram em manter a paridade do peso ainda diante do enorme déficit em conta corrente e da importante saída de capital devido aos assassinatos políticos ocorri-



*Vendeu-se a
imagem de uma
nação próspera,
democrática
e feliz,
provocando a
miragem de que
o modelo
neoliberal
parecia ser o
único caminho
correto*

dos em março e em setembro de 1994, com o intuito de dar cobertura política, tanto à campanha eleitoral do PRI, como à candidatura Salinas à presidência da Organização Mundial do Comércio.

O México viveu, durante os últimos 12 anos, a traumática experiência do dilapidação dos ativos da nação, cujo produto total cresceu cerca de 60 bilhões de pesos – segundo o câmbio anterior à desvalorização – e dos quais, segundo as próprias cifras oficiais, somente restam atualmente no Fundo de Contingência, 521 milhões de pesos. Com a venda desses ativos, geraram-se, numa velocidade meteórica, algumas das maiores fortunas pessoais no mundo sem cumprir o propósito de sanear verdadeiramente a economia.

A venda de novos ativos estratégicos deve ser evitada a todo custo, não só pela má experiência demonstrada no passado recente, mas porque não existe preço que poderia compensar a nação pela alienação da estatal Petroleos Mexicanos (Pemex) ou de outras empresas e atividades reservadas pela Constituição ao Estado mexicano.

No caso da Pemex, além de ser resultado das lutas do povo mexicano e do valor estratégico por ela representado, continua sendo a empresa que outorga o maior superávit de divisas do país e o principal contribuinte ao erário nacional. A Pemex constitui, sem dúvida, o ativo estratégico mais importante que possibilita uma política de defesa e fortalecimento da soberania da nação.

A passividade, cumplicidade e ocultamento da verdade por dois presidentes, autoridades fazendárias e monetárias – com a co-responsabilidade de Ernesto Zedillo – permitiram que, no transcorrer dos últimos nove meses, se evaporassem as reservas internacionais do Banco do México (que passaram de 28 bilhões de dólares, em meados de março do ano passado, aos atuais 5 bilhões e 600 milhões) para benefício de uns poucos especuladores bem informados e melhor relacionados, e para infelicidade da nação.

III- O Programa de Emergência Econômica do Governo

A política proposta pelo governo Zedillo para enfrentar a emergência econômica é totalmente inadequada para superar a grave situação que vivemos. O governo recusou-se de antemão a realizar e tornar público um diagnóstico verdadeiro da situação em que vivemos. Zedillo é co-responsável pela situação econômica, não só por ser o atual presidente, mas porque ele mesmo e alguns membros de sua equipe fizeram parte do gabinete econômico da administração passada.

Em relação ao diagnóstico, o governo primeiro defendeu a idéia de que o México enfrenta um

mero descalabro circunstancial ocorrido dentro de uma estratégia econômica basicamente correta.

Contudo, diante da evidência da incapacidade de conter, com essa explicação, o aprofundamento da crise, e ao confrontar-se com sérias dificuldades para conseguir-se a recompra por parte dos investidores da dívida pública nos mercados de bônus (os chamados Tesobônus), a versão oficial dos fatos teve de acrescentar ao seu diagnóstico a noção – de qualquer maneira limitada e autocomplacente – de que se vive uma “crise de liquidez”.

Não se encarou, assim, o fato de que o que está em crise é o próprio modelo neoliberal, o que ameaça, a curto prazo, destruir a base produtiva nacional. Uma situação com consequências muito mais graves que a mera circunstância de “falta de liquidez” e que obriga a reformular a fundo a estratégia econômica seguida durante os últimos 12 anos, e não apenas corrigir algum aspecto equivocado.

O Programa de Emergência Econômica (PEE) do governo pretende conseguir um alívio superficial e de curto prazo à instabilidade da situação econômica. Com um diagnóstico equivocado da situação, os objetivos iniciais expostos pelo Programa Econômico de Emergência restringem-se aos seguintes:

- a) reduzir o déficit de conta corrente a níveis controláveis;
- b) criar condições para uma rápida recuperação da atividade econômica e do emprego;
- c) reduzir e abreviar o efeito inflacionário ao máximo possível.

Essas metas foram superadas de imediato pelos acontecimentos: o prosseguimento da fuga de capitais e divisas ocorridas imediatamente depois de publicadas as metas e medidas governamentais determinou novas e mais fortes quedas na bolsa de valores e no câmbio.

A iniciativa de modificação do Artigo 2º da Lei de Receita de 1995 enviada por Zedillo para a aprovação durante o período extraordinário do Congresso, solicita contrair uma dívida externa “com o objetivo de trocar ou refinarçar os valores denominados Bônus da Tesouraria da Federação (Tesobônus) até o montante em circulação na atual data(...)”.

Esta pretensão do Executivo implica não só o problema de um novo endividamento externo de grande magnitude, mas também a sensível mudança da qualidade dos credores mexicanos, em prejuízo das opções e margens com as quais o México conta para enfrentar a atual situação.

Atualmente, o México deve Tesobônus resgatáveis em moeda nacional, principalmente a investidores privados estrangeiros. Como em toda dívida mantida por um Estado soberano com particulares, essa dívida está amparada pelo princípio jurídico aceito internacionalmente da

dívida soberana. Isso quer dizer que os Estados não podem ser embargados, e que a força não pode ser utilizada contra nenhum Estado para cobrar as dívidas assumidas em favor de indivíduos de outras nacionalidades.

Contudo, quando a administração mexicana decide contrair novos créditos com o governo norte-americano – para garantir e eventualmente pagar em dólares os Tesobônus –, o que se está fazendo é converter uma dívida interna hoje assumida por estrangeiros, em uma dívida externa assumida com o governo estrangeiro: nada mais nada menos que a maior potência militar e política do mundo.

Debilita-se, assim, a defesa do princípio internacional da dívida soberana, principalmente quando, para reforçar a garantia da nova dívida, se comprometem a receita das futuras vendas de petróleo ou os lucros futuros da indústria elétrica. Para não falar do que representaria aceitar, em troca desses novos créditos, condições tais como modificar nossas relações com Cuba, novas privatizações, condições políticas, etc.

Em síntese, o Programa Econômico de Emergência do governo propõe as seguintes medidas:

* Um processo de novo endividamento público que pode ser de magnitude sem precedentes e condições de muita subordinação. Esse empréstimo pode significar um perigoso retrocesso nas possibilidades do México de enfrentar a crise, ao trocar dívida interna adquirida com cidadãos estrangeiros por dívida externa adquirida com o governo de outro Estado.

* Estabelecimento de onerosas garantias para o pagamento do serviço da nova dívida, tais como a entrega antecipada da receita das futuras exportações de petróleo e vendas do setor elétrico.

* Novas vendas e concessões de estatais e ativos da nação em portos, aeroportos, ferrovias e telecomunicações.

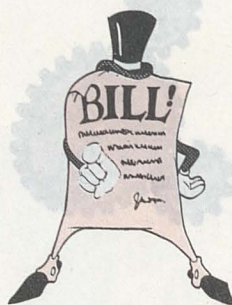
Por outro lado, para reduzir o déficit em conta corrente a níveis manejáveis, conter a inflação em baixos níveis e recuperar a capacidade de crescimento o mais rápido possível, pretende-se:

* a desvalorização do peso em relação ao dólar como única medida protecionista;

* a drástica redução da demanda interna a partir de:

a) o corte do gasto público em 13% do PIB. Essa redução inclui adiamento de investimentos públicos e do gasto corrente;

b) novas e drásticas reduções ao poder aquisitivo real dos salários. Mantém-se as cifras de aumento salarial negociadas antes da crise (na ordem de sete por cento, incluídos os bônus de



produtividade e de dez por cento, incluídos os subsídios fiscais), quando o próprio governo calcula hoje uma inflação em 1995 de 19%;

c) restrição de crédito e elevação das taxas de juro.

* novas medidas de abertura, em particular a aceleração da abertura financeira do País.

Os riscos do Programa Económico de Emergência do governo são enormes, até hoje não se conhecem a totalidade das condições que estão sendo impostas ao país para levantar as ações de resgate entre os governos, os bancos e organismos internacionais. E ainda quando consigam propiciar a estabilização de curto prazo – o que não é certo –, acentuam os problemas de fundo que impulsionaram a crise.

Em síntese, os riscos previsíveis são os seguintes:

1) aumento significativo dos graus de dependência e vulnerabilidade externa da economia mexicana pelo incremento meteórico da dívida externa, assim como pela deterioração dos limites legais do país para sustentar decisões soberanas sem risco de ser agredido;

2) risco iminente de falência de significativos setores da base produtiva nacional, já que muitas empresas não poderão suportar a combinação dos seguintes fatores:

– redução da capacidade de compra do mercado interno (devido à queda dos salários reais, gastos e investimentos públicos e limitação do crédito);

– elevação substancial dos custos pelo encarecimento das importações e aumento dos custos financeiros (taxa de juros);

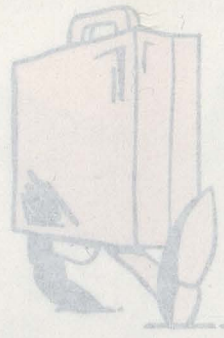
– a alta carga das carteiras, muitas vencidas já antes da crise;

– possibilidade de incremento da concorrência estrangeira no mercado interno, pela continuação da expansão da abertura já decidida no Nafta e os novos processos de abertura que se anunciam;

3) risco de evaporação dos recursos obtidos pelas vendas de novos ativos nacionais;

4) participação não-equitativa dos setores no ajuste: o governo não prevê nenhuma medida para recuperar os ativos da nação perdidos com a fuga das reservas e o desaparecimento do Fundo de Contingência, ou para taxar os lucros obtidos por aqueles que especularam com o peso;

5) aprofundamento dos níveis de desemprego, pobreza e desigualdade social no país, que já se encontram em situação extrema.



*O PRD
considera
indispensável
um novo
programa de
resposta à
crise, sobre as
bases da defesa
da soberania e
do patrimônio
nacional*

IV- A proposta do PRD

Diante de tudo que foi colocado anteriormente, o Partido da Revolução Democrática (PRD) postula a formação de uma Frente Nacional pela Defesa do Patrimônio Nacional e da Economia Popular, a qual inicie a mobilização da cidadania para alcançar a implantação de um programa económico de salvação nacional. O programa que se propõe representa a configuração de um novo esquema de relação de forças políticas no país, rompendo com o caminho neoliberal.

Em matéria de política consideramos que, para enfrentar a situação atual, se requer:

* Avançar de imediato para uma profunda democratização da vida nacional, que abranja a discussão e o início da reforma do Estado;

* Substituir os autoritários e velhos esquemas de imposição corporativa de programas económicos, que não são realmente consensuais, que, ao invés de servirem para o combate eficaz da crise, contribuem para agravar a concentração de renda nas mãos de uns poucos e para o crescimento da pobreza nos setores majoritários da população;

* Proceder à imediata democratização dos sindicatos, das organizações camponesas e urbano-populares, e das organizações empresariais.

* Superar a subordinação acrítica ao presidente do Poder Legislativo realizada por uma "maioria autômata" de parlamentares priistas.

* Romper o controle e a censura oficial aos meios de comunicação de massa, especialmente da televisão. Isto permitirá informar e alertar a consciência nacional sobre os riscos e dificuldades que o país enfrenta atualmente, assim como estimular uma análise verdadeiramente plural e democrática da situação e das alternativas existentes.

O Partido da Revolução Democrática (PRD) considera que é indispensável esboçar, imediatamente, um novo programa de resposta à situação económica, sobre as bases de defesa da soberania e do patrimônio nacional, da proteção efetiva da base produtiva, assim como da preservação e fomento do emprego e salário dos trabalhadores da cidade e do campo. A estabilização interna e externa que se levará adiante priorizará estes objetivos.

Ao mesmo tempo, se promoverá a discussão e o esboço de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento da economia mexicana, a médio e longo prazos.

O Programa de Resposta Democrática à Crise Econômica postula:

1) a imediata iniciativa para repensar os termos das relações econômicas internacionais do país. Em particular, se formulará à Comunidade Econômica Internacional:

- a moratória de comum acordo ou uma moratória, por um ano, dos juros da dívida pública externa adquirida aos bancos comerciais estrangeiros, organismos financeiros internacionais e governos dos países desenvolvidos. Essa moratória não abrange investidores individuais, fundos de pensão e similares, que continuarão recebendo normalmente seus rendimentos;

- a renegociação dos saldos e das taxas de juros da dívida externa pública com os organismos financeiros internacionais e com os governos credores das nações;

- a utilização dos fundos de garantias acordados com a banca credora na última renegociação;

- também se demandará uma nova estrutura do comércio internacional e da política cambial;

- serão racionalizadas as importações de bens e serviços do exterior, elaborando-se um orçamento de divisas do setor público com mecanismos de regulamentação cambial e comercial para a utilização das divisas obtidas pelo setor público, priorizando-se as importações necessárias ao desenvolvimento social;

- se fomentará adequadamente a exportação de bens manufaturados e primários;

- se realizará uma revisão do Tratado de Livre Comércio (Nafta), especialmente naqueles aspectos que resultaram onerosos para o País e para o parque industrial nacional;

- se proporá um novo quadro de cooperação e desenvolvimento com a América do Norte;

- se fomentarão grandes esquemas de cooperação e solidariedade com a América Latina, além da liberação simultânea dos mercados latino-americanos ao comércio exterior.

2) Políticas de estímulo à produção, ao abastecimento e ao mercado interno:

- políticas de fomento seletivo e eficiente à produção agropecuária e agroindústria;

- manutenção dos níveis reais do gasto programável do setor público no curto prazo, para sustentar os níveis de produção e emprego;

- políticas de abastecimento, e a preços acessíveis, de produtos de consumo básico;

- políticas de descentralização do gasto público em favor de estados e municípios;

- políticas de fomento ao crédito dos bancos de desenvolvimento e estabelecimento de um banco nacional de primeira linha;

- políticas de fomento ao crédito privado por meio de medidas e regulamentações das atividades bancárias e financeiras privadas que redu-

zam as margens de lucros da intermediação bancária, aliviem os problemas das carteiras vencidas e propiciem ofertas de novos recursos à sociedade. Buscar-se-á uma relação entre os setores bancário e financeiro e o setor produtivo que resulte em um efetivo apoio ao setor produtivo;

- se reprogramarão, a médio e longo prazos, os vencimentos de curto prazo da dívida pública interna, com o objetivo de aliviar as pressões do gasto público, dos mercados cambiais e das contas externas;

- políticas de taxaçaõ fiscal às atividades especulativas e lucros financeiros; assim como de taxaçaõ ao consumo dos setores de renda mais elevada da população.

3) Proteção ao emprego e ao salário:

- se realizará um aumento de emergência dos salários para compensar parcialmente as perdas sofridas;

- se realizará a revisão periódica dos salários;

- se estabelecerão esquemas equitativos, bilaterais e efetivos, de pagamento do aumento da produtividade do trabalho;

- se integrarão políticas específicas de fomento ao emprego, incluindo as políticas de descentralização dos gastos para estados e municípios.

4) Defesa e fortalecimento do patrimônio nacional:

- se realizará a redefinição imediata dos programas de desenvolvimento da Pemex, para estimular a produção de bens com maior valor agregado, em especial o refino e a petroquímica, em mãos da nação, e o programa de desenvolvimento da Comissão Federal de Eletricidade;

- se fortalecerão as atividades e programas das demais empresas da nação; se evitará a todo custo a alienação de seus ativos;

- se recuperará o valor dos ativos da nação com ativos dos cidadãos mexicanos responsáveis pelos ataques especulativos contra o peso e pela fuga de divisas; definição de responsabilidade por omissão no cumprimento de deveres do desempenho público dos funcionários responsáveis.

5) Começar-se-á a imediata discussão democrática para estabelecer as bases de um novo projeto de desenvolvimento econômico e social nacional, baseado no fortalecimento da soberania, da democracia e do bem-estar. Serão modificadas a Constituição e as leis ordinárias, com o objetivo de estabelecer um autêntico sistema nacional de Planejamento Democrático.

México, DF, 15 de janeiro de 1995





À beira de um ataque de nervos

Devido à globalização econômica, o déficit nas contas mexicanas provocou estresse nas bolsas da América Latina e abalou profundamente o sistema financeiro mundial

Marcelo Montenegro

O chamado "efeito tequila" surgiu como um furacão no *cielito lindo* mexicano e se espalhou em questão de horas por todo o mundo. Os primeiros a cair foram os índices Merval, Bovespa e IBV das bolsas de valores de Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

Em Santiago do Chile, onde há muito tempo não se registram oscilações importantes que possam indicar instabilidade econômica, as ações também desabaram.

Mas o dado inesperado nessa história é que a crise mexicana se revelou um fator capaz de levar o caos ao sistema financeiro mundial, pondo em xeque as economias do Primeiro Mundo.

Os sinais de alarme não pararam de advertir sobre o perigo de uma retração maciça dos investimentos conhecidos como *hot money*¹, que nos últimos anos inundaram os mercados de valores do Terceiro Mundo, o que provocaria a descapitalização de muitos dos países que seguiram ao pé da letra os planos de ajuste monitorados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O ex-secretário de estado norte-americano Henry Kissinger foi um dos primeiros a chamar a atenção para o caráter global da ameaça e defendeu a aprovação de uma saída de emergência que permitisse ao México enfrentar a crise sem que esta propagasse seus efeitos a todo o mundo. Vinte três dias depois da desvalorização mexicana, foi o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, que surpreendeu o mundo propondo uma ajuda de nada menos que 40 bilhões de dólares ao país asteca.

Mas o Congresso norte-americano, muito mais vulnerável aos interesses locais e ao bolso do contribuinte nacional, frustrou a "generosidade" do presidente, negando, na prática, o empréstimo nas condições propostas por Clinton.

Comprovada a rejeição dos congressistas, Clinton anunciou que retirava o projeto do Legislativo e que usaria seu "poder execu-

tivo" para comprometer, em compensação, 20 bilhões de dólares do Fundo de Estabilidade Cambial dos Estados Unidos.

Estes fundos, cuja utilização Clinton não precisa de autorização do Congresso, foram usados pelo presidente como "âncora" de um novo pacote que incluirá 17,7 bilhões de dólares do FMI e 10 bilhões de dólares do Banco de Compensações Internacionais (BIS), sediado na Suíça e conhecido como "o Banco Central dos bancos centrais". No total, serão 47 bilhões de dólares que irão sustentar o peso mexicano.

Não obstante o efeito sedativo que a decisão norte-americana produziu em todo o mundo, no Rio da Prata — particularmente na margem portenha da Argentina —, os tremores alcançaram vários graus na escala Richter e ainda não passaram.

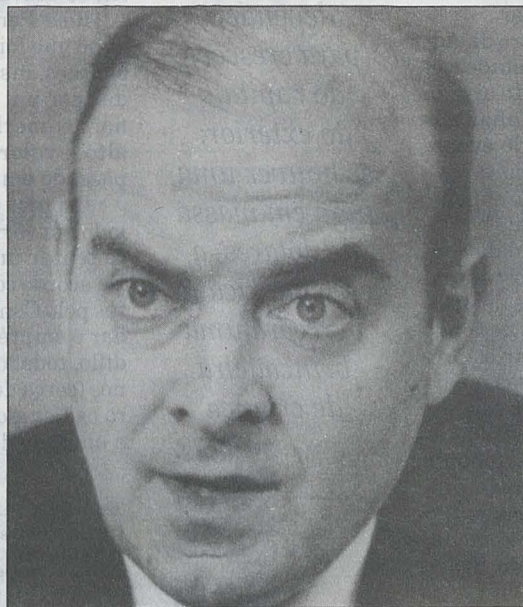
Os sintomas se parecem

A economia argentina, sob o comando do ministro Domingo Cavallo, está baseada no Plano de Conversibilidade, segundo o qual a base monetária da Argentina (em pesos nacionais) nunca pode superar as reservas em dólares existentes. Isto significa que a Argentina depende, para crescer, do fluxo de capital do exterior. Se se produzisse uma fuga em massa de dólares neste país, a crise mexicana pareceria brincadeira de criança.

Como o déficit das contas mexicanas no setor externo é considerado um dos principais fatores no desencadeamento da crise, a preocupação na Argentina é cada vez maior porque, desde 1992, as contas da balança comercial são deficitárias e não se tem previsão de uma reversão desta tendência a curto prazo.

Uma recente análise do economista Roberto Frenkel chama a atenção sobre a semelhança dos sintomas no México antes da crise e na Argentina de hoje. "O diagnóstico do presidente Ernesto Zedillo, quando afirmou que o governo não havia dado a devida atenção ao dé-

Domingo Cavallo:
"Tudo sob controle"



ficit externo, é tão preocupante, que em Buenos Aires se preferiu ignorá-lo", afirma Frenkel.

E acrescenta que tal atitude é compreensível porque o governo de Menem tem insistido em afirmar que as políticas de câmbio são diferentes nos dois países, principalmente porque na Argentina a desvalorização do dólar está proibida por lei.

No entanto, Frenkel considera que "as políticas de câmbio da Argentina e do México têm muito mais pontos em comum do que diferenças, particularmente quando são comparadas com outras alternativas vigentes na região".

O governo argentino "se esforça em deixar claro que a lei do país não permite que se faça algo parecido (refere-se à inesperada desvalorização do peso mexicano), apostando em que esse discurso poderá impedir uma eventual corrida cambial. Mas só o tempo dirá se vai ter êxito ou não...", conclui o economista.

A tequila no Brasil

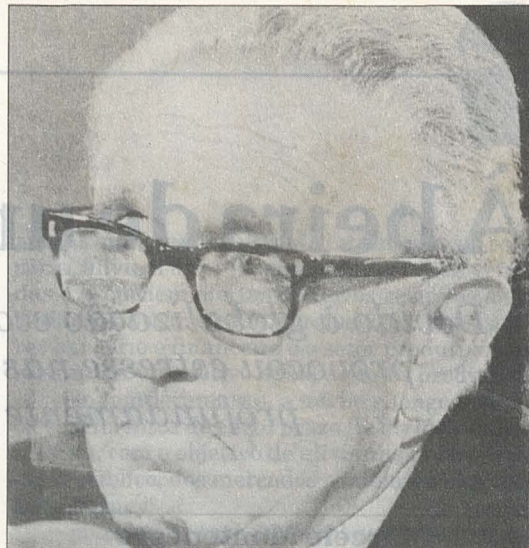
Como o Plano Real está dando os primeiros passos, o Brasil tem à sua disposição muito mais alternativas do que a Argentina para não enveredar pelo mesmo caminho mexicano. No entanto, deve-se prestar atenção ao fato de que alguns alertas são dados de forma interesseira. Este é o caso, por exemplo, das queixas de alguns especuladores que perdem muito com o baixo valor do dólar e aproveitam a crise asteca para exigir uma desvalorização do real. Mas, deixando de lado estes setores, não são poucas as figuras no Brasil — inclusive dentro do próprio governo — que assinalam os perigos objetivos que poderiam advir da desvalorização do real em relação ao dólar.

Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro da Administração Federal e de Reforma do Estado, comenta a "lição mexicana" em um recente artigo, alertando sobre o risco que implica confiar nos investimentos de *hot money*, capazes de evaporar em segundos através dos computadores.

Bresser disse que o México, para financiar seu déficit, recorreu a estes capitais, que entraram maciçamente não tanto em função da confiança despertada pela economia, mas estimulados pelas altas taxas de juros. E em vez de utilizá-los para investimentos produtivos de longo prazo, o governo os usou para financiar os produtos de consumo importados pela classe média e para pagar os pesados juros de sua dívida externa. Isto, segundo o ministro, demonstra as limitações das políticas voltadas exclusivamente a despertar a confiança do Primeiro Mundo, ainda que à custa do próprio interesse nacional.

No mesmo sentido se pronunciou o comandante da Escola Superior de Guerra do Brasil

Henry Kissinger
foi um dos
primeiros a
chamar a atenção
acerca da ameaça
global que
representava a
crise mexicana



(ESG), brigadeiro Mário Xavier Ferolla: "A crise mexicana demonstrou que as economias nacionais não podem estar baseadas em um cassino, em capitais especulativos que podem retirar-se do país de uma hora para outra."

O brigadeiro Ferolla disse que nenhuma economia sólida pode estar cimentada em um modelo predominantemente importador e observou que, a seu ver, "felizmente", o governo brasileiro havia superado as "grandes pressões, principalmente do exterior, para abrir a economia até um ponto que teria colocado em risco a existência da indústria nacional".

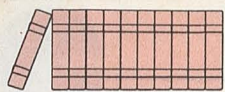
No entanto, o fiasco do melhor exemplo de construção neoliberal não parece ter exibido ainda seus contornos definitivos. Enquanto a população norte-americana estava ainda em processo de assimilação do anúncio do presidente sobre o empréstimo de emergência ao México, no Senado daquele país, o líder da maioria republicana, Bob Dole, pediu ao secretário do Tesouro, Robert Rubin, que entregasse cópias de todos os documentos de onde pudessem surgir possíveis "conselhos" dos Estados Unidos ao México em matéria de desvalorização de sua moeda.

Ross Perot, por sua vez, o multimilionário texano que foi candidato a presidente nas últimas eleições, insinuou que a crise mexicana foi "criada" por um conluio entre políticos mexicanos e norte-americanos para manter artificialmente alto o valor do peso, devido às eleições do ano passado em ambos os países.

O preço de tudo isto para o México foi calculado em vários anos de sacrifício de seu povo para tentar uma recuperação. Mas pode ter mais. De acordo com as exigências que estão sendo feitas pelo Congresso norte-americano para respaldar o empréstimo de emergência ao governo Zedillo, toda a receita da estatal Petróleos Mexicanos (cerca de 7 bilhões de dólares anuais) iria para os Estados Unidos, que também controlariam a emissão de moeda mexicana.

*A Argentina
depende,
para crescer,
do capital
do exterior:
se houver uma
fuga em massa
de dólares, a
crise mexicana
parecerá uma
brincadeira
de criança*

¹ Investimentos especulativos, atraídos por altas taxas de juros, que buscam a obtenção rápida de lucros e, por isso, migram constantemente pelos mercados emergentes



Relatórios de Graciliano Ramos

Elias Fajardo

Os relatórios escritos por Graciliano Ramos quando prefeito de Palmeira dos Índios (AL), entre 1929 e 1930, são uma peça única na literatura brasileira. Escritos com elegância e ironia, com observações precisas e oportunas em meio a números e informações sobre o acanhado mundo da administração de uma então cidadezinha do interior, acabaram despertando a atenção. Primeiro do governador a quem eram destinados, depois de jornalistas que o reproduziram na imprensa nordestina e, finalmente, no Rio, de onde o escritor Marques Rebelo lhe escreveu dizendo que, depois de Manoel Antonio de Almeida e Machado de Assis, nada encontrara em prosa no Brasil que o satisfizesse tanto quanto os tais relatórios. Algum tempo depois, o editor e poeta Augusto Frederico Schmidt publicava o primeiro romance de Graciliano: *Caetés*.

O escritor nasceu em 1892 em Quebrangulo (AL). Em 1914 veio para o Rio. Mas três de seus irmãos e um sobrinho morreram vítima da sujeira e miséria, atacados por peste bubônica. Graciliano voltou a Alagoas, casou-se com a enfermeira que cuidou deles, que mais tarde viria a morrer de parto. A tragédia tornou-o um homem seco e casmurro e aguçou-lhe a sensibilidade. Eleito prefeito, criou um posto de saúde e higiene, abriu estradas, investiu na educação. E exercitou seu finíssimo sentido de observação, escrevendo: "Dos funcionários que encontrei restam poucos. Saíram os que faziam política e os que não faziam coisa alguma. Os atuais não se metem onde não são chamados, cumprem suas obrigações

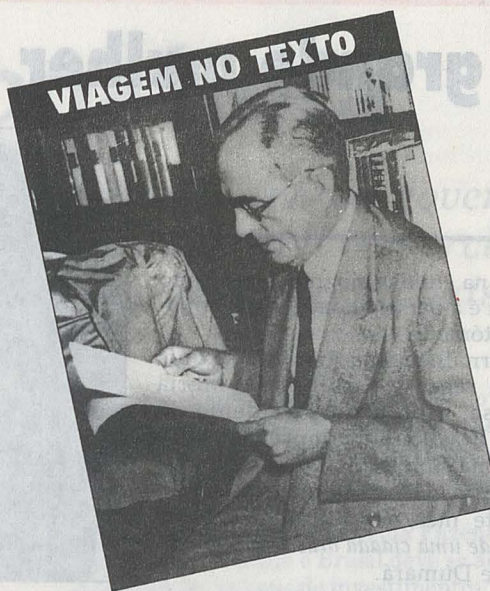
NOTAS

Preconceito contra latinos

Tem cerca de 600 páginas o livro que o escritor chileno José Donoso está escrevendo. Vai chamar-se *Donde van a morir los elefantes*. O assunto é explosivo: uma metáfora da ignorância e do desprezo que a cultura acadêmica tem pelo latino-americano. Embora os latino-americanos se destaquem em terrenos tão amplos quanto a literatura (García Marques, prêmio Nobel) ou física (o brasileiro César Lattes), o preconceito acadêmico é uma realidade.

Cientista político

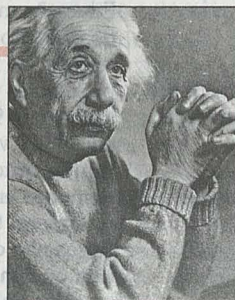
"A anarquia econômica da sociedade capitalista é a verdadeira fonte do mal. Vemos uma imensa comunidade de produtores cujos membros lutam para despojar uns aos outros dos frutos de seu trabalho coletivo, não pela força e sim, em geral, pelo fiel cumprimento de normas legalmente estabelecidas. A produção é orientada para o lucro, não para o uso. Trabalhadores desempregados e mal remunerados não geram mercado lucrativo e a produção



e não se enganam nas contas. Devo muito a eles." Quanto à reação dos munícipes, observou: "Houve lamúrias e reclamações por se haver mexido no cisco preciosamente guardado nos fundos dos quintais e porque mandei matar algumas centenas de cães vagabundos."

Aos que o louvavam por bem administrar, escreveu: "Não fui eu, primeiramente porque o dinheiro era do povo, em segundo lugar porque tornaram fácil a minha tarefa uns pobres homens que se esfalfam para não perder salários miseráveis. Quase tudo foi feito por eles. Eu apenas teria tido o mérito de escolhê-los e vigiá-los, se nisto houvesse mérito."

Segundo o ator Emmanoel Cavalcanti, em estudo no livro *Relatórios*, publicado pela Record, a situação do Nordeste retratada por Graciliano não mudou nada: "As questões perduram, duríssimas, o estágio atrasado, desumano em que mergulham populações inconformadas, empobrecidas, em busca de água para beber, casa para morar, tratamento de suas mazelas e enfermidades, a instrução necessária para fugir da estupidez e discriminação social."



de bens de consumo é restringida, o que resulta em penúria. Há apenas um meio de eliminar esses males: uma economia socialista acompanhada de um sistema educacional orientado para fins sociais."

Estas palavras não são de um político ou sociólogo, mas do cientista Albert Einstein, que revolucionou a ciência moderna com a teoria da relatividade e estão no livro *Escritos da Maturidade*, lançado pela Nova Fronteira em fevereiro.



ESPAÇO DO LIVRO

A grande mulher de um grande homem

Patrícia Costa

Estamos na era das biografias, e quanto mais famosa é a personalidade, mais popular é sua história de vida.

Mas a jornalista Ana Arruda não quis seguir esta regra e escolheu D. Maria José Barbosa, esposa do presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, como tema de uma biografia. O resultado está sendo lançado este mês, sob o título *D. Maria José, retrato de uma cidadã brasileira*, da editora Relume Dumará.

"Há algum tempo eu me interessei pela história de mulheres que participam da vida do país de uma maneira discreta, como é o caso de D. Maria José", conta Ana Arruda que, junto com sua parceira, Denilde Leitão, desenvolveu dois anos de muita pesquisa, colhendo depoimentos, documentos, fotografias e histórias sobre esta mulher "extraordinária e dinâmica, que soube unir o trabalho social à função de dona de casa, esposa e mãe. Criou quatro filhos sem babá e, ao mesmo tempo, administrou a construção de sua casa e promoveu projetos so-



ciais de vários tipos". Hoje, com 87 anos, D. Maria José guarda ainda a mesma vitalidade e disposição para lutar pelos direitos das pessoas menos favorecidas, sendo o perfeito exemplo da cidadania.

A vontade de escrever sobre pessoas que não estão em evidência foi um desafio para Ana: "Revelar a história de alguém desconhecido é um prazer, e pretendo que seja o primeiro livro de uma série sobre mulheres com este perfil, que têm o que falar, mas não encontram, às vezes, espaço."

Outro desafio foi escrever a biografia não como uma jornalista, mas como uma escritora em busca de um estilo e linguagem próprios. Por isso, a maior parte do texto é escrita em primeira pessoa, como se fosse D. Maria José quem falasse. Por quê? "Porque ela conta histórias de um jeito muito pessoal, delicioso. Quis dar esse tom, e acho que consegui", comemora a jornalista, que adianta que o livro traz ainda fotos tiradas desde o início do século até recentemente, do casal Barbosa Lima.

NOTAS

Notícia ruim

A receita federal taxou os livros infantis importados em 16%. O artigo 150 da Constituição Federal determina que livros e jornais estão isentos de impostos. O Sindicato Nacional dos Editores batalha para revogar a portaria. Até meados de fevereiro, a importação de carros tinha imposto de 20%, que só aumentou por causa dos déficits da balança comercial de novembro e dezembro.

Que país é esse que taxa livros quase como carros?

Notícia boa

O brasileiro está lendo mais. Foram produzidos no país 236 milhões de exemplares no ano passado, mais 6% do que no ano anterior. Quanto ao faturamento, o mercado editorial cresceu em 29%. Em 94, as empresas faturaram US\$ 1,2 bilhão, contra US\$ 930 milhões no ano anterior.

Erros didáticos

Em discurso sobre a educação, o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu melhorar o material didático e organizar o sistema de distribuição do livro escolar. Há muito o que fazer na área, pois uma investigação feita pelo Ministério da Educação mostrou que as obras para alunos do primeiro grau têm "distorções e erros crassos" de informação. Vinte e três professores universitários de todo o país analisaram 90% dos títulos didáticos adotados em 1991 e verificaram que, em matemática, muitos autores não compreendem a distinção entre número (entidade abstrata) e numeral (símbolo) e em geometria alguns livros não definem o que é um segmento de reta ou um polígono.

Nos volumes de estudos sociais, a visão sobre cidade e campo é idealizada, insinuando que no campo não há problemas e a metrópole é o centro da vida e do progresso.

O pior mesmo é o livro *Meio ambiente, vida e saúde*, em que a autora Mattetucci Ferreira informa que os insetos são seres de seis patas e, logo em seguida, apresenta outros insetos com oito patas (aranhas e escorpiões).

Rainhas do crime



Elas são decididas, atiram bem, têm fôlego de sete gatos. São as heroínas de romance policial, que têm pontos em comum com seus colegas masculinos, mas ao mesmo tempo guardam com relação a eles marcadas diferenças.

A presença da mulher como autora e também como personagem principal da ficção policial é analisada em "profundidade no volume *Rainhas do crime*, de Sonia Coutinho, da Sete Letras. Segundo a romancista e tradutora baiana, as novas autoras de policiais suprimem, em sua obra, a voz exclusiva de autoridade, representada pelo detetive clássico.



Alerta em boa hora

Apesar de afirmar que Brasil e México são diferentes, governo brasileiro toma medidas para incentivar superávit comercial, buscando evitar que o quadro mexicano se repita no país

Marcelo Monteiro

A pesar das tentativas iniciais de membros da equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso de minimizar os reflexos da crise do México, o Brasil registrou no início de 1995 fenômenos econômicos que podem ser considerados como resultados do chamado "efeito tequila". Em janeiro, ocorreu a maior fuga de investimentos do mercado brasileiro desde fevereiro de 1990, mês de incertezas diante da ascensão de Fernando Collor ao poder, em 15 de março. O total de investimentos que deixou o país no primeiro mês deste ano foi de US\$ 1,919 bilhão, montante formado basicamente por recursos especulativos. Também em janeiro, a saída de dólares do país superou a entrada no mercado nacional da moeda norte-americana em US\$ 1,434 bilhão, valor mais alto desde janeiro de 1992.

Fontes oficiais, ligadas ao Banco Central, afirmaram que os déficits foram causados em grande parte pela crise mexicana, que fez com que inves-

tidores e especuladores retirassem o dinheiro aplicado no chamados "mercados emergentes" da América Latina (Brasil, Argentina e Chile).

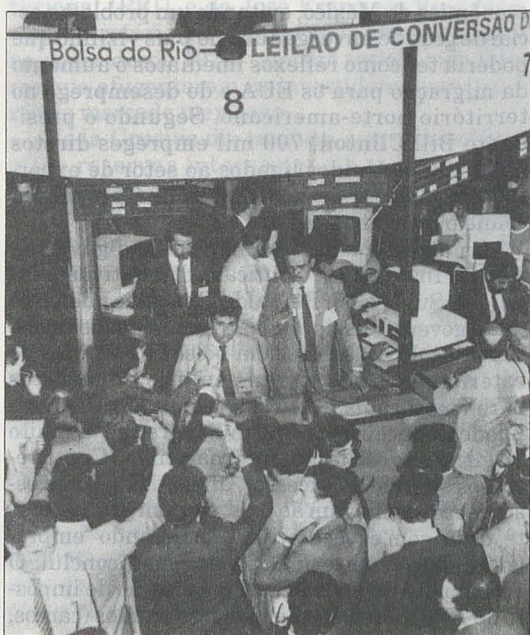
A redução do nível de dinheiro disponível no país em janeiro parece não ter sido um fato esporádico. O próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, declarou que o Brasil deve se acostumar a receber um volume de investimentos menor do que os existentes em 1993 e 1994. Essa redução tem como causas também o aumento em 0,5% da taxa de juros pelo Banco Central dos Estados Unidos e o uso de recursos pelos governos do Japão e da União Européia para o combate a fenômenos naturais (terremoto em Kobe e enchentes em países europeus).

Ajuda norte-americana de emergência

O resultado negativo brasileiro em relação à entrada de divisas foi divulgado na semana em que o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, anunciou a concessão de uma linha de crédito de US\$ 20 bilhões ao México. Além de não esperar a aprovação do empréstimo pelo Congresso norte-americano, o presidente dos Estados Unidos influenciou diretamente a concessão do financiamento de US\$ 17,8 bilhões pelo Fundo Monetário Internacional e de outros US\$ 10 bilhões pelo Banco de Compensações Internacionais, sediado na Suíça e conhecido como o "Banco Central dos bancos centrais". Outros US\$ 3 bilhões deverão ser repassados por bancos privados.

Para Pedro Malan, o socorro dos Estados Unidos ao México reduziu o perigo de propagação de problemas entre os países latino-americanos que adotaram programas com bases semelhantes ao do México (caso da Argentina e Brasil) antes que "as profecias (alarmistas) se autoconfirmassem".

Apesar de ressaltarem que "o Brasil não é o México", integrantes da equipe econômica parecem ter encarado o caso mexicano pelo seu lado pedagógico. O governo federal tomou medidas – coincidentemente, depois da crise mexicana – procurando reduzir os déficits comerciais registrados no Brasil em novembro (US\$ 492 mi-



As bolsas brasileiras registraram uma grande fuga de capitais nos dois primeiros meses do ano

lhões) e dezembro (US\$ 884 milhões). Os saldos comerciais negativos consecutivos foram uma das causas fundamentais da crise cambial no México. A ministra da Indústria e Comércio, Dorothea Werneck, chegou a afirmar que o problema mexicano demonstrava que o Brasil não deveria desejar conviver com sucessivos déficits comerciais.

A equipe econômica facilitou o acesso dos exportadores ao Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC), ampliando o prazo de duração do crédito para até 180 dias (até então era de 90 dias) e extinguindo o depósito compulsório de 15% sobre as operações de exportação. O governo aumentou também de 20% para 32% as alíquotas dos carros importados. O presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a dizer que queria acabar com "a farra" dos carros importados. Apesar das medidas, a balança comercial brasileira registrou novo saldo negativo em janeiro: US\$ 290 milhões. O déficit acumulado em novembro, dezembro e janeiro foi de US\$ 1,66 bilhão.

Revisão da política cambial

Mesmo com essas providências, vários economistas de tendências opostas vêm defendendo a revisão da política cambial brasileira, que desde a implantação do real em 1º de julho de 1994 mantém a moeda brasileira valorizada em relação do dólar.

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen afirma que "quanto mais cedo se mexer no câmbio, melhor (...) porque se a mudança for lenta, vem trombada pela frente". Simonsen foi titular do Ministério da Fazenda durante o governo Geisel e da pasta do Planejamento na gestão Figueiredo.

O economista José Márcio Camargo, do Departamento de Economia da PUC-RJ, também critica a âncora cambial. "O que se está fazendo com o câmbio é um erro grave (...) O Brasil está adotando um programa semelhante ao mexicano e isto é um risco para o país."

Uma das consequências da desvalorização do dólar é o barateamento das importações, que são usadas como instrumentos de combate à inflação. O aumento da presença dos produtos importados no mercado faz com que os preços de produtos nacionais fiquem mais baixos, com o objetivo de competir com os estrangeiros. Mas tem também como reflexos o encarecimento das exportações, a desindustrialização do país e o aumento das taxas internas de desemprego.

Na Argentina, país considerado há pouco tempo, ao lado do México, como exemplo de modernidade para o mundo, 2,9 milhões de trabalhadores estavam sem emprego em maio de

1994, segundo dados oficiais. O total equivalia a 10,8% da População Economicamente Ativa. No México, mais de 74 mil postos de trabalho foram extintos entre janeiro e abril do ano passado. Estudos independentes afirmam que a taxa de desemprego naquele país aumentou de 4% para 6,5% nos últimos seis anos. Segundo a Fundação Getúlio Vargas do Rio, o desemprego no Brasil atinge 5,4% da População Economicamente Ativa.

"Igual ou pior que o México"

O aumento das taxas de desemprego é um dos principais riscos para o Brasil, caso o governo federal mantenha linhas econômicas neoliberais, como fez o México, na opinião do presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, Reinaldo Gonçalves. Para o economista, a crise mexicana serve como um alerta para o Brasil, que precisaria reorientar o modelo de ajuste econômico, baseado em teses do chamado "Consenso de Washington", chanceladas pelo FMI, como a "abertura econômica indiscriminada e a ânsia pela retirada do Estado da economia".

Segundo o professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o prosseguimento desse tipo de ajuste poderia fazer com que o Brasil passasse por uma situação "igual ou pior" à do México. "E se isso se concretizasse, não haveria uma operação de socorro norte-americana ao Brasil ou então seriam exigidas contrapartidas draconianas."

Gonçalves lembra que o governo dos Estados Unidos tem interesse em estabilizar a situação econômica do México, evitando um problema social de grande envergadura no país vizinho que poderia ter como reflexos imediatos o aumento da migração para os EUA e do desemprego no território norte-americano. Segundo o presidente Bill Clinton, 700 mil empregos diretos nos Estados Unidos ligados ao setor de exportação poderiam ser extintos com a propalada "bancarrota" mexicana.

Colaborador da organização não-governamental Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), Reinaldo Gonçalves defende que o governo discipline com mais rigor os investimentos de brasileiros em bolsas de valores do exterior, evitando a transferência de recursos para fora do país. "O Brasil tem uma vulnerabilidade financeira externa muito grande. É muito frágil face às oscilações internacionais. Capta recursos quando há excesso", afirma. E quando esses recursos chegam ao país, são, em grande parte, de origem especulativa, não gerando "emprego, produção ou tecnologia no país", conclui. O economista defende também a criação de impostos de 10% sobre bens de luxo importados (carros,

*Economistas
de tendências
opostas vêm
defendendo
mudanças na
política
cambial
brasileira*

barcos) com valor acima de US\$ 32 mil, como ocorre nos Estados Unidos.

Gonçalves critica, por outro lado, as constantes reclamações de exportadores em relação às perdas com a sobrevalorização do real. O economista lembra que o setor é compensado com o ACC, instrumento pelo qual conseguem financiamento para viabilizar uma operação com pagamento de taxas inferiores às obtidas no mercado financeiro.

Bases diferentes

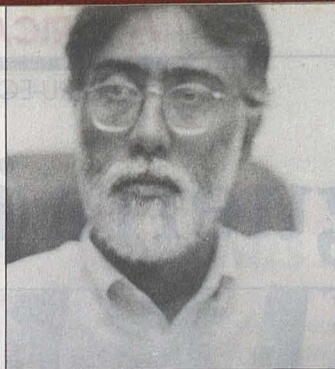
Já a economista e deputada federal Yeda Crusius (PSDB-RS) concorda que a crise mexicana serve como um alerta para o Brasil, mas ressalva que o Plano Real está assentado numa realidade diferente do plano de ajuste mexicano. Para a ex-ministra do Planejamento no governo Itamar, o Brasil tem, por exemplo, uma base sólida de exportação, com mercados tradicionais e quase "cativos", garantindo a obtenção de recursos e dificultando a ocorrência de déficits na balança comercial. O México, na opinião da ex-ministra, não teria o sistema exportador tão bem articulado, não se constituindo por isso em um fator de combate aos seguidos saldos negativos da balança comercial.

Ao lado das diferenças econômicas, o Brasil estaria privilegiado em relação ao México também no campo político, na opinião da parlamentar. O conflito em Chiapas e os assassinatos de Luis Donaldo Colossio, candidato à presidência da República pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), e de José Francisco Ruiz Masieu, secretário-geral da legenda que se mantém no poder desde 1929, também teriam sido fatores que afugentaram os investidores estrangeiros do mercado mexicano.

Yeda Crusius diz também que o Brasil tem altas reservas internacionais que permitem "sustentar a confiança no real", ou seja, manter a moeda brasileira valorizada diante do dólar. Para a deputada, a redução das reservas foi mais um elemento que trouxe instabilidade ao México. Indagada sobre o risco do Brasil "queimar" suas reservas e chegar a um nível semelhante ao do México, a ex-ministra lembra que o Brasil tem instrumentos para mantê-las num patamar alto. Yeda Crusius cita como medida a ampliação do crédito aos exportadores.

No início de fevereiro, as reservas externas do Brasil eram de US\$ 38 bilhões, depois de terem alcançado US\$ 42 bilhões no início do Plano Real. As reservas do México em fevereiro estavam em apenas US\$ 3 bilhões, depois de terem sido de US\$ 15 bilhões em 1988, ano em que o plano de estabilização mexicano foi iniciado.

Foto: A. C. Júr



Reinaldo Gonçalves teme que o Brasil enfrente uma situação tão difícil quanto a do México, enquanto Yeda Crusius ressalta as diferenças entre os dois países



Foto: Jamil Bittar / F

Para a deputada tucana, a crise no México também deve ser encarada como mais um sinal que reforça a urgência da aprovação das alterações constitucionais que o governo Fernando Henrique Cardoso considera fundamentais para o sucesso do Plano Real. Yeda Crusius cita especificamente a reforma tributária, que permitiria "a obtenção de uma base fiscal mais sólida", e "os pontos que impedem a entrada de capital externo produtivo no país". Nesse último rol, poderiam ser incluídos o conceito de empresa brasileira de capital nacional – que, caso derrubado, permitiria o mesmo tratamento para empresas controladas por brasileiros e estrangeiros – e a quebra de monopólios estatais.

O papel dos especuladores

Já na opinião do professor de Teoria Econômica da UFRJ, Carlos Cosenza, o Brasil não sofreu efeitos da crise mexicana porque as estruturas econômicas dos dois países são completamente diferentes. "A crise mexicana está sendo explorada no Brasil por especuladores, que querem aproveitar o momento para tentar impor mudanças cambiais."

O vice-diretor da Coordenação de Programas em Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da UFRJ, ressalta, entretanto, que o governo brasileiro está conduzindo de maneira equivocada a política de atração de capital estrangeiro para o país. As altas taxas de juros praticadas no mercado brasileiro acabam fazendo com que os recursos especulativos sejam predominantes. O dinheiro investido é retirado logo após a obtenção dos lucros.

Outra crítica do professor é referente à alegação de que o aumento do salário mínimo não pode ser aprovado porque haveria um aumento do consumo: "O governo dificulta o consumo. Por tabela, prejudica os níveis de emprego." Segundo ele, a participação dos salários na renda nacional na década de 50 era de 70%, e hoje é de apenas 30%.

Sobre o México, Cosenza define o país como "mais uma estrela na bandeira norte-americana, um apêndice dos Estados Unidos". O professor chama de "invasão passiva" a garantia de receitas obtidas com exportações mexicanas exigidas pelos EUA. E acrescenta que a ajuda ao país latino-americano não é nada mais do que um socorro aos grandes fundos de investimento norte-americanos que atuaram no México. ■

Uma guerra injustificada



Militares equatorianos comemoram o anúncio de cessar-fogo conseguido após duras negociações

O frágil cessar-fogo, que conseguiram com um grande esforço diplomático os países avalistas do Protocolo do Rio de Janeiro, pode levar à mesa de negociações os governos do Peru e Equador

A explosão de um conflito armado entre Peru e Equador, cujas forças entraram em combate durante três semanas com um saldo que pode chegar a 500 mortos, não surpreende apenas pelo absurdo da ocasião em que foi feito, mas porque, além disso, escolheram como palco de confronto um dos cenários naturais mais apreciados do mundo: a floresta amazônica.

Às vésperas do século XXI, depois do fim da Guerra Fria e em um momento no qual se consolidam na América os processos de integração no Mercosul, o Pacto Andino — ao qual pertencem os dois países em conflito —, Nafta (tratado de livre comércio entre Estados Unidos, México e Canadá), a guerra na Cordilheira do Condor parece absurda e sem razões históricas que a justifiquem.

Ambos os países, no entanto, mantêm uma centenária disputa pela soberania de um trecho de 78 quilômetros na zona de Coangos, parte de uma fronteira comum de mais de 1.600 quilôme-

tros. Essa disputa os levou, durante os últimos 50 anos, a envolver-se em guerras e manter um estado de tensão quase permanente desde 1941. Foi nesse ano que houve um sangrento confronto militar cuja vitória se atribui ao Peru. Segundo fontes do Equador, a guerra de 1941 teria ocasionado a perda de 200 mil quilômetros de seu território na Amazônia e bloqueado a saída para o rio Maranhão.

A ação solidária dos países americanos permitiu conseguir a paz em 1942. E foi, então, assinado o Protocolo do Rio de Janeiro que contou com quatro países avalistas: Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos. Este Protocolo estabeleceu um traçado da linha fronteiriça que modificou o anterior, fixado em 1830, e que havia sido impugnado na época pela República do Peru.

O árbitro do Protocolo foi o especialista brasileiro Dias de Aguiar que recebeu apoio técnico dos Estados Unidos na forma de levantamento aerofotográfico. Nos anos que se seguiram chegou

Conflito leva mais de 500 anos

Um ex-diplomata argentino, que serviu como embaixador no Peru e conhece profundamente a área de conflito, explica que quando Pizarro chegou à América já encontrou os incas divididos e mergulhados numa guerra civil.

Lutavam pelo controle do império, Huascar, o rei de Cusco — o que depois viria a ser o Peru —, o favorito da aristocracia, e seu irmão Atahualpa, rei de Quito, o favorito do exército. Huascar, de certa forma, era o herdeiro legítimo e Atahualpa era o mais questionado. Mas seu pai, o inca Huaina Capacen, no seu leito de morte, dividiu o império entre os dois e isso originou a guerra civil entre Quito e Cusco. “Este antecedente nos dá uma referência de mais ou menos 500 anos para entender este conflito”, afirma o ex-diplomata argentino.

A Espanha, por sua vez, trazia o peso da sua própria guerra civil. Porque os *pizarristas* enfrentavam os homens de Almagro, o outro conquistador ibérico, que estava no Chile. Ou seja, nesta região houve, naquele remoto momento da conquista espanhola, uma dupla guerra civil: a do invasor que vinha dividido da Europa e a dos incas, que lutavam entre si.

Segundo especialistas na história da região e antropólogos, no Equador e no Peru havia entre 40 e 50 diferentes nações indígenas. O império (inca) unificava estas nações do ponto de vista de um Estado central, mas elas mantinham seu próprio idioma, sua cultura, sua religião. Por isso quando o império dos incas desmorona, explodem inúmeros confrontos, porque o Estado que estava por trás das tribos era um Estado praticamente feudal, não-organizado em nações. E o problema das fronteiras entre diferentes etnias atingiu um grau de enorme belicosidade, que desencadeou muitas guerras.

a ser demarcada a quase totalidade da fronteira através de uma linha divisória de águas entre os rios Zamora e Santiago. Só que ao chegar no alto da Cordilheira do Condor, onde a demarcação se viu dificultada pelas próprias condições geográficas, os técnicos se depararam com a existência de um terceiro e caudaloso rio. A nova bacia hidrográfica descoberta, com mais de 190 quilômetros de extensão, pertencia ao rio Cénepa, um afluente direto do Maranhão, o qual por sua vez desemboca no Amazonas através do Napo.

Com a faca no peito — Os demarcadores se encontraram, desta forma, com o que se denominou *um erro geográfico essencial*, já que o Protocolo do Rio de Janeiro estabelecia uma solução para a disputa que não previa a existência do rio Cénepa. Desde então, as tarefas da Comissão Mista Equatoriana-Peruana, encarregada de demarcar os limites entre os dois países, estão paralisadas.

Nos primeiros anos da década de 60, durante a presidência de Velasco Ibarra, o Equador denunciou a validade do Protocolo do Rio de Janeiro, alegando que “o Equador jamais aceitará como legal e justo permanecer entre o mar e o oriente amazônico... Os tratados que são celebrados com a faca no peito dos contratantes são nulos segundo as normas panamericanas”. Enquanto para o Equador o Tratado passou a ser *inexecutável*, o Peru sustentou sua total validade.

Esta situação foi geradora de permanentes tensões e confrontos armados na fronteira: em 1981, houve um

confronto militar que durou quatro dias. Em 1991, o presidente equatoriano Rodrigo Borja propôs ao Peru o nome do papa João Paulo II como árbitro da disputa, o que não foi aceito pelo presidente Alberto Fujimori. Em 1994, o embaixador do Peru em Quito divulgou uma pesquisa de opinião que indicava o reconhecimento da maioria dos equatorianos da validade do Protocolo do Rio, o que gerou tensões diplomáticas.

Esta situação de tensões se prolongou até janeiro de 1995, quando os dois países voltaram a entrar em combate durante três semanas, com um saldo de quase 500 mortos e denúncias de utilização de armas químicas pelos dois lados.

O cessar-fogo só foi conseguido após árduas negociações — promovidas pelos quatro países avalistas do Protocolo do Rio —, realizadas primeiro no Rio de Janeiro e, em fins de fevereiro, em Montevideu.

Herança do traçado hispânico —

Para alguns analistas em assuntos de defesa, o histórico traçado colonial das províncias nos vice-reinados espanhóis é o responsável por quase todas as disputas fronteiriças ainda pendentes na América Latina, que são mais frequentes do que normalmente se imagina.

Para o brigadeiro Sérgio Ferolla, comandante da Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil, no caso dos países amazônicos devem somar-se aos complexos antecedentes históricos as dificuldades geográficas e a comprovação cada vez mais evidente das enormes riquezas minerais existentes na selva.



Soldados da Marinha peruana, próximo à zona de litígio



Um militar equatoriano se despede de seus companheiros que partem para a frente de guerra. Abaixo, tropas peruanas rumo à fronteira com o Equador



Ferolla considera que um dos maiores desafios da América Latina neste momento é encontrar uma via diplomática de solução para *todos* os seus problemas limítrofes.

O militar brasileiro adverte que as disputas fronteiriças "devem ser resolvidas" pela negociação, mas de forma efetiva. Não podem ficar para "algum dia", porque desta forma só estão alimentando futuros conflitos como o do Peru e Equador.

Concordando em parte com estes argumentos, o ex-chanceler peruano José de la Puente atribui a retomada dos combates entre Peru e Equador à descoberta de jazidas de petróleo, urânio e ouro nos territórios do sul do rio Cénepa, o que explicaria a reivindicação territorial equatoriana.

Jornais de Lima, por sua vez, denunciaram um relatório confidencial do secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, que explica o conflito como uma ação visando a desviar o foco de atenção da opinião pública equatoriana, sumamente crítica à gestão do presidente Sixto Durán-Ballen (nos dias que antecederam o confronto, seu índice de popularidade estaria abaixo dos dez por cento).

Seja qual for a verdadeira causa, todos os analistas coincidem em assinalar que não se trata de uma disputa superficial, nem fácil de solucionar, como queriam dar a entender alguns comentários publicados na imprensa. Pelo contrário, os antecedentes históricos mais distantes mostram uma enorme complexidade de fatores, que se somam à inércia histórica e às dificuldades geográficas que a natureza apresenta nesta região.

Impacto negativo – Além dos prejuízos que a guerra trará para ambas as economias, deve somar-se o impacto negativo que pode ter para toda a América Latina em termos de fluxos de investimentos de capital. Justamente quando todos os países do continente se esforçam em explicar que a tormenta financeira do México não deverá necessariamente expandir-se aos demais, Equador e Peru acrescentam um novo dado contra a imagem da estabilidade que a região pretende mostrar.

O Acordo de Cartagena, mais conhecido como Pacto Andino, foi pensado no início, na década de 60, como o mais ambicioso processo de integração latino-americano, reunindo seis países que tinham entre si múltiplos conflitos de soberania.

Estes acordos, no entanto, foram gradualmente perdendo velocidade, significado e Estados membros. E não obstante haver chegado a estabelecer uma União Aduaneira, foram incapazes de gerar os laços econômicos, comerciais, sociais e políticos que pudessem deixar os conflitos de soberania em segundo plano, em função de outras conquistas prioritárias. Depois dessa guerra, certamente será muito mais difícil "remontar" o Acordo de Cartagena.

O que aconteceu com o Pacto Andino, no Acordo de Cartagena, no coração dos países bolivarianos, leva à reflexão sobre o papel que podem desempenhar os processos de integração como amortecedores de tensões políticas e militares resultantes de disputas fronteiri-

ças. O Mercosul deve ser reconhecido como um exemplo oposto ao que ocorreu no Acordo de Cartagena. Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai não só superaram as feridas deixadas pela guerra do Paraguai, como contam com acordos de cooperação nuclear e militar que praticamente afastam as possibilidades de conflito antes existentes entre os países do Mercosul.

A integração conseguida entre aqueles quatro Estados, em grande parte contra os interesses extra-regionais que não desejam a união dos países latino-americanos, deve ser mantida e fortalecida com o futuro ingresso do Chile e da Bolívia. Porque quando os países perceberem os benefícios que os processos de integração podem trazer, em termos de desenvolvimento econômico, fortalecimento das democracias e da justiça social, os conflitos de soberania poderão ser mais facilmente negociados, no âmbito da diplomacia, um espaço do qual nunca deveriam ter saído.

(Marcelo Montenegro)

Social-democratas apóiam Aristide

A Internacional Socialista (IS) da América Latina se reúne em Porto Príncipe para manifestar seu apoio à redemocratização do país



Pierre Mauroy,
presidente da IS:
empenho em ajudar
o governo de Aristide
a obter fundos
para reduzir
a miséria no país



A escolha dos locais onde a Internacional Socialista (IS) faz suas reuniões obedece a interesses políticos definidos. Ao optar por realizar, em janeiro passado, um encontro do Comitê Latino-Americano e Caribenho da instituição (Siclac) na capital haitiana, Porto Príncipe, com representantes de cerca de 40 partidos políticos da América Latina, o objetivo foi estimular a solidariedade internacional ao Haiti e apoiar o novo período que se iniciou no país com a volta ao poder do presidente Jean-Bertrand Aristide.

O primeiro-ministro haitiano, Sma- rek Michel, considerou o evento uma prova de que o Haiti voltou a fazer parte da comunidade das nações democráticas. Já o dirigente dominicano Peña Gomez – presidente do Siclac e vice-presidente da IS – lembrou a história dos dois povos (haitiano e dominicano) que dividem a mesma ilha. “Esses povos deram provas de que não aceitam nenhuma imposição, nem externa nem interna, que possa estabelecer limites à sua liberdade”, afirmou.

O presidente da IS, o francês Pierre Mauroy, aproveitou a ocasião para fazer um apelo para que o mundo inteiro ajudasse financeiramente o Haiti. Dando o exemplo, os dirigentes social-democratas resolveram na reunião fazer uma operação para levantar recursos econômicos na Europa e no Japão.

Por sua vez, Jean Claude Bajoux, do Conacon¹, defendeu no encontro “a primazia do Direito sobre a força, a moralidade política, a solidariedade internacional, o fim dos exércitos e a participação dos povos”. Já Serge Gilles, do Panpra, tentou reconstituir a trajetória de seu partido, mas foi vaiado por parte da assistência, que reprovou sua participação nas eleições viciadas de janeiro

de 1993 realizadas pelos militares então no poder.

Numa recepção oferecida aos participantes do encontro, o presidente Jean-Bertrand Aristide agradeceu a “fértil solidariedade” que, segundo ele, contém os germes da reconciliação. “Sem ela, todos estamos condenados a fracassar”, afirmou.

Em defesa das mulheres – No mesmo período, aconteceu em Porto Príncipe uma reunião de mulheres da Internacional Socialista. As participantes exigiram punição contra os que violentam mulheres e crianças. O recém-criado Ministério da Condição Feminina e Direitos da Mulher haitiano ocupa hoje as antigas instalações do quartel-general do exército.

Situando a criação do ministério dentro de um contexto de mudanças, o primeiro-ministro Smareck Michel disse que a principal tarefa da instituição é mostrar às mulheres que elas têm os mesmos direitos que os homens.

A ministra Lise-Marie Dejean manifestou sua confiança de que, com o ministério, as mulheres poderão reduzir a discriminação de que são vítimas. Ela lembrou que, depois de séculos de preconceito, as haitianas têm dificuldade de exercer plenamente seus direitos e deveres e de contribuir para o desenvolvimento do país.

A ministra enfatizou ainda que o fato de o novo ministério se instalar no mesmo local onde funcionava o antigo escritório do ditador general Raoul Cédras é altamente simbólico. E acrescentou: “É a vitória dos oprimidos sobre os opressores.” (E.F.)

¹ Conacon, partido político haitiano membro da IS, junto com o Panpra

A camisa-de-força da ajuda econômica

Dependendo do apoio externo para reconstruir o país, o governo Aristide se vê obrigado a aceitar uma ajuda que muitas vezes não leva em conta os interesses da maioria dos haitianos

Lisa McGowan*

Depois de manter-se firme ao longo de três anos de terror e opressão, o povo do Haiti finalmente obteve o que queria: o retorno do presidente constitucional, Jean Bertrand Aristide, e com ele a esperança de um futuro melhor.

Mas o que, talvez, não conquistem os sofridos haitianos é o direito a ter a última palavra na formulação das estruturas sociais, econômicas e políticas que deverão ser construídas o mais rápido possível e que governarão suas vidas nos próximos anos.

Quem está se encarregando da tarefa de montar essas estruturas é o Banco Mundial (Bird), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a agência norte-americana para o desenvolvimento internacional (Usaid). Sem perda de tempo, estas organizações lançaram sua própria "força de invasão", integrada por economistas, especialistas em agricultura, advogados, etc. A missão declarada desse exército de supostos especialistas em desenvolvimento é tornar o Haiti viável economicamente, ajudando o país a aliviar a pobreza já crônica.

Porém, os enfoques dos especialistas do Banco Mundial, FMI e da Usaid parecem não levar em conta as profundas causas da pobreza e instabilidade política no Haiti. Isso pode se deduzir dos planos apresentados pelos doadores internacionais na reunião informal sobre o futuro econômico do Haiti realizada em Paris, no ano passado.

População ignorada – Os últimos três anos de ditadura militar tiveram um preço muito alto para o povo haitiano. Os serviços governamentais, que nunca foram muito eficientes, simplesmente deixaram de funcionar pouco

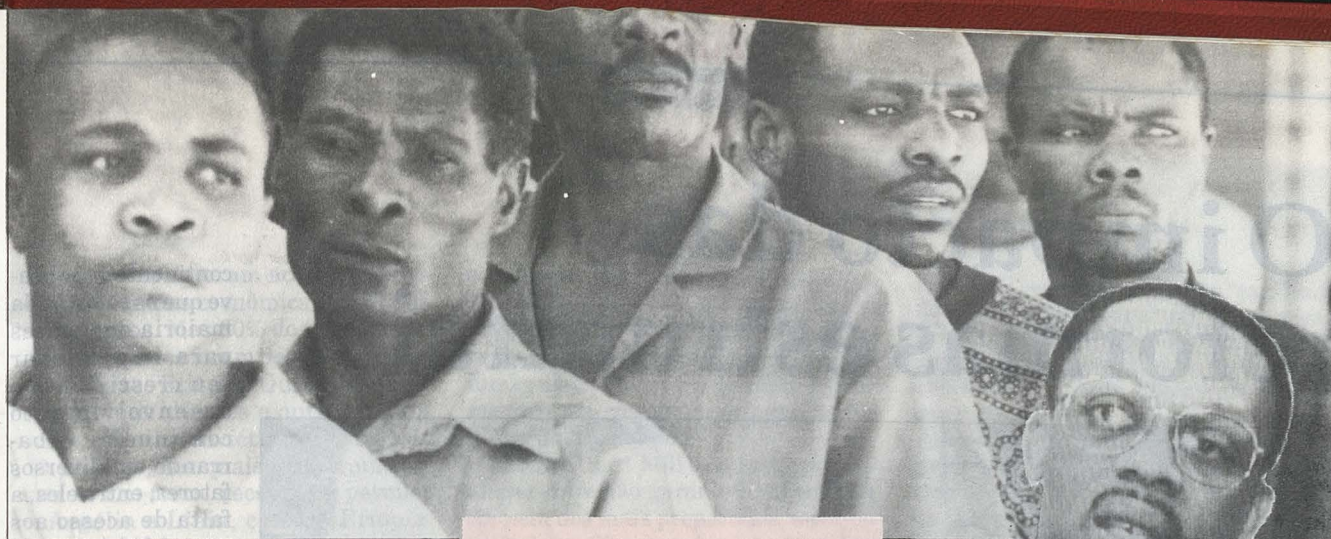
depois do golpe. As estradas e os sistemas de irrigação estão agora em ruínas, os insumos agrícolas são inacessíveis para os pequenos agricultores, a inflação fugiu a qualquer controle e uma soma enorme de fundos públicos foi roubada pelo regime militar e seus "sócios".

Na reunião de Paris, o governo constitucional haitiano manifestou sua intenção de incluir em seus programas e políticas econômicas o apoio às cooperativas rurais e comerciais, aos grupos de mulheres, às associações de camponeses e a outros grupos-chaves da sociedade civil.

Mas a Usaid e o Banco Mundial, apesar de toda sua retórica sobre a importância de estimular



Os créditos externos raramente são canalizados para os camponeses e os trabalhadores do setor informal, que constituem a maioria da população



ao mesmo tempo o desenvolvimento e a democracia, estão reproduzindo o típico procedimento de tomada de decisões de cima para baixo e não apresentaram ainda nenhum plano no qual o povo haitiano possa decidir o que é melhor para o seu país.

O produto desse processo de tomada de decisões de cima para baixo é, como não podia deixar de ser, um pacote de ajuda de 532 milhões de dólares que não leva em conta as necessidades dos pobres.

Dependência alimentar - Um exemplo disso é que, enquanto vários grupos sociais consideram o fortalecimento dos pequenos agricultores uma prioridade total, o governo dos Estados Unidos e as instituições financeiras internacionais estão promovendo a criação de "estruturas macro-econômicas", o que terá efeitos exatamente contrários.

Ao proteger poucos produtos agrícolas, a política de liberalização das importações defendida pelos doadores prejudicará os pequenos produtores e servirá apenas para que os haitianos ricos usem as escassas divisas à disposição para comprar bens de luxo.

Mais ainda: ao que tudo indica, a maior parte da assistência técnica, dos investimentos e dos créditos que oferecem os doadores se concentrará na agricultura de exportação - cujos benefícios irão apenas para a minoria latifundiária - e não em ajudar os camponeses e os trabalhadores do setor informal, que constituem a grande maioria da população.

A Usaid, em vez de proporcionar sementes, ferramentas e créditos que poderiam ajudar a aumentar a produção de alimentos por parte dos camponeses, está aumentando o número de pessoas às quais alimenta gratuitamente a cada dia e que já somam mais de 700 mil pessoas, ou seja, mais de 10% da população.

Esta farta distribuição gratuita de alimentos, em um país de economia agrária, termina prejudicando a atividade dos pequenos produtores rurais e ameaça

Grande parte dos haitianos está desempregada ou ganha salário de fome. Mudar esse quadro será o principal desafio do presidente Aristide (foto ao lado)

gravemente a segurança alimentar dos haitianos a médio e longo prazos.

Salários miseráveis - Outra questão importante é a do miserável nível de salários pagos aos trabalhadores. O salário mínimo no Haiti caiu de três dólares ao dia em meados da década de 80 para o seu atual nível de um dólar diário.

Apesar dessa tremenda queda, os doadores não estimulam nenhum aumento oficial ao salário mínimo. Até o momento, se limitaram a recomendar ao setor privado que ajustasse voluntariamente os salários de forma que estes refletissem os aumentos do custo de vida.

Essa posição dos doadores tem causado muita preocupação, já que o setor privado do Haiti tem sido sempre radicalmente contra a qualquer tentativa de estabelecer um salário mínimo decente.

Por outro lado, devido a diferentes razões, os doadores estrangeiros e o governo haitiano têm muita pressa em re-financiar a dívida externa e montar novas estruturas legais, financeiras, políticas, sociais e econômicas dentro dos próximos 12 meses.

Pacto com o diabo - O governo de Aristide quer deixar como legados a paz e uma administração que trabalhe a serviço do povo haitiano. Os Estados Unidos e outros países doadores, em compensação, querem instalar no Haiti sistemas que respaldem o setor privado e os investidores estrangeiros.

Isso não é nenhuma novidade, pois em muitos outros países do mundo a co-

munidade internacional também está vestindo a camisa da ajuda ao desenvolvimento só para criar estruturas que sirvam aos interesses estrangeiros e não aos locais.

Os doadores argumentam que a imposição dessas estruturas responde, fundamentalmente, à necessidade de reforçar o controle fiscal. Mas, no caso do Haiti, isso é desnecessário, já que o governo de Aristide está firmemente decidido a sanar a economia, como já demonstrou durante seus sete meses de mandato em 1991.

O fato é que o governo do Haiti foi forçado a fazer um pacto com o diabo. Para obter os recursos financeiros de que necessita urgentemente, foi obrigado a aceitar condições que vão contra os interesses da maioria dos haitianos e serão um obstáculo para a solução justa da crise econômica do país.

Para evitar traumas posteriores e o perigo da desestabilização no Haiti, a comunidade internacional deve parar de impor suas próprias estratégias de desenvolvimento e seus conceitos econômicos. Em vez disso, deveria trabalhar lado a lado com o governo constitucional para criar a curto prazo mecanismos de consulta que permitam ao povo haitiano decidir o seu próprio destino.

* Lisa McGowan é economista e integra em Washington o grupo "The Development GAP". Trabalhou no Haiti durante a década de 80 como assessora de instituições internacionais de ajuda

O impacto das reformas estruturais



O cartaz do manifestante ("Salário digno para todos") resume uma das principais bandeiras dos africanos

Diante de um Estado que não correspondeu às expectativas e de uma economia de mercado que exclui os menos preparados, os africanos buscam uma via de desenvolvimento que tire o continente da crise sem aumentar o custo social

Adolphus J. Toby*

Como estará a África no ano 2000 (e depois)? Há muito tempo esta questão vem rondando as cabeças de todas as pessoas preocupadas com os problemas sócio-econômicos e políticos do continente. Em geral, o clima é de profundo pessimismo. Apesar de algum desenvolvimento encorajador — impulsionado basicamente pelo fim do *apartheid* na África do Sul — a verdade é que a maioria das economias da África está em ruínas.

Os problemas do continente são bem conhecidos: baixas taxas de crescimento econômico, declínio acentuado

da produção alimentar, uma gigantesca dívida externa, alto índice de crescimento populacional, fome e seca devastadoras, conflitos étnicos e guerras que originam centenas de milhares de refugiados, etc.

Existe um amplo consenso em torno da natureza dos problemas, mas persistem divergências muito enraizadas sobre quais seriam suas causas e soluções. De uma ponta a outra do continente, os africanos continuam culpando o meio ambiente pelo fracasso econômico da região. Mas os homens de negócio, banqueiros e órgãos multilaterais ocidentais argumentam que a solução está numa reforma estrutural a ser realizada pela própria África.

Porém, a situação econômica no

continente é tão grave que os esforços da maioria dos países para impulsionar seu crescimento e desenvolvimento continuam esbarrando em diversos fatores, entre eles, a falta de acesso aos mercados internacionais, a tendência das fontes de financiamento se dirigirem a outras regiões do globo (principalmente o Leste europeu), investimentos externos insuficientes, restrições para a transferência de tecnologia, desigualdades no sistema monetário, comercial e financeiro internacional e o peso da dívida externa.

Comércio com o bloco socialista

Cerca de 80% dos países africanos adotam a economia de mercado, imposta durante a época colonial. Nem os países que, depois da independência, tentaram mudar a estrutura de produção que sustentou o sistema colonial, con-

seguiram alterá-la.

Hoje em dia está mais claro que os países africanos não tiveram outra opção senão correr para os braços do Ocidente. O bloco socialista não tinha capacidade financeira para apoiá-los no sentido de se tornarem auto-suficientes. Embora o fluxo econômico da União Soviética com os Estados africanos tenha aumentado constantemente a partir de 1960, alcançando 3,4 bilhões de dólares em 1984, esse total significava apenas três por cento do comércio da África. Além disso, cerca de 50% das exportações soviéticas para o continente eram constituídos de maquinaria e equipamentos e 15% de combustível.

Durante 30 anos (1960-1990), os so-

viéticos estabeleceram acordos de cooperação técnica e econômica com 37 países africanos. Mas 80% do total de créditos concedidos foram destinados à Argélia, Egito, Etiópia, Guiné-Bissau e Moçambique. Nestes e outros poucos países a União Soviética desenvolveu 650 projetos, dos quais 348 foram concluídos. Em troca, receberam petróleo da Argélia e Líbia, café da Etiópia, Uganda e Madagascar, bauxita da Guiné, cravo-da-índia de Madagascar, caju de Moçambique e alguns bens de consumo da Argélia e Egito.

Por outro lado, o comércio da África com os países ocidentais sempre foi muito significativo. Toda a economia do continente esteve e está profundamente vinculada à do sistema capitalista. Devido a esses vínculos espoliativos e à imprudência de muitos governantes, a África tem hoje uma dívida de 275 bilhões de dólares (dados de 1992) para com as nações ocidentais, o que consome 30% da receita obtida com as exportações. Além disso, o continente sofre com a flutuação de preços no mercado internacional e com a desvalorização de seus produtos (entre 1984 e 1986 o preço das matérias-primas africanas caiu 25%, o mais baixo índice desse século).

Intervenção do Estado – Existem três correntes de pensamento que propõem diferentes estratégias para reverter a crise econômica na África.

A primeira escola defende a participação ativa do Estado na alocação de recursos para impulsionar o crescimento

econômico. Esta linha de pensamento considera que não se pode prescindir de um papel mais intervencionista do governo na economia, algo na sua opinião fundamental já que a política do *laissez-faire* não consegue mais garantir os ideais do liberalismo.

John Stuart Mill argumentou que o *laissez-faire* não garante a sobrevivência nem dos mais preparados, e por outro lado implica a exploração de muitos por poucos. Tampouco garante para os trabalhadores uma justa compensação pelo seu trabalho; pelo contrário, o retorno é inversamente proporcional ao trabalho realizado¹.

Ao defender uma intervenção maior do Estado, o doutor George Rosen, um economista da Universidade de Illinois, afirmou que “o enorme sucesso dos programas de industrialização de Cingapura, Coreia, Formosa e China nos anos 70 e 80 constitui um poderoso argumento em favor de um papel ativo do governo no desenvolvimento do país”². Na opinião dessa corrente, os planos de ajuste econômico simplesmente atacam os efeitos e não as causas dos problemas.

As medidas adotadas nos programas econômicos de ajuste consistem em geral no controle da expansão e crédito monetário, reforma fiscal, ajustes no câmbio, como também no refinanciamento da dívida externa.

Um documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), formulado em um *workshop* sobre treinamento regional na África, realizado ano pas-

sado em Gana, observou que “os planos de ajuste ortodoxos partem da premissa de que o desenvolvimento social é um subproduto automático do crescimento econômico, embora não exista nenhuma forte evidência que apoie esta tese”. Além disso, a OIT acrescentou que “as evidências confirmam que o custo social desses planos tem sido muito alto para os pobres da África, mesmo nos países em que tais programas conseguiram retomar o crescimento econômico”.

Para Ray Bush and Morris Szeptel, “as evidências não sustentam a tese de que o mercado é um mecanismo eficaz de desenvolvimento na África, muito menos a panacéia que o FMI e os arautos da ‘nova ordem’ clamam”³.

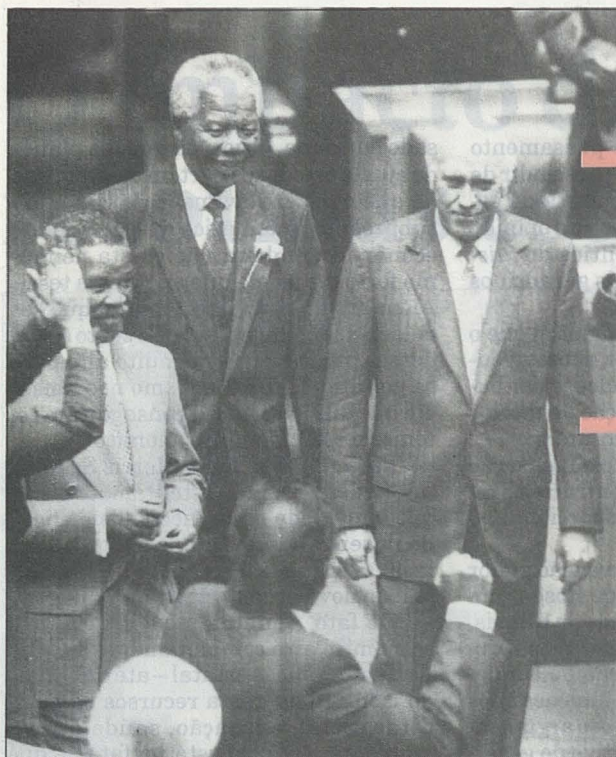
De fato, nenhum modelo de ajuste econômico está completamente livre de uma intervenção estatal – até o governo de Hong Kong gasta recursos no bem-estar social, educação, saúde e meio ambiente. A razão está no fato de que profundas deficiências sempre marcaram o capitalismo. Adam Smith, que acima de tudo era um filósofo, reconheceu há 300 anos atrás, que o mercado competitivo pode beneficiar a sociedade como um todo, mas que a concorrência individual tentaria estabelecer preços e criar cartéis e monopólios.

Os defensores do liberalismo – A escola liberal de pensamento, por sua vez, argumenta que a política de regulamentação da economia ou intervenção estatal abriu caminho para um desequilíbrio estrutural que, entre outras coisas, resultou num persistente déficit no balanço de pagamento, uma dívida externa insuportável, supervalorização da moeda, alta de preços e diminuição da produção.

Por sua vez, a queda dos regimes socialistas e o fraco desempenho das empresas públicas em geral terminaram fortalecendo a posição dos teóricos liberais. Alejandro Bendaña assinalou que “não existe nenhum argumento lógico para o enorme, ineficiente e corrupto



As principais matérias-primas africanas, como o café, sofrem contínua desvalorização no mercado internacional



O fim do apartheid na África do Sul (na foto, posse de Mandela e De Klerk) abriu promissoras perspectivas econômicas para o continente

Mas, embora rejeitem as duas correntes anteriores, até agora os seguidores dessa linha não elaboraram nenhuma nova fórmula de transformação econômica. Apenas se limitam a assinalar que a atual crise na África deve criar a oportunidade para o

desenvolvimento de um novo pensamento crítico.

Investidores reticentes – As reformas estruturais, vistas com diferentes graus de ceticismo pelos países africanos que conseguiram sua independência a partir dos anos 60, parecem ter voltado à moda como a única esperança do continente de sair da atual situação econômica. Hoje, a maioria dos 51 países africanos está implementando planos desse tipo e adotando o sistema multipartidário.

Embora tenha havido variações na forma como os países implementaram

as reformas de mercado, todos eles seguiram a fórmula imposta pelo FMI e o Banco Mundial.

A desregulamentação dos mercados financeiros e comerciais tem andado a passos rápidos, principalmente a eliminação do controle dos preços, e as moedas locais têm sido desvalorizadas.

Uma característica do ajuste econômico na África, em contraste com o que foi realizado no Sudeste asiático, tem sido a lenta resposta dos empresários locais às reformas do mercado, deixando um enorme abismo entre as antigas corporações multinacionais já estabelecidas e o setor “informal” da economia.

Este fato deixou a África mais dependente dos investimentos estrangeiros do que a Ásia quando aquele continente passou por um processo semelhante. Em parte devido à distância da África dos principais centros capitalistas, à competição com o Leste europeu pelos recursos das agências internacionais e ao que ainda resta da visão socialista em alguns países, os estrangeiros estão hesitando em investir no continente. Hoje em dia, o investimento privado constitui simplesmente cinco por cento do Produto Interno Bruto (PIB), tornando a África o único continente em desenvolvimento onde os recursos públicos ultrapassam de longe o investimento privado. Na Ásia, em compensação, o investimento privado está próximo aos 15%.

Nesse sentido, Gana é o caso exemplar apontado pelo FMI e Banco Mundial, registrando taxas de mais de cinco por cento ao ano durante uma década. Esse país recebeu em 1991 apenas 15

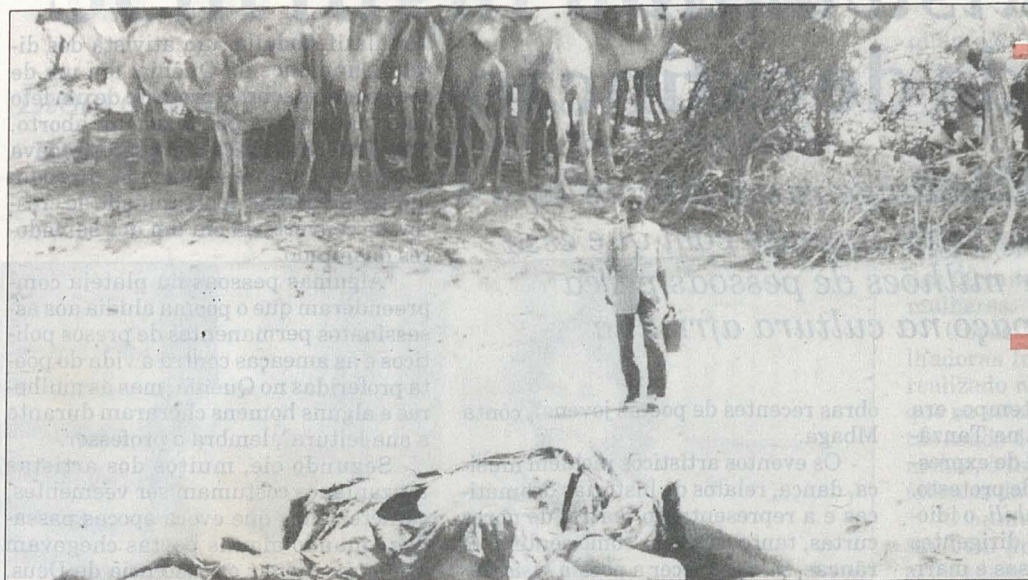
setor público que existiu e continua existindo em muitos países. O que sim faz sentido é reduzir o tamanho do Estado para fortalecê-lo. O Estado pode se tornar, ao mesmo tempo, menor e mais forte para poder realizar suas tarefas essenciais de desenvolvimento”⁴.

Segundo essa corrente, na África, o Estado foi levado a promover o desenvolvimento das atividades econômicas não só nos países de orientação socialista, mas também em muitos outros para proteger a pequena burguesia à qual as metrópoles coloniais transferiram o poder.

Já a terceira escola considera que as diferentes estratégias econômicas adotadas pelos países africanos, seja sob a influência do Ocidente capitalista ou do Leste socialista, falharam. Essa escola “neutra” acredita que a centralização do debate em torno da questão Estado versus setor privado – tão em moda hoje em dia – não vai ao x do problema, como também ocorre em relação à tradicional discussão sobre nacionalismo versus dependência.

A Alta Comissária da ONU para os Refugiados, Sadako Ogata, visita um campo de ruandenses que fugiram da guerra: o deslocamento de milhões de pessoas é um dos mais graves problemas da África





**A seca, e
conseqüentemente
a fome, já se
tornaram uma
trágica rotina para
os africanos**

milhões de dólares em investimento externo direto, o que contrasta com o 1 bilhão de dólares recebido em forma de ajuda. Por toda a parte, a participação privada constitui apenas seis por cento do PIB dos países africanos.

Perspectivas futuras – Qualquer saída para tirar a África da situação em que se encontra deve partir de algumas premissas básicas. A primeira é que os programas de ajuste econômico deveriam ser esboçados levando em conta as características sócio-econômicas de cada país em particular.

Não se devem propor ajustes baseados apenas na “convencional sabedoria” do Norte contida em documentos preparados pelo FMI, Banco Mundial, agências da ONU especializadas e outras organizações internacionais. As informações estatísticas sobre as quais se basearia tal “sabedoria” são falhas e questionáveis; o horizonte de tempo para avaliar as tendências de desenvolvimento no continente é muitas vezes definido externamente; a metodologia é muito simplificada, negligenciando a rica diversidade local, do ponto de vista cultural, econômico e social.

Em suma, as políticas macro-econômicas das nações credoras deveriam levar mais em conta os interesses e preocupações do continente. Durante os anos 80, os países africanos foram seriamente afetados pelo aumento nas taxas de juros e pela freqüente flutuação de taxas de câmbio essenciais. O contro-

le multilateral deveria se tornar mais eficaz e tentar corrigir ou mesmo estabilizar o desequilíbrio fiscal, uma das principais causas desses problemas.

O apelo por uma Nova Ordem Internacional, nascido do sentimento de opressão comum em relação às poderosas economias do planeta, põe ênfase no ajuste estrutural tanto dentro dos países africanos como também na economia global. O ex-presidente nigeriano Olusegun Obasanjo questionou em um recente seminário: “Quando falamos de reformas estruturais nesses países (africanos), não deveríamos estar falando também de um ajuste estrutural no Fundo Monetário Internacional?”

Na mesma linha se pronunciou o ex-presidente tanzaniano Julius Nyerere numa recente conferência sobre desenvolvimento nas Nações Unidas: “Um dos principais pontos de qualquer agenda global para o desenvolvimento deveria ser como submeter esses países (as nações desenvolvidas) a disciplinas multilaterais e ajustes estruturais.”

Continuar a eximir os países ricos de uma ação responsável significa aceitar as injustiças e desequilíbrios no sistema econômico mundial.

Em segundo lugar, junto com o combate à pobreza, a salvaguarda da independência nacional e da soberania deveriam ser o principal eixo de qualquer programa de ajuste na África.

Terceiro e mais importante: a reativação e o desenvolvimento na África recorrendo a programas de ajustes econô-

micos exigem tanto apoio internacional quanto determinadas políticas a nível de cada país.

Em suma, a política de liberalização econômica fracassará na ausência de qualquer dessas premissas.

Para que os planos de ajuste tenham êxito no continente, três fatores inter-relacionados são necessários. Primeiro: que os esforços realizados para liberalizar a economia sejam amplos e profundos. Segundo: uma efetiva implementação das reformas estruturais requer um decidido compromisso político para com o processo de ajuste, apoiado por um consenso em torno da sua necessidade. Terceiro: é preciso uma crescente assistência financeira e técnica externa sustentada por instituições multilaterais e doadores bilaterais, o que certamente facilitaria o processo de ajuste.

Reformas baseadas no mercado estão substituindo o “namoro” da África com o Estado, mas é necessário fazer com que os ajustes econômicos funcionem aqui. A ajuda internacional, se for bem usada, poderá ajudar a minimizar as seqüelas das reformas estruturais no continente. Se esses programas deteriorarem ainda mais o nível de vida dos africanos, o descontentamento popular crescerá como uma bola de neve, com conseqüências imprevisíveis.

* Adolphus Tolby é conferencista do Departamento de Finanças da Rivers State University of Science and Technology, Port Harcourt, Nigéria

1 Carlton Rodee Totton Anderson, Carl Christol and Thomas Green, *Introduction to Political Science* (McGraw-Hill Book Co.; New York), 1983, p. 100

2 *Bulletin Banque Asiatique Development*, nº 1 (1992), p.5

3 Ray Bush and Morris Szeptel, “The struggle for resources in Africa”, *ROAPE*, nº 51, 1991, p.7

4 Alejandro Bendana, “Liberalism, the state, parties and social movements: a perspective from Latin American left”, *Economic Review*, vol. 19 (5), august, 1993, pp. 2-5,33

Poesia *kiswahili* ameaçada de extinção

A invasão cultural estrangeira e a falta de registros históricos estão fazendo com que essa língua falada por milhões de pessoas perca cada vez mais espaço na cultura africana

Até há bem pouco tempo, era comum que a arte na Tanzânia fosse um canal de expressão de algum tipo de protesto. Canções e poemas em *kiswahili*, o idioma nacional, denunciavam dirigentes desonestos, criticavam esposas e maridos adúlteros e serviam até para alfinetar os maus vizinhos.

"Hoje em dia parece que só têm êxito os desenhistas humorísticos...os outros artistas fazem críticas unicamente nos bastidores", observa Nathaniel Mbagi, da Universidade de Dar-es-Salaam. "É como se os artistas não tivessem contra o quê protestar ou não conseguissem encontrar uma linguagem para expressar-se", lamenta ele.

Mbagi dedica-se à pesquisa do *kiswahili*, também conhecida como *swahili*, a língua de origem bantu que cerca de 50 milhões de pessoas falam na África Oriental e parte da África Central.

Mbagi preside o Clube Kiswahili da universidade, cujas atividades incluem a organização de reuniões culturais, onde artistas consagrados e principiantes disputam o reconhecimento de seus colegas. Durante anos, os encontros do Clube Kiswahili reuniam acadêmicos, estudantes e artistas da Tanzânia e de outros países cujo interesse comum era o *kiswahili*. Destes atos culturais participaram poetas de lugares como Quênia, Uganda e os Estados Unidos. "Escutamos a leitura de poemas do século XIII e também as

obras recentes de poetas jovens", conta Mbagi.

Os eventos artísticos incluem música, dança, relatos de histórias dramáticas e a representação teatral de obras curtas, tanto clássicas como contemporâneas, sem esquecer a poesia *kiswahili*, que conserva alguns dos poemas mais antigos do continente.

Poesia de protesto - Nathaniel Mbagi recorda um dos encontros culturais do Clube, quando o escritor rebelde

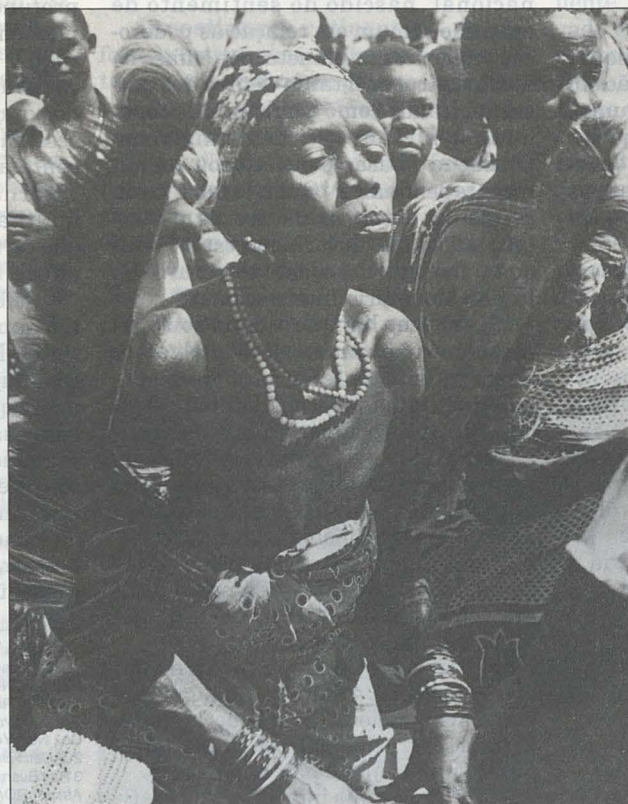
Abdulatif Abdulla, um ativista dos direitos humanos do Quênia, leu um de seus poemas sobre o protesto de um feto cuja mãe estava por fazer um aborto. Na poesia, a criança por nascer rogava à mãe que perdoasse sua vida, dizendo-lhe que se tivesse oportunidade de crescer, se converteria em um dos salvadores do mundo.

"Algumas pessoas na platéia compreenderam que o poema aludia aos assassinatos permanentes de presos políticos e às ameaças contra a vida do poeta proferidas no Quênia, mas as mulheres e alguns homens choraram durante a sua leitura", lembra o professor.

Segundo ele, muitos dos artistas tanzanianos costumam ser veementes, característica que evoca épocas passadas, quando alguns poetas chegavam até a questionar a existência de Deus, em aberto choque com as tradições, já que a poesia *kiswahili* foi muito influenciada pelo Islã.

Durante a época do socialismo tanzaniano, entre os anos 60 e 80, muitos artistas consideravam a religião como "desviancionista". Atualmente, a arte *kiswahili* parece haver perdido força na Tanzânia. "Tem-se a impressão de que as mudanças políticas e sócio-econômicas em desenvolvimento pegaram de surpresa os artistas, que não conseguem mais encontrar uma forma de expressar-se", observa o acadêmico.

Os artistas acreditam que o retrocesso se deve em parte às indústrias culturais do país e do estrangeiro que não levam a sério a literatura escrita nos idiomas africanos. Por outro lado, tais indústrias não tentam preencher a brecha existente entre os idiomas europeus e os africanos. Por exemplo, apesar do crescente número de pessoas que falam o *kiswahili* no mundo, inclusive nos Estados Unidos, nenhum filme importante foi feito nesse idioma. "O desfecho dessa história será que nossos filhos continuarão assistindo filmes policiais estrangeiros, e os atos culturais do Clube Kiswahili desaparecerão", lamenta Mbagi.



A manutenção de suas tradições culturais é um dos principais desafios para as novas gerações de africanos

Sem lugar ao sol

Liberalização econômica do sul da Ásia está marginalizando a maior força de trabalho da região: a mulher



Na Ásia, milhões de mulheres não foram beneficiadas pela liberalização da economia

Mahesh Uniyal

Os países do leste da Ásia, em geral, têm dado a suas operárias assistência técnica, mas tudo indica que as trabalhadoras do setor informal do sul do continente não se beneficiarão da liberalização do comércio mundial. Esta foi uma das conclusões de um seminário patrocinado pelas Nações Unidas, realizado no início do ano em Nova Déli. O encontro reuniu ativistas e representantes de organizações não-governamentais (ONGs) de Bangladesh, Butão, Índia, Nepal, Maldivas, Paquistão e Sri Lanka.

“A liberalização do comércio e a orientação da produção para as exportações provocaram desvalorização da moeda, cortes no gasto público, redução de salários e queda da produção agrícola, com impactos negativos para as mulheres”, denunciou Bina Pradhan, da ONG Aliança para Alternativas ao Desenvolvimento do Nepal.

Crise no setor têxtil – As mulheres tiveram um papel essencial na expansão econômica baseada nas exportações do leste da Ásia, mas é pouco provável que a força de trabalho feminina do sul, mal alimentada e analfabeta, se transforme em agente de prosperidade na abertura ao comércio mundial. A desregulamentação da economia piorou a condição de vida das mulheres naquela região asiática, onde quase a metade de um bilhão de habitantes subsiste abaixo da linha da pobreza.

A indústria têxtil, que emprega o maior número de mulheres depois da agricultura, é a mais afetada e está reduzindo salários e postos de trabalho, embora represente grande parte das exportações da região. O crescimento das exportações no setor têxtil aumentou os preços das fibras locais, forçando as cooperativas e pequenas unidades de produção a despedir suas empregadas.

As exportações têxteis da Índia quase se duplicaram a partir de 1992, en-

quanto os produtos de algodão do Paquistão representaram quase 75% das vendas ao exterior deste país. Os têxteis constituíram, em 1994, 72% das exportações de Bangladesh e é um dos principais produtos do Sri Lanka, onde as mulheres são 75% da força de trabalho nesse setor. No Nepal, os têxteis são o segundo item de exportação, e 15% dos 50 mil trabalhadores do setor são mulheres.

Um estudo da Associação de Trabalhadoras Informais da Índia (SEWA), realizado no estado de Gujarat, indica que no setor têxtil as trabalhadoras estão sendo despedidas devido, principalmente, à falta de matérias-primas nas fábricas da região.

O aumento nos preços do algodão também prejudicou as trabalhadoras artesanais. Femida Banu, secretária de uma cooperativa em Gujarat, disse que elas deverão reduzir a produção e os postos de trabalho, assim como a variedade de seus produtos.

Marginalização feminina – Representantes da SEWA defenderam na reunião de Nova Déli que as cooperativas têxteis e as ONGs vinculadas à produção informal devem ser fortalecidas. Para isto, é necessário contar com novos investimentos, administrar as cooperativas estatais com critérios empresariais e outorgar maior autonomia às cooperativas. Além disso, na sua avaliação, o governo deveria reconsiderar a exportação de matérias-primas de indústrias que dão trabalho a muitas pessoas.

Segundo as participantes do encontro, a agricultura – que emprega o maior número de mulheres em todos os países da região – também será afetada pelo crescimento das empresas de uso intensivo de capital. Por outro lado, afirmaram que a indústria e o setor de serviços, de maior crescimento nas economias liberalizadas, não beneficiarão o grosso da força de trabalho feminina, em geral analfabeta e sem capacitação.

As delegadas sugeriram a formação de um bloco regional de comércio: “Se a região não cooperar, será explorada pelos mercados externos. As pessoas se esquecem de que, historicamente, o sul da Ásia sempre contou com seus próprios mercados”, disse a economista indiana Devaki Jain.

Livre comércio para quem?

A Organização Mundial de Comércio (OMC) poderia favorecer um maior controle da economia pelas corporações transnacionais, impondo retrocessos nas áreas de saúde, meio ambiente e proteção ao consumidor

Ralph Nader*

As mudanças traçadas pela Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), cujas negociações concluíram no ano passado, concedem em muitas áreas excessiva autoridade à Organização Mundial do Comércio (OMC), uma estranha entidade burocrática que não é obrigada a prestar contas de seus atos a ninguém.

Sob o respaldo da OMC, as empresas transnacionais poderiam aumentar ainda mais o controle que já possuem da economia mundial. Além disso, elas teriam maior capacidade para anular as medidas mais importantes conquistadas pelos movimentos civis de todo o mundo nas áreas de saúde, previdência e meio ambiente.

Com a OMC a reivindicada superação das "barreiras comerciais não-alfandegárias" poderia transformar-se em uma desculpa para pôr abaixo todo tipo de normas de proteção dos cidadãos.

Na gíria do comércio, tais barreiras não-tarifárias são medidas contidas, por exemplo, nas leis que proíbem a venda de produtos comestíveis com excesso de resíduos de pesticidas ou que exigem a construção de motores não-poluente ou que proíbem as importações de produtos provenientes de países que violam os direitos humanos.

Pode prever-se que, com o respaldo da OMC, as corporações transnacionais voltarão suas baterias contra as regras de controle sanitário e de segurança que não lhes convêm, com o argumento de que favorecem as empresas locais em detrimento das estrangeiras.

Nesse caso, a única opção que resta ao país onde prevalecem tais regras seria a de revogá-las, pois do contrário estaria sujeito a sanções comerciais. Mas se as revogar, terá seguramente que suportar consequências negativas nas políticas internas.

Nivelando por baixo – A OMC prevê dois mecanismos adicionais para anular ou suavizar normas sanitárias, de segurança e ambientais: os da "equivalência" e da "harmonização". Os mecanismos de harmonização farão com que os níveis de proteção nacionais baixem a um denominador comum internacional menos exigente.

Desde já, por exemplo, em acordos de livre comércio, foram qualificadas de "barreiras comerciais não-alfandegárias" um programa dinamarquês de reciclagem de materiais, a proibição norte-americana de usar um produto cancerígeno como o amianto, um programa canadense antipoluição, as restrições dos Estados Unidos, Indonésia e outros

países para a exportação de madeira não-processada e as leis norte-americanas de proteção dos golfinhos.

A OMC pode impedir que um país proíba a importação de sapatos feitos por crianças ou presidiários, de madeiras que não venham de florestas controladas ecologicamente, de marfim de países com medidas inadequadas de proteção aos elefantes ou de produtos com substâncias químicas que reduzem a camada de ozônio.

Do mesmo modo, nenhum país poderia condicionar suas relações comerciais com outra nação – China, por exemplo – ao comportamento desta em matéria de respeito aos direitos humanos.

Pequenas empresas prejudicadas – Ninguém pode negar a necessidade de desenvolver o comércio e os negócios internacionais. No entanto, as sociedades nacionais precisam adequar suas políticas comerciais para ajustá-las às necessidades econômicas e sociais do país, garantindo assim o sustento a seus cidadãos, um futuro melhor para as próximas gerações e um ambiente seguro e limpo.

Embora a declaração final da Rodada Uruguai tenha adotado a retórica do crescimento sustentável e apesar de

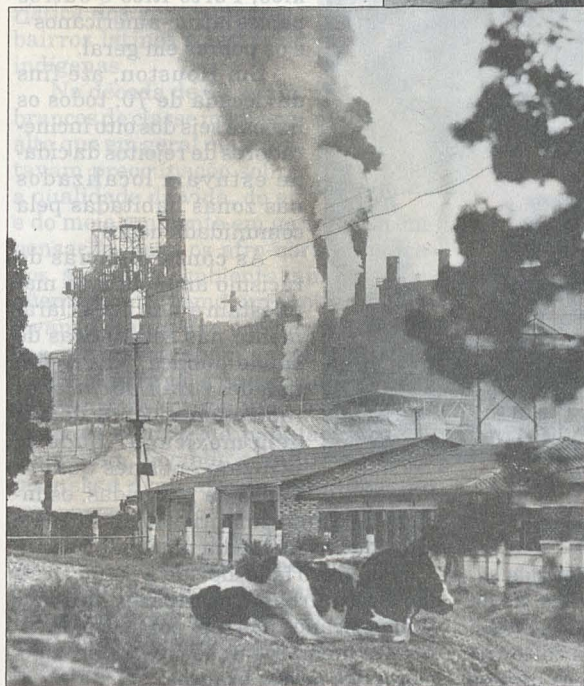
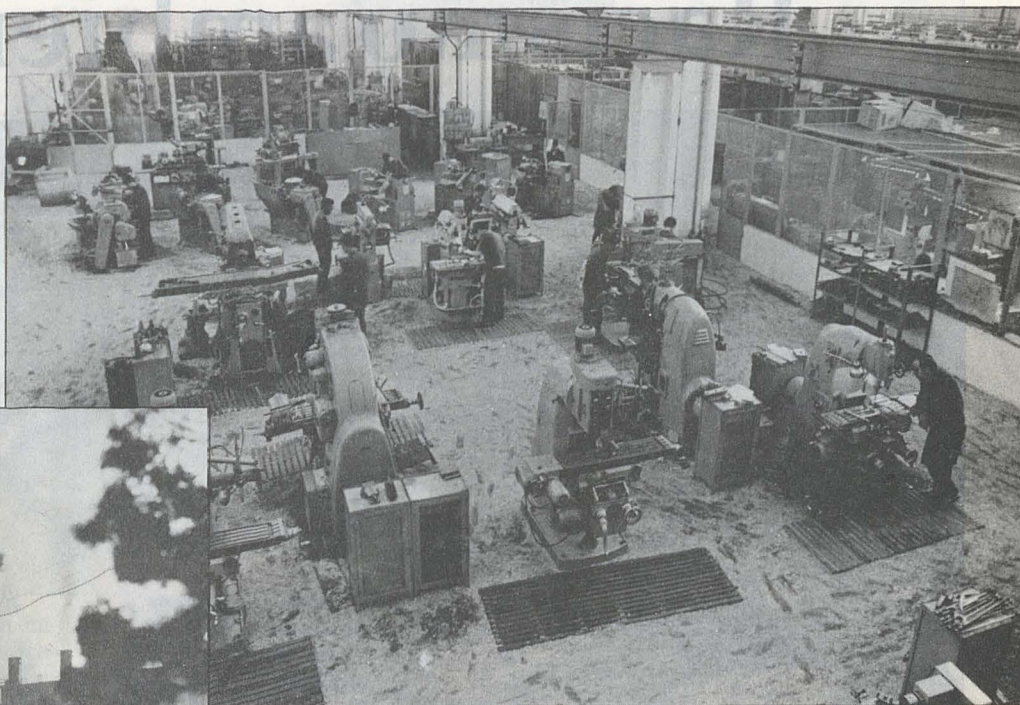


Peter Sutherland (dir.), no ato de assinatura da Rodada Uruguai do Gatt, em abril de 94

Instalação

Visão elitista do

meio ambiente. Os grandes corporações preferem transferir suas instalações para países do Terceiro Mundo, onde os salários são mais baixos, e as condições de trabalho e normas de controle ambiental são muito menos rígidas



seus defensores alegarem que os resultados serão positivos para todas as economias, de fato muitas das decisões tomadas ali serão prejudiciais para certas políticas internas, em particular aos programas de apoio a pequenas empresas, que poderiam promover modelos econômicos realmente sustentáveis.

Se as decisões da Rodada Uruguai forem aplicadas exatamente como consta nos documentos, as empresas Kraft, General Motors, Merck, Phillip Morris, American Express, Cargil, Dupont e seus aliados conseguirão uma vitória contra os países que pretendam manter seus direitos soberanos quanto à proteção de seus cidadãos.

Não é segredo para ninguém que uma das metas essenciais da Rodada Uruguai era limitar a capacidade de cada país de controlar mediante leis na-

cionais os "termos do comércio" e, por extensão, fortalecer o poder relativo das regras comerciais internacionais.

"Os governos devem interferir o menos possível na condução do comércio", declarou o diretor-geral do Gatt, Peter Sutherland, em 3 de março de 1994 em Nova Iorque em um discurso em que criticou as pressões dos Estados Unidos para incluir questões ambientais e sociais nas futuras negociações da OMC.

O jogo das transnacionais – Em 1986, quando começou a Rodada Uruguai do Gatt, as corporações transnacionais manifestaram uma ampla série de preocupações, que iam muito além das questões comerciais. As grandes empresas exigiram liberdade para investir em qualquer lugar no mundo e sem condicionamentos nacionais, assim como que as normas ambientais e de segurança fossem "harmonizadas", ou seja, levadas a um denominador comum mais baixo.

As resoluções da Rodada Uruguai permitem que as corporações joguem um país contra o outro em uma disputa para ver qual deles estabelece os mais

baixos níveis salariais, as menos exigentes normas ambientais e os menores níveis de segurança para os consumidores.

Sempre há um lugar no mundo em que as condições de vida são piores que em outra parte. E é aí onde as grandes corporações buscam instalar suas fábricas.

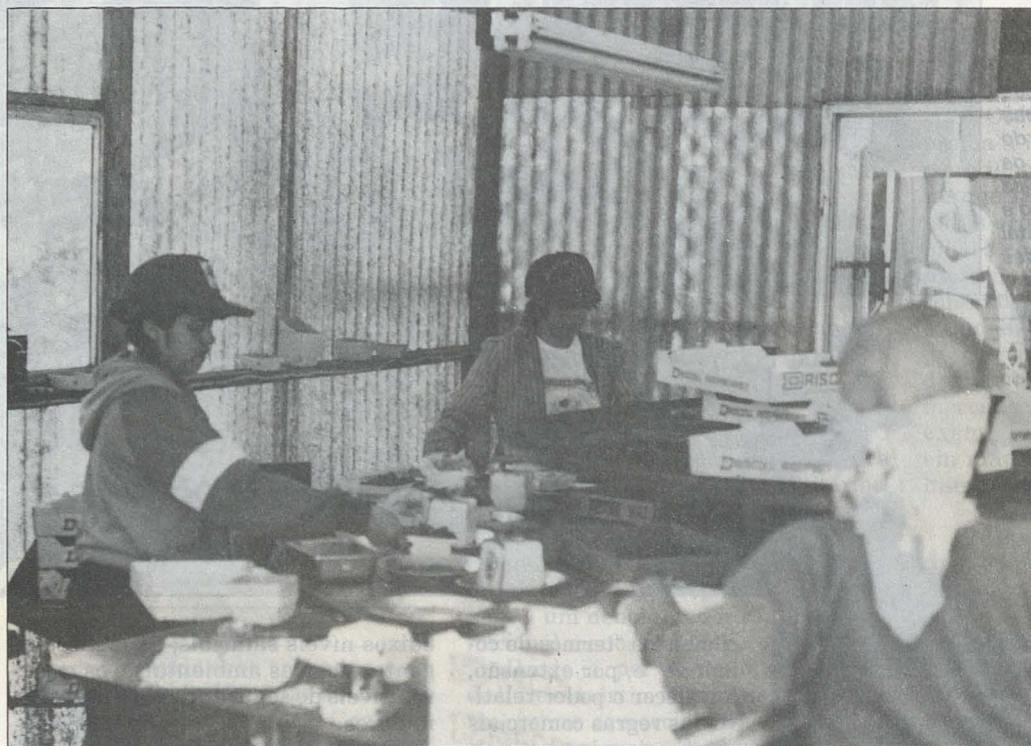
É o que acontece, por exemplo, na indústria eletrônica, que transferiu, em busca de custos de produção cada vez mais baixos, dezenas de fábricas da Califórnia para a Coreia e da Coreia para a Malásia. Agora se contempla a possibilidade de transferir muitas destas indústrias para a China, onde os salários, as exigências para instalar fábricas e os níveis de proteção ambiental são ainda menores.

Enquanto o mundo se prepara para entrar no século XXI, o sistema de comércio internacional proposto pelo Gatt, e que será materializado através da OCM, poderia conduzir as nações na direção equivocada e, portanto, deveria ser rejeitado.

A democracia, e não a autocracia, é o motor mais forte e mais sensato para o desenvolvimento econômico sustentável. ■

* Ralph Nader, advogado defensor dos consumidores, é diretor do Centro por uma Legislação Responsável, em Washington

Racismo ambiental



Porto Rico: um dos lugares mais poluídos do mundo

Obrigados a viver em áreas insalubres ou próximas a fábricas poluentes, os negros e os latinos sofrem muito mais que os brancos as consequências do descaso com o meio ambiente

Manning Marable*

Além de liderar incômodas estatísticas – entre elas, as de mortes violentas de jovens, desemprego, mães solteiras adolescentes –, os negros e os latinos dos Estados Unidos também se tornaram as vítimas preferenciais do racismo ambiental, já que não têm nenhum controle sobre a utilização das terras, a localização das fábricas ou o transporte de produtos químicos perigosos através de seus bairros.

A situação do meio ambiente está ligada à existência de justiça social e à possibilidade de que todos os membros da sociedade participem da tomada de decisões.

Embora a médio ou longo prazo os danos ao meio ambiente terminem se refletindo sobre toda a população, sem dúvida as classes menos favorecidas sentem estes efeitos mais imediata e diretamente, refletindo a desigualdade que separa as pessoas negras e latinas, os trabalhadores e os pobres daquelas que têm poder, recursos e privilégios.

As indústrias norte-americanas são

responsáveis pela emissão na atmosfera de 2,4 bilhões de libras de substâncias químicas tóxicas a cada ano. E frequentemente os principais afetados por essa poluição são os afro-norte-americanos, os latinos – isto é, os norte-americanos originários do México, Porto Rico e outros países latino-americanos – e os pobres em geral.

Em Houston, até fins da década de 70, todos os lixões e seis dos oito incineradores de rejeitos da cidade estavam localizados nas zonas habitadas pela comunidade negra.

As consequências do racismo ambiental se manifestam ainda mais claramente nas estatísticas de saúde pública. Nas comunidades rurais de *chicanos* (norte-americanos de origem mexicana), onde se utilizam enormes quantidades de pesticidas, os índices de câncer infantil são muito mais

altos que os da média nacional.

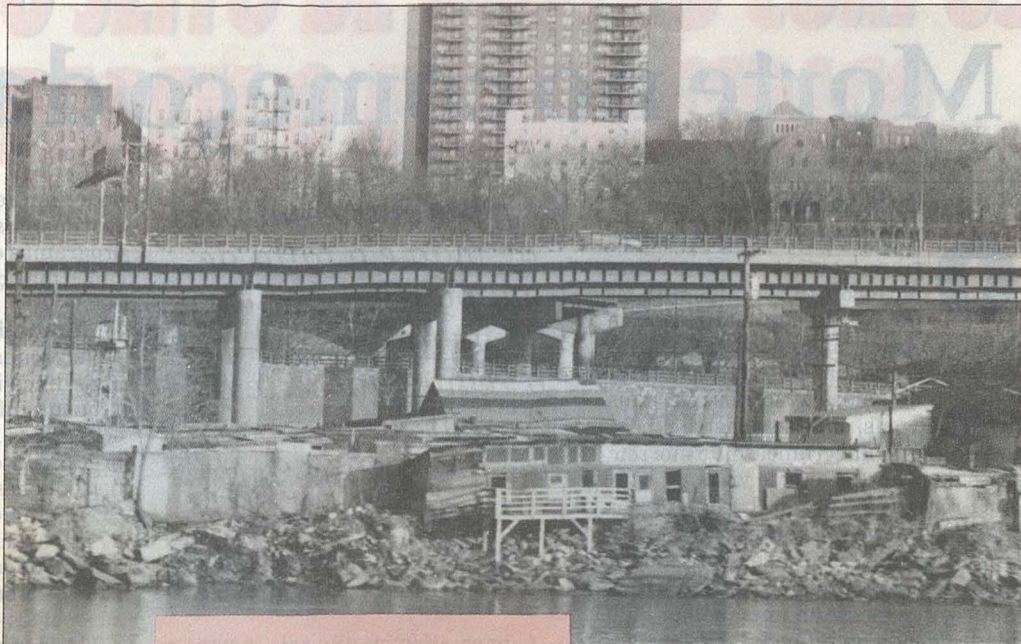
Por outro lado, devido à poluição atmosférica urbana, os rapazes afro-norte-americanos morrem por causa da asma em uma proporção três vezes superior à dos jovens brancos.

Charles Lee, o principal autor do estudo “Resíduos tóxicos e raça”, publicado em 1987, revelou, entre outros, dados estatísticos impressionantes:

* a zona sul de Chicago, predominantemente habitada por afro-norte-americanos e latinos, tem a maior concentração de locais com rejeitos perigosos de toda a nação;

* crianças afro-norte-americanas de um bairro da zona ocidental de Dallas sofreram danos cerebrais irreversíveis devido à absorção excessiva de chumbo derretido contido no ar e procedente de emanções industriais;

* Porto Rico é um dos lugares mais poluídos do mundo, já que durante décadas seu meio ambiente foi envenenado com grandes quantidades de detritos das companhias farmacêuticas, refinarias de petróleo e usinas petroquímicas.



Visão elitista do meio ambiente – Os brancos de classe alta se preocupam com o destino das corujas ameaçadas de extinção no noroeste do Pacífico, mas, em compensação, demonstram pouco conhecimento ou interesse pela cruel realidade de pobreza, doenças e morte por causas violentas, característica dos guetos negros, bairros latinos e reservas indígenas.

Na década de 60, eram brancos de classe média ou alta que em geral manifestavam preocupação sobre a qualidade da vida, do ar e do meio ambiente em geral. Em compensação, para os afro-norte-americanos, a questão ambiental aparecia, frequentemente, como um problema irrelevante diante das enormes dificuldades que enfrentavam no seu dia-a-dia.

De lá para cá, a preservação do meio ambiente se tornou uma bandeira de grandes setores da população norte-americana, levando a muitas conquistas nessa área, desde mudanças no comportamento cotidiano (exemplo: a exigência de sacolas de papel biodegradável para compras nos supermercados) até a imposição de uma legislação mais rigorosa para melhorar a qualidade do ar, da água e do ambiente em geral.

Negros descobrem questão ecológica – A consciência da importância do tema ambiental levou os guetos negros e bairros latinos a darem os primeiros passos no sentido de incorporar à sua luta por justiça social as reivindicações de caráter ambiental, em geral só defendidas pelos assumidamente “elitistas” dos elegantes bairros brancos. Mas as probabilidades de um diálogo político desse tipo – para não falar de uma coalizão – pareciam, até há alguns anos atrás, ser pouco promissoras.

Inclusive depois do acidente da central atômica de Three Miles Island, em 1979, quando a costa leste dos Estados Unidos esteve a ponto de sofrer o impacto de uma fusão nuclear, e da tragédia de Chernobyl, na qual milhões de pessoas correram o risco de serem mortas e milhares sofreram danos físicos

irreparáveis, parecia que o problema ambiental continuaria sendo “assunto de brancos”.

Foi então que surgiram dois líderes negros, responsáveis em grande parte pelo fato de que a questão ambiental se transformasse em um contexto dinâmico no qual as pessoas negras se viam incluídas e comprometidas: o reverendo Jesse Jackson, líder da Coalizão Arco-Íris, e o reverendo Benjamin Chaves, diretor da Comissão para Justiça Racial da Igreja Unida de Cristo.

Em sua primeira campanha presidencial de 1984, Jackson se referiu diversas vezes às questões ambientais, como o problema dos dejetos tóxicos lançados nos bairros pobres e as con-

xões entre miséria, violência institucional e as condições gerais de vida dos grupos minoritários.

Novo movimento pró-direitos civis – Passados mais de dez anos, é preciso retomar esse caminho, para que as minorias adquiram plena consciência de que são objeto de um racismo ambiental. Também será preciso redefinir o “ambientalismo” para incluir nele temas como a posse da terra, a localização das moradias e a utilização dos recursos naturais, especialmente nas áreas urbanas.

É necessário cobrar dos governantes ou parlamentares que se informem melhor sobre os vínculos entre os problemas ambientais e as condições de saúde e segurança das comunidades negras, latinas ou indígenas.

Mas também é fundamental educar os jovens para que percebam a importância de impulsionar um novo movimento pró-direitos civis que denuncie o processamento de produtos químicos e dejetos perigosos nos bairros negros e latinos.

Esse movimento só terá êxito se em torno dele se unirem não só aqueles que são vítimas diretas dessas políticas, como também todos os que percebem como a contaminação ambiental põe em perigo, a médio ou longo prazos, a vida de seus próprios filhos e parentes.

Manning Marable é professor de História e Ciência Política da Universidade de Columbia e autor de dez livros sobre história e política, entre eles “Africa and Caribbean Politics”

*As classes altas
muitas vezes estão
mais preocupadas
com a defesa de
animais ameaçados
de extinção do que
com as miseráveis
condições de vida de
grande parte da
população*

Morte no começo da vida

Silvia Agosto

O índice de mortalidade infantil no noroeste da Argentina alcançou 48 por mil em 1994, de acordo com um relatório elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Essa cifra, similar à de países africanos, é a mais elevada do país, onde se registra um índice de 23 por mil crianças que morrem antes do primeiro ano de vida.

O representante do Unicef na Argentina, Patricio Fuentes Sarmiento, lamentou que "há países com menor renda per capita, como Uruguai ou Costa Rica, que mostram uma melhor qualidade de vida na infância". Porém, deixou claro que os índices da Argentina são comparativamente bons em relação a outras nações latino-americanas, que ultrapassam o índice de 50 por mil.

No caso do país sul-americano, as principais causas desta situação são as condições de extrema pobreza das populações do noroeste e a falta de água e saneamento. "Essas regiões ficaram excluídas do desenvolvimento nacional e precisam de tecnologias básicas de sobrevivência", explicou o representante do Unicef.

Índices alarmantes – Por exemplo, na província de Salta, situada no norte da Argentina, 72% dos habitantes vivem abaixo da linha de miséria, com as necessidades básicas insatisfeitas. A Associação de Profissionais da Saúde (Apsades) de Salta assinala que estes dados se agravam nas zonas rurais da província.

O médico Domingo Gómez, secretário geral da Apsades, enfatizou ainda que muitas crianças morrem sem ter sido nem registradas. "São crianças que morrem no campo, longe dos cartórios e seus falecimentos não são documentados", declarou.

A Apsades informou que as causas mais comuns de mortalidade infantil são a diarreia aguda e parada cardiorrespiratória por desidratação.

As péssimas condições de vida e a falta de uma política sanitária eficaz fazem com que a região noroeste da Argentina tenha um dos mais altos índices de mortalidade infantil do continente

Gómez afirmou que tais mortes se relacionam diretamente com as carências sociais e econômicas que sofre a maior parte da população: "O fechamento das minas de carvão e dos engenhos açucareiros provocou uma migração para os grandes centros urbanos e uma situação de pobreza extrema em Salta." Essas mortes, na sua opinião,

poderiam ser evitadas sem grandes investimentos, bastando a realização de programas culturais e educativos de alcance maciço.

Mortalidade também na capital

– Nas zonas mais ricas da Argentina, é mais difícil identificar as causas da mortalidade infantil. Os dados registrados em Buenos Aires, a capital, também são preocupantes, já que superam a média nacional nos bairros periféricos.

Em 1994, se registraram na capital 37 mil nascimentos e 518 crianças faleceram, de acordo com um estudo realizado pela prefeitura. A maior parte dessas mortes – 56% das mortes pós-natais e 75% das neonatais – poderia ter sido evitada.

O aborto é delito na Argentina, sendo por isso realizado na clandestinidade, sem controle sanitário. As práticas abortivas provocam, muitas vezes, a morte da mãe e constituem a principal causa de mortes de adolescentes na Argentina. A falta de controle durante a gravidez tem também uma incidência direta sobre estas mortes.

O diretor do Hospital Argerich, de Buenos Aires, Enrique Rosemblat, sustenta que "a mortalidade infantil está questionando um sistema social que ainda não tem respostas para a maior parte da população". A área de influência do hospital está constituída por zonas humildes da cidade onde os controles preventivos são escassos. "As pessoas recorrem ao hospital quando têm um problema e os controles pré-natais são praticamente inexistentes", lembra Rosemblat.

Segundo o especialista, os dados da capital argentina obrigam a uma reflexão sobre o papel do hospital público na sociedade e a falta de decisão política para revalorizá-lo.

Concordando com Fuentes Sarmiento, Rosemblat considera que "é necessário vontade de agir e um compromisso do governo para evitar que essa situação se agrave".



Enterro de bebês: trágica rotina para as famílias pobres

O ÚNICO JEITO DE QUATRO CORPOS OCUPAREM O MESMO ESPAÇO



A lei do mercado contraria a lei da Física. Somente nela é possível que os quatro países do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) dividam o mesmo espaço econômico.

Mas para entender como 4 corpos ocupam o mesmo espaço físico, você não precisa consultar nenhuma coleção de livros de Física. Basta ler a REVISTA DO MERCOSUL.

A única publicação 100% bilíngüe (português/espanhol), que trata dos mais importantes acontecimentos e de toda a movimentação de negócios e

acordos que envolvem esta integração.

Lendo a REVISTA DO MERCOSUL, você literalmente tem tudo nas mãos para realizar ótimos negócios. E quanto a isso não precisa se preocupar, pois o que não falta neste mercado é espaço para você ocupar.

**REVISTA DO MERCOSUL.
O MUNDO DOS NEGÓCIOS
ESTÁ NAS SUAS MÃOS**

REVISTA DO
Mercosul

O ÚNICO JEITO DE QUATRO CORPOS OCUPAREM O MESMO ESPAÇO



A lei do mercado contraria a lei da Física. Somente nela é possível que os quatro países do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) dividam o mesmo espaço econômico.

Mas para entender como 4 corpos ocupam o mesmo espaço físico, você não precisa consultar nenhuma coleção de livros de Física. Basta ler a REVISTA DO MERCOSUL.

A única publicação 100% bilíngüe (português/espanhol), que trata dos mais importantes acontecimentos e de toda a movimentação de negócios e

acordos que envolvem esta integração.

Lendo a REVISTA DO MERCOSUL, você literalmente tem tudo nas mãos para realizar ótimos negócios. E quanto a isso não precisa se preocupar, pois o que não falta neste mercado é espaço para você ocupar.

**REVISTA DO MERCOSUL.
O MUNDO DOS NEGÓCIOS
ESTÁ NAS SUAS MÃOS**

**REVISTA DO
Mercosul**